

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA:
A AMBIGUIDADE DO TRABALHO DA MULHER GARI NO DISTRITO FEDERAL

Autora: Juliana Araújo Escobar Brussi

BRASÍLIA

2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA:
A AMBIGUIDADE DO TRABALHO DA MULHER GARI NO DISTRITO FEDERAL

Autora: Juliana Araújo Escobar Brussi

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título e Mestre.

Brasília, agosto de 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

INVISIBILIDADE E RESISTÊNCIA:
A AMBIGUIDADE DO TRABALHO DA MULHER GARI NO DISTRITO FEDERAL

Autora: Juliana Araújo Escobar Brussi

Orientadora: Lourdes Maria Bandeira (UnB)

Banca: Prof^ª Dr^ª Sílvia Yannoulas (UnB)

Prof^ª Dr^ª Christiane Girard (UnB)

Prof^ª Dr^ª Mariza Veloso (SUPLENTE) (UnB)

Brasília, agosto de 2017

RESUMO

O objetivo desta dissertação de mestrado foi compreender a complexidade e ambiguidade de significados que as mulheres garis do Distrito Federal produzem sobre diversas dimensões de seu trabalho, a partir de suas narrativas. Para tanto, a pesquisa tematizou o corpo enquanto categoria elementar da existência humana, essencial para a interação social e enquanto lugar que se inscreve características permanentes. A partir do olhar interseccional, é possível apreender marcadores – principalmente, de gênero e raça - que se entrecruzam e posicionam as trabalhadoras garis em um lugar social com maior possibilidade de serem colocadas no campo da abjeção. A invisibilidade sobressai-se neste contexto, sobretudo, com o uso do uniforme obrigatório que sinaliza seus corpos como trabalhadoras garis, indicando que lidam com o lixo, com o impuro e com o que é descartado pela sociedade. As condições de trabalho e a organização do mesmo oferecem às trabalhadoras garis um risco sobre sua saúde, entretanto, diferente do que possa parecer, este trabalho também é conquista. As trabalhadoras garis enxergam em seu trabalho não só a condição para seu sustento, de seus filhas/os e familiares, de forma geral, mas também sentem satisfação com o a atividade que exercem. Trabalhar na rua significa ao mesmo tempo um sinal de liberdade e uma possibilidade de interagir e conhecer lugares novos, as trabalhadoras garis resistem, isto é, criam formas de driblar este sofrimento que parece tão sobressalente. Para que se fosse possível captar as reflexões das trabalhadoras garis, foram realizadas sete entrevistas com quatorze mulheres que trabalham nos três turnos de trabalho da limpeza urbana do Distrito Federal.

Palavras-chave: Trabalhadoras garis, Corpo, Invisibilidade, Saúde e Resistência

ABSTRACT

The objective of this master dissertation was understand the complexity and ambiguity of meanings that the street cleaner women of the Distrito Federal, Brazil, generate about various dimensions of their work, from their narratives. For this, the research thermalized the body as an elementary category of the human existence, essential for the social interaction and as a place that subscribe permanent characteristic. From the intersectional look, is possible learn markers – principally, of gender and race – that intersect and position the street cleaner woman in a place with greater possibility of being placed in the field of the abjection. The invisibility stand out in this context, especially, with the use of the uniform that signalize their bodies as a street cleaner, that deal with the trash and with what is discarded by society. The work conditions and the work organization offer to the street cleaner a risk about their health, however, different from what might appear, this job also is a conquest. The street cleaner see in their job not just the condition for your livelihood and the livelihood of their descendants, but also feel satisfaction. Work in the street means in the same time a sign of liberty, the street cleaner women resist, creating ways to dribble the suffering that looks so evident. To make possible to capture the reflections of the street cleaners, were realized interviews with fourteen woman that works in three different turns of work in the urban cleaning service of the Distrito Federal.

Keywords: Street cleaner woman, Body, Invisibility, Health and Resistance.

AGRADECIMENTOS

Trabalho de pesquisa apoiado pelo CNPq.

Agradeço à professora Lourdes Bandeira, minha orientadora, pela paciência, dedicação à educação e puxões de orelha necessários. Às leituras, contribuições valiosas e questionamentos instigantes. Ainda por em todas as reuniões de orientação em que me sentia perdida, me proporcionar a sensação em sair daquela sala mais aliviada, motivada e capaz de realizar o meu trabalho.

Obrigada às professoras Christiane Girard e Sílvia Yannoulas pela disponibilidade e contribuições.

Aos meus pais, Cibele e Pedro, e irmãos, Pedrinho e Anna Luísa, que sempre respeitaram minhas decisões e proporcionaram a minha base não apenas educacional, mas principalmente humana. Por sempre cuidarem de mim e aguentarem os meus estresses - juro que não é por querer. Aos momentos de desespero em que me acolheram e às conquistas que compartilhamos. Obrigada por acreditarem em mim. Também ao meu irmão por me acompanhar nas entrevistas realizadas de noite e de madrugada.

Ao Diego, companheiro da minha vida, pela calma, compreensão, atenção e força que sempre me dá. Por todos os momentos que sentia carregar o mundo nos ombros, e não só dividiu o peso comigo, mas também me fez enxergar que era preciso descartar as várias cargas desnecessárias.

Às minhas amigas e parceiras de vida, Daniela, Eliza Raquel, Jéssica, Joana, Luciana, Maria Lídia e Paula, por estarem e permanecerem comigo na minha jornada educacional/acadêmica, nos pequenos e grandes surtos e indecisões. Pela aprendizagem que tive e tenho com elas, pelo conhecimento construído, debates e frustrações, por serem minhas cúmplices nas aventuras, alegrias e realizações.

Agradeço às entrevistadas, as trabalhadoras garis, pela boa vontade e disponibilidade, por repartirem suas vivências comigo e tornarem esta dissertação possível.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. ONDE TUDO COMEÇOU: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA SEMINAL, O QUE MUDOU E O QUE PERMANECEU?	13
1.1 Procedimentos metodológicos.....	19
1.1.1 As Regiões Administrativas: indicadores, perfis e características que influem no trabalho	26
1.1.2 A ida a campo e os desafios	30
1.2. Quem são as mulheres que trabalham como garis?	33
1.2.1 Clarice: a mais jovem dentre as garis.....	34
1.2.2 Amanda: a trabalhadora assediada pelo fiscal	35
1.2.3 Mariana: a que operou a vesícula.....	36
1.2.4 Sílvia: “Eu trabalho preocupada com meus filhos”	36
1.2.5 Jaqueline: a arrecadadora da “caixinha”	37
1.2.6 Meire: “Me senti livre para trabalhar”	31
1.2.7 Tamiris: “Sou Maria das Dores”	37
1.2.8 Luciana: a contestadora.....	37
1.2.9 Fernanda: “Eu tinha vontade de ser gari”	38
1.2.10 Márcia: a que trabalha com a “palha”	38
1.2.11 Luísa: “Não tenho ‘jeito’ para estudar”	39
1.2.12 Ana: a que deseja ser psicóloga	39
1.2.13 Adriana: a que voltou a estudar.....	40
1.2.14 Júlia: “Sou mãe, mas não doente”	40
2. IDENTIDADE E CORPO DAS GARIS: PERCEPÇÕES SOBRE A DINÂMICA CORPORAL.....	41

2.1 Construção teórica sobre o corpo: gênero e raça e suas consequências no mercado de trabalho	41
2.2. Percepções sobre as mudanças nos corpos	47
2.3. O caso do uniforme	51
2.3.1 Feminilidade X Assédio.....	52
2.3.2 Reconhecimento e invisibilidade.....	58
3. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE....	69
3.1. Contribuições sobre trabalho e saúde	69
3.2. O discurso da saúde no trabalho	76
3.2.1. O que é saúde?	76
3.2.2 O ambiente de trabalho e suas contradições	77
3.2.3 Os instrumentos de trabalho e a convivência com a dor e o cansaço	87
3.3 Liberdade X Vigilância	92
4. CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA	96
4.1 Entre o trabalho prescrito e o trabalho real.....	96
4.2 A inteligência prática e as habilidades do corpo	100
4.3 Estratégias de defesa e as formas de driblar o sofrimento: os processos de resistências.....	105
4.3.1 A bebida e a “caixinha”	110
4.4 A divisão sexual do trabalho e o histórico laboral das trabalhadoras garis	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	122
ANEXO I – ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS	129
ANEXO II – Infográfico elaborado pela Gazeta do Povo a partir de pesquisa realizada pela ONG “Thing Olga” sobre assédios e violências vividas por mulheres no Brasil.....	132
ANEXO III – Fotografia: Posição corporal frequente durante o trabalho de duas mulheres garis no Recanto das Emas	133

ANEXO IV – Fotografias: Horário de almoço de diferentes equipes de trabalho	134
ANEXO V – Fotografia: Instrumentos de trabalho e segurança	136
ANEXO VI – Fotografia: Garrafas com água guardadas no carrinho que coletam o lixo	138

INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo tema referente ao trabalho e às mulheres garis remete ao período que cursei a graduação, iniciada em 2010, no curso de Ciências Sociais na Universidade de Brasília. Durante dois anos pesquisei, indo à campo, observando e conversando com trabalhadoras garis sobre seu trabalho e como ele gerava consequências para sua saúde. Neste primeiro momento, houve um enfoque na doença, dores e sofrimento vivenciados por elas. Entretanto, esta profissão e as pessoas que nela estão, como em qualquer outro emprego, apresentam situações bem mais complexas, não se reduzindo a apenas propriedades negativas e míseras. A partir daí, percebi que esta categoria, caracterizada pelo silenciamento e pela invisibilidade, tinha muito a dizer, e que as questões referentes a elas e minhas indagações e curiosidades não estavam sanadas. Assim, retomei meu percurso de pesquisadora, já no mestrado, e debrucei-me a pesquisar as trabalhadoras garis no Distrito Federal.

As atividades humanas produzem lixo, mesmo em suas versões mais simples. Tanto o lixo como os dejetos naturais e biológicos (fezes, urina, secreções) devem ser segregados e destinados a locais onde não criem problemas para a saúde e as atividades da comunidade (EIGENHEER, 2009). A questão dos resíduos sólidos vem se agravando como um problema na maioria dos países, como no Brasil, e particularmente, em determinadas regiões, como consequência do acentuado crescimento populacional dos centros urbanos, criação ou mudança de hábitos, melhoria do nível de vida, expansão do consumo, entre outros fatores, como aponta Oliveira (1985). Segundo o autor, do ponto de vista sanitário, o lixo, como fator indireto, tem grande importância na transmissão de doenças, através de vetores como moscas e mosquitos, baratas e roedores, que encontram no lixo alimento e condições para sua proliferação. Ainda, o lixo provoca maus odores, e influi na poluição ambiental, em diversos aspectos, como água, ar, solo, visualmente, etc., e conseqüentemente, na qualidade de vida de uma comunidade.

Dessa forma, o serviço de limpeza urbana constitui-se como um fator importante para a coletividade em relação as condições de saúde pública. Contudo, apesar da importância fundamental para o funcionamento e asseio da cidade, não há um grande número de estudos e pesquisas dentro da área das Ciências Sociais sobre a categoria profissional de gari, sobretudo em Brasília - DF. Este trabalho é entendido como invisível, já que somente é notado quando não realizado, não é reconhecido. E esta invisibilidade se estende à falta de

atenção dada a categoria profissional pela ciência. Porém, em pesquisa realizada em Fortaleza sobre os significados do lixo para garis e catadores, por Santos e Silva (2011), foram levantadas duas categorias básicas: o lixo como sinônimo de perigo e o lixo como sustento, embora não excludentes. Ainda segundo a pesquisa, o perigo atribuído ao lixo é materializado pelos riscos à saúde, sendo mencionados diversos materiais que são encontrados por garis nos lixos que recolhem, como seringas, curativos, ferros, vidros, animais mortos, fezes e até fetos, sendo destacada a questão do risco de infecções.

O trabalho como gari possui um caráter ambíguo e complexo. Ao mesmo tempo em que proporciona perigos, dor e falta de reconhecimento, também oferece realização, satisfação e conquistas para as trabalhadoras. Por isso, meu olhar esteve voltado às narrativas das trabalhadoras e a como elas refletem sua vida como trabalhadoras garis.

A palavra gari surgiu do nome de Pedro Aleixo Gari que, durante o Império, em 1876, assinou com a Corte brasileira o primeiro contrato de limpeza urbana no Brasil. Durante esse período, apenas os homens eram contratados, já, as ‘margaridas’, nome atribuído às mulheres garis, surgiu no início dos anos 1970, pois havia uma carência de mão-de-obra masculina para serviços de varrição em São Paulo, já que os homens estavam sendo demandados pelas empresas responsáveis pela construção do metrô. Assim, mulheres foram requisitadas para esse trabalho e começou-se a pensar em algum nome popular para ser empregado a elas, pensou-se na cor branca, que significaria limpeza, e na flor, que “representaria” a mulher (CUT, 2009). Dessa forma, *margarida* foi considerado o nome mais adequado, por conter também a nomenclatura de *gari*. Observa-se que na escolha do próprio termo utilizado para denominar as mulheres garis já se indicava a presença de estereótipos de gênero e a divisão sexual do trabalho, isto é, os homens, ali, migravam para os trabalhos ‘mais valorizados’ e coube às mulheres ingressarem nas atividades da varrição.

Além disso, há a associação das mulheres com a cor branca, que remete a pureza, da mesma forma, também há a ideia de que a limpeza se caracteriza como um atributo destinado ou próprio do feminino. A situação se assemelha ao contexto atual no DF, onde mais mulheres têm sido requisitadas para o serviço de limpeza urbana, devido à migração de homens para o setor de construção civil. Dito de outro modo, há a repetição da situação de destinar um trabalho menos ‘nobre’ às mulheres.

Historicamente, no mundo, o serviço de limpeza, e especificamente o da limpeza urbana esteve e está atribuído aos segmentos populacionais que são excluídos sociais, como prisioneiras/os, estrangeiras/os, escravas/os, ajudantes de carrascos, prostitutas, mendigas/os, etc. “De alguma forma permanece ainda hoje a prática segundo a qual os ‘socialmente inferiores’ devem se encarregar desses serviços” (EIGENHEER, 2009, p. 20).

No Brasil, há uma dificuldade de traçar um panorama amplo sobre a questão da limpeza urbana, poucas regiões e cidades se dedicaram à memória da limpeza urbana. Entretanto, Eigenheer (2009) aponta que os escravos, no Rio de Janeiro, ainda no século XIX, que transportavam as imundícies, e foram, portanto, decisivos para o entendimento da limpeza urbana na cidade.

De acordo com o autor, estes escravos eram conhecidos como “tigres” e carregavam tinas, destinadas a receber todas as imundices da casa, para despejarem na praia ou nas praças para que a enxurrada levasse. E os prisioneiros realizavam este serviço para as instituições públicas. Desse modo, seguindo o histórico presente no Brasil referente a esta profissão e a outras também precarizadas e não reconhecidas, ainda hoje, o trabalho na limpeza urbana no Distrito Federal é majoritariamente exercida por pessoas negras, no caso, mulheres negras.

O Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) foi uma das primeiras instituições ambientalistas criada no Distrito Federal, pelo Decreto Nº 76, de 03 de agosto de 1961, com a denominação de Serviço de Limpeza Pública - SLP. Naquela época, Brasília apresentava sérios problemas com o lixo, que não era tratado, exigindo-se soluções adequadas. A migração para Brasília havia aumentado significativamente, e este aumento da população ocasionou em maior produção dos resíduos sólidos (Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal)¹.

Cabe ao SLU, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), gerenciar e fiscalizar os serviços de limpeza urbana, basicamente executados por empresas terceirizadas. A terceirização se iniciou com edital de 2000, vencido pela Enterpa Ambiental, que em fevereiro do mesmo ano assumiu a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação dos resíduos sólidos urbanos, a varrição e demais atividades de limpeza de vias públicas. Com o término do contrato assinado em 2000,

¹ Esta informação está presente no site do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, porém, contém referência de data e hora de postagem. Disponível em: <http://www.slu.df.gov.br/sobre/slu.html>

sucessivos contratos emergenciais foram realizados (TCDF, 2013), e ao longo dos anos várias empresas foram responsáveis pela limpeza urbana no Distrito Federal.

As ponderações, reflexões e análises sobre o trabalho realizado pelas garis em Brasília – DF, bem como os efeitos dele sobre suas vidas e percepções, estão organizadas em quatro capítulos. No primeiro, exponho os procedimentos metodológicos e traço um breve panorama da organização da limpeza urbana no DF, situando esta pesquisa e o Projeto de Iniciação Científica anterior, também apresento uma rápida apresentação das mulheres que protagonizaram esta pesquisa.

No segundo capítulo, elaboro um arcabouço teórico a respeito do corpo enquanto objeto de estudo da teoria social, que me oferece um alicerce para refletir sobre a manipulação de seus corpos durante e para o trabalho. Já no terceiro capítulo, debruço-me sobre questões relativas ao mundo do trabalho. As contradições e ambiguidades na visão delas sobre o trabalho e suas consequências para a vida, saúde e bem-estar. Aqui, realiza-se uma discussão relativa ao ambiente de trabalho, instrumentos de trabalho e segurança, assim como as relações entre trabalho, saúde e bem-estar.

No quarto e último capítulo, tendo em vista que seu trabalho e vida não é composto apenas por dor e sofrimento, e reconhecendo a potência humana e das trabalhadoras, em específico, de resistência e criatividade para driblar situações inesperadas e de consternação, abordo o debate da psicodinâmica do trabalho. Neste capítulo, analiso as formas de resistência, e que as trabalhadoras encontram para minimizar o cansaço e as pressões, para resistir e seguir trabalhando de uma forma menos estressante, mais leve e que não as adoça.

1. ONDE TUDO COMEÇOU: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA SEMINAL, O QUE MUDOU E O QUE PERMANECEU?

Esta dissertação tem seu início em 2011, quando eu, ainda cursando o 4º semestre da graduação adentrei-me ao universo das trabalhadoras garis. Dessa forma, se faz de extrema relevância apresentar aqui, de forma geral, alguns resultados encontrados desde o ano de 2011, que impulsionaram a realização e o resultado deste trabalho.

A pesquisa com mulheres garis no Distrito Federal foi realizada a partir de seleção no Programa de Iniciação Científica, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (ProIC – CNPq), e vinculada ao projeto de pesquisa Trabalhadoras Invisibilizadas – trabalho, cidadania, saúde, educação e violência, aprovado pelo Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDANo. 020/2010. Seleção pública de propostas para pesquisas em temas de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo. Com coordenação geral da Profª Drª Tânia Mara de Almeida, e especificamente a parte da pesquisa sobre as trabalhadoras garis, orientada pela Profª Drª Lourdes Maria Bandeira.

Este projeto se debruçou sobre quatro categorias sócio profissionais exercidas por mulheres no Distrito Federal. *Trabalhadoras da construção civil*, mais especificamente aquelas que são responsáveis pelos acabamentos, como colocar rejunte, pintar e fazer a limpeza do local; *trabalhadoras domésticas*; *trabalhadoras terceirizadas de limpeza e conservação de ambientes fechados* e *trabalhadoras garis*.

As pesquisas sobre as categorias procuraram investigar, principalmente, aspectos relacionados às condições de trabalho, isto é, com ênfase na divisão sexual do trabalho, educação, saúde e violência que essas mulheres vivenciam como trabalhadoras de tais profissões, em seus locais laborais.

Em relação a categoria aqui tratada – as trabalhadoras garis –, alguns resultados encontrados referentes a características sócio demográficas das trabalhadoras, as atribuições do trabalho e algumas de suas consequências são fundamentais para a continuidade da mesma temática, e, portanto, sua menção se faz necessária.

Na oportunidade, foram aplicados 150 questionários por mim, Jéssica Albuquerque, Rodolfo Godoi e Bárbara Souza os quais fazíamos parte da pesquisa, como pesquisadoras/es de PIBIC, no desenvolvimento do projeto relacionado às garis. Cada um de nós abordava um aspecto diferente sobre o trabalho da mulher gari, contudo, tínhamos um mesmo

questionário que contava com diferentes questões sobre os “subtemas” propostos por cada um de nós. Esses questionários foram aplicados em aproximadamente 20 Regiões Administrativas² do Distrito Federal³, no local de trabalho das garis. Além dos questionários⁴, em 2012, foram realizadas algumas entrevistas com trabalhadoras garis, por mim, Jéssica Albuquerque e Luciana Abreu.

A coleta de dados preliminar abarcou questões objetivas que permitiram traçar um perfil sócio demográfico das mulheres que estavam nesta profissão no Distrito Federal. Houve contato com mulheres nas duas empresas licitadas que atuavam na limpeza urbana do DF naquele período, Delta e Valor Ambiental. Porém, durante a pesquisa, em 2012, no mês de junho, o contrato com a empresa Delta foi rescindido, devido ao escândalo envolvendo Carlinhos Cachoeira, dono da empresa, e por falta de detalhes na planilha de custos, contrariando o edital da licitação⁵. Após a rescisão, as empresas responsáveis pela limpeza do DF, hoje são a Sustentare e a Valor Ambiental. Vale ressaltar que os proprietários da empresa Sustentare são os mesmos da antiga Qualix, que já foi responsável pela limpeza do DF no período de 2007 a 2010, em meio a escândalos de corrupção e favorecimento relacionados a licitação⁶.

O Serviço de Limpeza Urbana, em 2012, contava com cerca de 5000 empregados e empregadas trabalhando nas atividades de limpeza urbana, sendo aproximadamente 60% desse contingente composto por mulheres. A presença predominante de mulheres era considerada como um cenário recente, segundo o presidente do sindicato naquele ano, já que houve uma migração dos homens para a construção civil naquele período.

As empresas – Delta e Valor Ambiental -, responsáveis pela limpeza urbana no DF durante o período, prestavam os serviços de varrição, catação, pintura/capina e coleta. O contrato do Sistema de Limpeza Urbana do DF com a empresa Delta iniciou-se em 2010,

² Divisão territorial e administrativa que existe no Distrito Federal.

³ Asa Norte, Asa Sul, Ceilândia, Cruzeiro, Estrutural, Gama, Granja do Torto, Guará, Lago Norte, Lago Sul, Planaltina, Samambaia, São Sebastião, Sobradinho, Sudoeste, Taguatinga, Vila Planalto e Vila Telebrasília.

⁴ Os questionários eram compostos pelas seguintes blocos: 1. Identificação da entrevistada; 2. Local de Trabalho; 3. Características do trabalho/profissão de gari; 4. Direitos Sociais; 5. Condições de Moradia e Transporte; 6. Discriminações e Violência no tratamento; 7. Condições de Saúde e 8. Expectativas.

⁵ Reportagem publicada pelo Correio Braziliense no dia 24 de maio de 2012. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/05/24/interna_cidadesdf,304021/justicamante_m-delta-desclassificada-da-licitacao-do-slu-no-df.shtml

⁶ Reportagem publicada pelo Correio Braziliense no dia 07 de novembro de 2010. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/11/07/interna_cidadesdf,222063/index.shtml

após 3 anos de processo de licitação, que contou com habilitação negada pelo SLU, acionamento da Justiça e emissão irregular de Certificação de Atestado Técnico (CAT) pela empresa, nova inabilitação pelo SLU por falta de detalhamento e composição dos preços, para que finalmente, por meio de uma liminar, vencesse a concorrência pública, segundo matérias publicadas naquele período⁷.

Após o rompimento do contrato com a empresa Delta, em 2012, as empresas Valor Ambiental (que já dividia a limpeza urbana com a Delta) e Sustentare assumiram. A primeira, que já tinha a concessão do Lote II, com a saída da Delta, passou a ser também responsável pelo Lote III, e o Lote I foi concedido à Sustentare⁸.

Segundo a Convenção Coletiva de Trabalho dos funcionários de limpeza pública⁹, está pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, ficarão obrigadas a contratar as/os servidoras/es da empresa anterior sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços. Sendo assim, a maioria das/os trabalhadoras/es garis foram contratados pelas novas empresas. As duas empresas, Valor Ambiental e Sustentare, hoje, contam com aproximadamente 4900 trabalhadoras e trabalhadores. É importante mencionar que naquele momento, as mulheres que estavam grávidas gozaram do direito à licença maternidade, contudo não foram recontratadas pelas novas empresas.

Em relação às atividades das garis, foi observado que a varrição era feita em duplas ou trios. As trabalhadoras utilizavam basicamente um carrinho, vassoura, pá e sacos de lixo. Na catação não havia equipe, era realizada individualmente, utilizando-se espeto e sacos de lixo. A pintura/ capina, denominada como “grupo dos diversos”, era feita por equipes contendo mais de 5 pessoas, pintando meios-fios e retirando matos entre as encostas do

⁷ <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil247/65419/Come%C3%A7a-a-transi%C3%A7%C3%A3o-da-coleta-de-lixo-no-DF.htm>

⁸ Lote I: Itapuã, Paranoá, Região dos lagos, Condomínios, Sobradinho I e II, Fercal, Lago Oeste, Mestre Darmas, Planaltina, Arapoanga, Vale do Amanhecer, Nova Colina, Alto da Boa Vista, Colorado, Brazlândia, Park Way I, Núcleo bandeirante, Guará I e II, Candangolândia, Colônia Agrícola Águas Claras, Setor Militar, Cruzeiro, Asa Sul, Sudoeste/Octogonal, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte, Varjão, Taquari, Mansões do Lago Norte, Torto, Condomínios São Bartolomeu, Jardim Botânico, São Sebastião, Setor Residencial Tororó, Setor Habitacional Dom Bosco e Vila Planalto.

Lote II: Ceilândia, Taguatinga, Riacho Fundo I, Vicente Pires, Águas Claras, Arniquireiras, Vila estrutural, Park Way II, Sol Nascente.

Lote III: Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Gama, Santa Maria, Meireles, Água Quente.

⁹ Disponível em: <http://sindlurb.org.br/biblioteca/convencao-coletiva-de-trabalho/>

mesmo, este serviço era realizado com enxada e pás, bastante parecidas com as de construção civil, devido ao tamanho e o peso destes instrumentos de trabalho. O trabalho da coleta era realizado por aquelas pessoas que trabalham no caminhão de lixo, coletando os sacos já cheios, e colocando no caminhão. É importante ressaltar que participaram da pesquisa mulheres que atuavam na varrição, catação e pintura/capina, não houve contato com trabalhadoras que estivessem na coleta, já que não foram encontradas mulheres trabalhando nessa atividade, também, se faz necessário elucidar que não há diferenças de salário entre as diferentes funções básicas da limpeza urbana. O salário de trabalhadoras/es na limpeza urbana é de R\$1.124,93, sem contar os benefícios de vale transporte e alimentação, para varredoras/es e coletores, conforme estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho.

O trabalho no “grupo dos diversos” é o menos desejado e o que menos gostam, já que dizem ser o que provoca maior cansaço devido às posturas que devem permanecer pela maior parte do tempo, agachadas, para pintar os meios fios, e ao peso das pás que provoca calos, dores e queimação nas mãos, ombros e costas. Ainda, hoje, algumas trabalhadoras contam que as/os novatas/os são designadas/os ao serviço no “grupo dos diversos” para depois serem transferidas/os para a varrição ou catação.

Foram identificados três turnos¹⁰ de trabalho, o primeiro pela manhã, tendo início às 7 horas e término às 15 horas, tendo 1 hora de almoço. O segundo turno se inicia às 15 horas e se encerra às 21 horas, e o último turno de trabalho começa às 22 horas e termina às 4 horas da manhã. Os dois últimos turnos de trabalho não possuíam intervalo ou as trabalhadoras “descontavam” esse tempo saindo mais cedo. Além da jornada de trabalho extensa e cansativa, ainda se soma o tempo de deslocamento para o trabalho e casa. Chegam a gastar, aproximadamente, 4 horas considerando ida e volta. As trabalhadoras, majoritariamente, são conduzidas para o trabalho pelos ônibus da empresa, que as buscam e deixam nas paradas de ônibus públicas determinadas, outras utilizam caronas, transporte público para ir direto ao local de trabalho ou vão a pé. Para as que usam o transporte da empresa, para chegarem até a parada de ônibus, são utilizados os mesmos meios citados.

Ao longo da jornada de trabalho, fiscais e supervisores visitam os trechos onde as trabalhadoras garis estão atuando, afim de supervisionar a velocidade, a qualidade e eficiência da limpeza. Os trechos em que elas realizam as atividades, geralmente, são

¹⁰ Os turnos de trabalho serão chamados ao longo do trabalho como “primeiro turno”: 7h às 15h, “segundo turno”: 15h às 21h e “terceiro turno”: 22h às 04h.

bastante longos, então, devem percorrer uma distância muito grande durante o turno de trabalho, como exemplo, uma dupla responsável por limpar a Samdu, via de Taguatinga que tem aproximadamente 6,3 quilômetros de comprimento. Quando o trecho é mais curto, nele há uma grande circulação de pessoas, o que proporciona bastante sujeira. Desse modo, mesmo o trecho sendo curto ou longo, o trabalho não termina, pois assim que o espaço é todo limpo, deve-se voltar e limpá-lo novamente, sucessivamente, até que o turno de trabalho se complete.

O uso do uniforme é obrigatório, calça, blusa de manga comprida e boné com protetor de pescoço, identificados com o nome da empresa, confeccionados em cores laranja e verde, com faixas refletivas. O uniforme é também obrigatório para o ingresso no ônibus da empresa, que as levam da parada de ônibus para onde assinam o ponto e esperam para irem, também com o ônibus da empresa, para o local de trabalho, assim como o caminho inverso. Os instrumentos de segurança oferecidos pelas empresas são: botas e luvas, sendo esta feita de pano, quase não oferecendo proteção a quem as usa, como no contato com lixo quando molhado e objetos cortantes. Não há a disponibilização de protetores auriculares, nem para os olhos, como óculos, ou algum tipo de máscara para proteger as vias nasais. Há também um cone, para sinalização, caso trabalhem em alguma via.

O uniforme é distribuído pelas empresas, no singular, é entregue apenas uma blusa, uma calça, um boné, e um par de luvas e botas para cada trabalhadora. As garis contam que informam os tamanhos para as blusas, calças e botas para a empresa, e recebem de acordo o que solicitaram. Todavia, há dificuldades para trocar quando algo está muito desgastado, ocorre que, muito frequentemente, elas precisam solicitar diversas vezes uma peça já gasta e provar que realmente necessitam de novos itens do uniforme.

Algumas características do perfil das trabalhadoras garis naquele momento são importantes serem ressaltadas, entre as mulheres que responderam aos questionários, 16% se auto declararam pretas, e 64%, pardas, somando-se 80% de mulheres auto declaradas negras¹¹. Dessa forma, verificou-se que neste tipo de trabalho, como em outros trabalhos precários e insalubres, predominavam como maioria da mão-de-obra, pessoas negras, e no caso, sendo um serviço de limpeza, “destinado” às mulheres negras.

¹¹ A população negra é constituída por pretos e pardos de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

As mulheres que responderam aos questionários residiam nas Regiões Administrativas mais afastadas do Plano Piloto ou na região metropolitana, cidades de Goiás próximas ao Distrito Federal, as quais estão há uma distância do Plano Piloto de 30 a 50 quilômetros, porém é interessante notar que 61% possuíam a moradia própria. Perfaziam 46% das participantes que eram casadas ou possuíam união estável, e 43% de solteiras. Muitas dessas mulheres eram responsáveis pela renda principal da família, sendo um dado importante neste caso o fato das mulheres chefes de família serem em sua maioria negras. Em termos brutos, eram 3,18 filhos e filhas por mulher.

Quanto a escolaridade, 20% começaram a cursar Ensino Médio, e apenas a metade havia concluído. As mulheres que cursaram até o Ensino Fundamental, não necessariamente o concluindo, somavam 77%, sendo 26% que haviam parado em algum dos anos das séries iniciais do Ensino Fundamental, e 51% em algum ano do Ensino Fundamental 1 e 2. Dessas trabalhadoras, 92% não estavam estudando, devido, principalmente, a falta de tempo, o cansaço, a distância e o perigo para chegar a alguma escola e a não obtenção de uma vaga na escola em que havia o horário desejado.

Outra característica importante constatada naquele momento e que permanece hoje, é a migração de profissões. Uma grande parte das trabalhadoras gari, foram trabalhadoras domésticas, babás, ou como diziam, trabalhavam em casa de família. Todas que viveram estes empregos anteriormente enfatizam que o trabalho como gari é uma conquista, já que possui mais direitos e menos opressão, exploração, julgamentos, controle, desconfiança, assédio etc, e que não gostariam de voltar ao trabalho anterior – como domésticas.

O protetor solar, que na época da primeira pesquisa, não era oferecido¹² pela empresa, hoje já é. Segundo a Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas iniciaram sua obrigação a concederem protetor solar para todas/os suas/seus funcionárias/os que trabalham em vias públicas, a partir do dia 1º de maio de 2016. As trabalhadoras recebem um frasco de protetor

¹²A propósito dessa situação, há três principais projetos de leis referentes à distribuição de protetores solares. O Projeto de Lei N.º 3.730-D, de 2004, do deputado Lobbe Neto, coloca como obrigatória a distribuição gratuita de protetores solares pelo SUS; o Projeto de Lei N.º 3.818, também de 2004, da ex deputada Maninha, torna obrigatória a distribuição de protetores solares aos trabalhadores que estão expostos diretamente à radiação solar no período de 7:00 às 18:00, pelo empregador e projeto que inclui o protetor, o bloqueador ou o filtro solar entre os equipamentos e produtos de proteção dos trabalhadores, desde que eles exerçam suas atividades ao sol ([PLC 111/05](#)), da ex deputada Laura Carneiro. Nenhum dos dois projetos de lei foram apreciados pelo Senado, e, portanto, ainda não existe a obrigatoriedade de qualquer distribuição gratuita de protetores solares.

solar, e para pegarem outro, devem devolver o frasco vazio, provando que realmente terminou.

Houve um número muito expressivo de mulheres que responderam sentir dores ou mal-estares físicos durante o trabalho e/ou ocasionado pelo trabalho. Das 150 mulheres, 110 afirmaram sentir algum tipo dor e conviver com ela. Sendo as dores de cabeça, nas pernas, pés e costas as mais citadas.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A principal tese da epistemologia feminista é de que a nossa posição no mundo torna possível perceber e compreender aspectos do ambiente e das atividades humanas de uma forma diferente das demais. Assim, pessoas de diferentes grupos sociais compreendem a realidade de acordo com suas experiências e histórias de vida, a partir de sua existência.

A epistemologia feminista é uma manifestação particular da percepção geral de que a natureza das experiências das mulheres como indivíduos e seres sociais, nossas contribuições ao trabalho, à cultura e ao conhecimento, nossa história e nossos interesses políticos, têm sido sistematicamente ignorados ou mal representados pelos discursos dominantes em diferentes campos. (NARAYAN, 1997, p. 276).

A crítica feminista, pretendendo subverter a lógica do pensamento acadêmico tradicional e a teoria social, propõe uma reavaliação ao desconstruir a percepção de um indivíduo universal generalizado, que por sua vez é referenciado na imagem do homem branco. Bandeira (2008) aponta que a crítica feminista contribuiu para o conhecimento científico, no sentido de que ampliou as formas de pensar ao introduzir novas perspectivas analíticas à ciência. Tendo em vista a premissa de que a produção científica tem sido dominada e reservada aos homens, a crítica feminista tenta romper esta lógica ao questioná-la.

A autora ainda destaca alguns pressupostos fundadores da produção científica na história da ciência moderna, em que suas especificidades se integram nos seguintes tópicos: “a) argumentos naturalistas, condição de neutralidade da ciência, com perspectiva masculinista e com linguagem androcêntrica; e b) dimensão universal atribuída ao conhecimento científico, assim como pela crença no caráter progressista da racionalidade científica” (BANDEIRA, 2008, p. 208).

Assim, a crítica feminista gira entorno da premissa de romper com tais pressupostos, questionando a ciência universalista, objetiva e neutra, a linguagem androcêntrica e a crença

na racionalidade da ciência. Entretanto, Bandeira (2008) ainda ressalta que as feministas não são as únicas ou as primeiras a criticarem a ciência tradicional, e que não há uma unidade de pensamento no feminismo, mas que existem diversas correntes de pensamento e teorias que buscam compreender e transformar a realidade e as diversas condições de subordinação das mulheres.

Harding (1987) identifica três principais características distintivas da análise feminista: a) novos recursos empíricos e teóricos a partir das experiências das mulheres; b) novos propósitos para a ciência social e c) um novo objeto de investigação.

O argumento da autora indica que como o conhecimento científico sempre esteve sob o domínio masculino, branco, ocidental e burguês, as análises dentro das Ciências Sociais tradicionais estão baseadas nas experiências sociais destes homens. Assim, inconscientemente, apenas são considerados como problemas e realizadas aquelas perguntas acerca da natureza e da vida social que os homens, brancos, ocidentais e burgueses consideram como válidas e desejam que sejam respondidas.

Esta concepção conduz a ciência para uma visão parcial da realidade. A investigação feminista, então, rompe com esta ideia, porque a experiência de mulheres leva ao conhecimento científico paradigmas, perguntas, problemas, recursos empíricos e teóricos que não eram refletidos ou considerados como importantes. Ainda,

Reconocer la importancia de las experiencias femeninas como recurso para el análisis social tiene implicaciones evidentes para la estructuración de las instituciones sociales, de la educación, de los laboratorios, las publicaciones, la difusión cultural y el establecimiento de agencias de servicio; en suma, para la estructuración de la vida social en su totalidad. Por ello, debe enfatizarse que son las mujeres quienes deben revelar por vez primera cuáles son y han sido las experiencias femeninas. (HARDING, 1987, p. 6)

Os novos propósitos da análise feminista desembocam em e têm como objetivo também oferecer explicações dos fenômenos sociais que as mulheres se interessam e necessitam. Ou seja, é fazer com que a ciência esteja à disposição das mulheres e para as mulheres, visto que os projetos feministas de investigação surgem a partir de mulheres na experiência política.

Situar a investigadora ou investigador no mesmo plano crítico que o objeto de estudo é uma importante concepção dentro da análise feminista, segundo Harding (1987). A autora aponta que “la investigación feminista se une a otros enfoques considerados "inferiores"

insistiendo en la importancia de estudiarnos a nosotras mismas y de "estudiar de abajo hacia arriba", y no "de arriba hacia abajo" (HARDING, 1987, p. 7) e que se deseja-se entender as diversas formas em que nossa experiência cotidiana ocorre, é necessário examinar criticamente as fontes de poder social.

A classe, a raça/cor, a cultura, o gênero, as crenças e os comportamento da investigadora ou investigador devem ser apontados. Explicitar tais particularidades é se apresentar “no como la voz invisible y anónima de la autoridad, sino como la de un individuo real, histórico, con deseos e intereses particulares y específicos” (HARDING, 1987, p. 7), é subverter a lógica da neutralidade e objetividade.

Dessa forma, justifico a escrita em primeira pessoa. Evidenciando que o processo de investigação, a escolha das técnicas, a elaboração dos instrumentos de pesquisa, além da escolha de tema e objeto constituem-se em experiências sociais, e o ato desta forma de escrita é, em si, uma crítica aos paradigmas que marcam a ciência tradicional, e em específico, as Ciências Sociais. Compõe-se como uma busca a crítica da pretensa neutralidade do modo tradicional de fazer ciência. Por isso, eu, como mulher, negra de pele clara¹³, feminista, classe média, que estudou em escolas públicas, que tive e tenho privilégios, enxergo a realidade a partir de minha posição no mundo e de minha história.

hooks (1995) utiliza a expressão “Só corpo, sem mente” para discorrer sobre a forma que corpos femininos negros são enxergados como estereótipos produzidos pela cultura branca. As imagens atribuídas às mulheres são duas, de acordo com a autora, há a representação do corpo feminino negro como selvagem, dotado de uma hipersexualidade e descontrole primitivo e da cuidadora, a “mãe preta”. Correa (1996; 2007) também aponta esta ambivalência da construção do estereótipo da mulher negra, afirmando que houve uma passagem do mito da “mãe preta”, a cuidadora, para a “mulata gostosa” e toda a sexualização sobre seu corpo. A partir dessas suposições racistas e sexistas, essas imagens foram construídas justificando práticas de trabalho e de abusos desde a escravidão, e que hoje, estão perpassadas dentro do imaginário social, onde o trabalho doméstico e do cuidado são

¹³ Categoria utilizada por Sueli Carneiro (2011) ao analisar a miscigenação e a grande variedade cromática no interior das famílias negras ou inter-raciais, “herança de miscigenações passadas que têm sido historicamente utilizadas para enfraquecer a identidade racial dos negros”. Isso acontece pois existe um deslocamento da negritude, que oferece aos negros de pele clara múltiplas classificações, e que, portanto, ainda estão dentro de um espectro de privilégio quando comparados a negros de pele escura.

considerados papel das mulheres negras, conservando-se, assim, como um trabalho feminino e racializado.

O trabalho de gari se encontra dentro desta lógica, existem similitudes com o trabalho doméstico, entretanto, é realizado no espaço público, Bandeira e Almeida (2015) assinalam que a invisibilidade das trabalhadoras garis pode ser comparada a do trabalho doméstico, já que,

Este é um tipo de serviço que recebe, por adjetivos, infundável, repetitivo e improdutivo. Assim que uma tarefa termina outra tem que começar e, logo depois, se volta à anterior. A louça na pia parece nunca acabar, há roupa suja todos os dias, o chão limpo de manhã está sujo à tarde e a poeira jamais cessa em se acumular. Socialmente, as garis desempenham tarefas ligadas ao cuidado, limpeza, higiene que são ainda atribuídas ao fazer feminino, já que a docilidade, paciência e resistência para trabalhos monótonos e repetitivos são qualidades pretensamente consideradas ‘naturais’ à mulher. (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015, p. 163)

hooks (1995) ainda afirma que os principais fatores para mulheres negras não se inserirem no contexto acadêmico e se dedicarem ao trabalho intelectual são a insistência cultural da mulher negra como “empregada doméstica” e a naturalização e a interiorização do papel de cuidadora, assim, as mulheres negras não se dedicam a si, e até são julgadas pela comunidade e família ou se sentem culpadas ao se adentrarem no trabalho intelectual, já que este é “visto na maioria das vezes como um trabalho que resulta da concentração e envolvimento em si mesmo” (hooks, 1995, p. 470). De tal modo, “essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas” (hooks, 1995, p. 469).

Carneiro (2003) analisa a intersecção entre gênero e raça/cor para as mulheres brasileiras, a trajetória do movimento feminista no Brasil e as mulheres negras inseridas nele. A autora destaca que “a formulação clássica do feminismo” carrega uma identidade branca e ocidental e revela uma insuficiência teórica e de prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Sendo assim, a presença de mulheres negras no movimento negro o enegrece, visibilizando “uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre delineando o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Quando se politiza as desigualdades de gênero, mulheres se transformam em novos sujeitos políticos a partir do feminismo. Assim, essas mulheres assumem, a partir do lugar em que estão inseridas, diversos olhares sobre sua realidade que desencadeiam processos na luta de cada grupo particular. Carneiro (2003, p. 119), então, afirma que

grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades.

Bairros (1995) assinala a teoria do ponto de vista feminista, em que a experiência da opressão sexista é entendida a partir da posição que se ocupa em uma matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher varia de acordo com sua posição social, histórica, geográfica, racial, etc.

Assim, para a autora, esta é uma formulação muito importante não só porque auxilia a entender diferentes feminismos, mas porque permite pensar no movimento negro e em mulheres negras no Brasil. Permite compreender que não deve haver prioridades na luta das mulheres negras quanto a alguma categoria, como gênero ou raça, mas que as duas dimensões não podem ser separadas, uma não existe sem a outra.

Na mesma linha teórica metodológica, Crenshaw (2002) introduz a noção de intersecção, em que enfatiza a existência de diversos eixos de desigualdades que se cruzam. Segundo a autora, a interseccionalidade se constitui como conceito que procura capturar as consequências estruturais e dinâmicas entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições de mulheres, raças, etnias, classes, etc.

Crenshaw (2002) apresenta uma analogia que pode ser feita para compreender melhor a interseccionalidade: vários eixos de poder, como raça, etnia, gênero e classe constituem-se como as avenidas que estruturam terreno sociais, econômicos e políticos, e é através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Tais sistemas de poder são distintos, porém frequentemente se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas,

onde dois, três ou mais eixos se entrecruzam, o que não significa que algumas categorias não se manifestem de modo independente em determinada circunstância.

As mulheres racializadas estão posicionadas, frequentemente, em um espaço onde o racismo, o gênero e a classe se encontram, constituindo-se em um complexo de relações, e não só de somas de subalternidades. Dessa forma, estão sujeitas a serem atingidas pelo fluxo intenso de tráfego em todas essas avenidas.

As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Desse modo, compreendendo o silêncio histórico sobre as mulheres negras, e sobretudo sobre as mulheres gari, esta dissertação se ancora na crítica feminista e no conceito da interseccionalidade com vistas a refletir sobre o meu papel como pesquisadora.

Ainda, tendo em vista que a crítica feminista à produção científica “se estende à incorporação das dimensões emocionais e subjetivas da vida como meio de existir e forma de conhecer e que a ordem da razão e da objetividade não se constitui em recursos exclusivos da ciência” (BANDEIRA, 2008, p. 221) e compreendendo que mesmo que simpatizante e empática, nada pode fazer com que eu sinta a opressão e a realidade partilhada por elas (NARAYAN, 1997), justifico o protagonismo das mulheres gari neste trabalho, tendo suas falas e reflexões como ponto de partida para as análises e evidenciando suas falas, utilizando o *itálico* para destacá-las das demais.

Sendo assim, com o intuito de uma aproximação das vivências das mulheres gari, da complexidade do que é ser mulher e trabalhar como gari, entender as dinâmicas de seus corpos e de suas subjetividades enquanto trabalhadoras da limpeza urbana, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas individualmente, com duplas ou trios de trabalho e observações durante alguns horários da jornada de trabalho. Com o enfoque qualitativo na coleta de dados, e tendo previamente informações obtidas em 2011/2012 por meio dos questionários aplicados, procurei obter informações de mulheres gari que trabalham em quatro Regiões Administrativas do Distrito Federal: Taguatinga, Recanto das Emas, Plano Piloto e Lago Sul.

Os locais de trabalho foram escolhidos procurando abarcar diferentes faixas de renda dentro do Distrito Federal, tendo em vista as possíveis diferenças narrativas e de vivências em localidades de labor distintas. Cada uma dessas localidades possui realidades diferentes relacionadas a violência e segurança pública, organização espacial de moradia e comércio, maior ou menor circulação de pessoas, etc, que influem sobre o dia-a-dia na realização do trabalho.

A entrevista é uma forma de interação social, um diálogo, e como coleta de dados é adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito de qualquer assunto (GIL, 2008). Ainda, Goldenberg (2004) aponta que a prática da observação direta “apresenta uma vantagem metodológica de permitir um acompanhamento mais prolongado e minucioso das situações” (GOLDENBERG, 2004, p. 34), e complementa que esta técnica, ao estar complementada pelas técnicas da entrevista, permite desvendar significados das situações para os indivíduos, e que consiste em uma amplitude maior do que aquilo que aparece em um questionário padronizado.

O primeiro passo foi observar o trabalho na limpeza, munida de um “diário de campo”. Procurei observar principalmente, como o trabalho era organizado entre as colegas e a relação entre elas, com fiscais e com os transeuntes, práticas corporais, velocidade de trabalho e momentos de descanso, alimentação, etc. As trabalhadoras garis foram entrevistadas a partir de um roteiro (Anexo I), porém, de forma flexível e mais aberta para não impedir e proporcionar que elas se sentissem livres para falar. Desde o início procurei enfatizar que apesar de estar fazendo uma pesquisa, este momento seria como uma conversa, e que se sentissem à vontade para narrarem sobre suas experiências, opiniões, reflexões e desejos.

Assim, as entrevistas foram realizadas buscando não interferir nas narrativas das trabalhadoras e por isso, suas falas estão no texto com suas próprias palavras e termos. As entrevistas duraram, em média, de 1 a 2 horas e todas foram feitas no local de trabalho das garis, ou seja, na rua. Entrevistei mulheres nos três turnos de trabalho, e nas 4 Regiões Administrativas selecionadas, perfazendo um total de 7 entrevistas e 14 mulheres entrevistadas. Os nomes das trabalhadoras que participaram da pesquisa apresentados nesta dissertação são fictícios, por anseio delas, e algumas optaram por escolher o nome que lhes

agradasse. Foi explanado a elas que poderiam parar a entrevista a qualquer momento ou não responder perguntas que não se sentissem à vontade.

Também registrei em algumas fotografias momentos da jornada de trabalho que estão nos Anexos desta dissertação. Nenhuma gari aceitou ser fotografada se identificando, e por isso, as fotos não contém os rostos das entrevistadas ou suas identidades fictícias ou reais. Além disso, as fotos foram registradas de forma rápida ou de uma distância considerável para que nenhum/a fiscal percebesse e para que não aparecessem suas feições.

1.1.1 AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS: INDICADORES, PERFIS E CARACTERÍSTICAS QUE INFLUEM NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

O Distrito Federal é subdividido em Regiões Administrativas, as RAs. O artigo 10 da Lei Orgânica do DF versa sobre a organização em regiões administrativas, com a proposta de descentralização administrativa. Existem, ao todo, 31 regiões administrativas no DF que se diferenciam em tamanho territorial, em números de escolas e hospitais, policiamento, população, renda per capita, etc.

O Plano Piloto é a RA central, denominada como RA1. Nesta área, existe divisões entre os setores de moradia e de comércio, contudo, são próximos um do outro. É no Plano Piloto também que está a Rodoviária, onde vários trabalhadores, trabalhadoras e estudantes passam todos os dias. Segundo a PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio de 2016, 67,79% das pessoas auto declararam-se brancas, 1,43% pretas e 28,94% pardas, a renda per capita desta RA é de 5.569,46 reais e nela 58,44% das pessoas acima de 25 anos possuem ensino superior completo, ainda, os ocupados desempenham suas atividades essencialmente no serviço público 60% e comércio, 16%.

Existem 773 domicílios em situação de vulnerabilidade¹⁴, e 367 domicílios chefiados por mulheres e idosos em situação de vulnerabilidade. De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, as taxas referentes a violência indicam que 7,3 crimes violentos letais intencionais aconteceram por 100 mil habitantes em 2016, no Plano Piloto.

O Lago Sul é a RA16 e está localizada próxima ao Plano Piloto, há 7Km da Rodoviária. O espaço do Lago Sul também está dividido entre setores de moradia e comércio, entretanto, as distâncias são mais longas entre os domicílios e os comércios, além dos

¹⁴ Segundo a Codeplan - PDAD, os domicílios considerados em situação de vulnerabilidade são os com renda per capita de até ¼ de salário mínimo.

terrenos serem, em sua maioria, muito extensos. Nesta RA, 69,55% declararam-se brancas/os, 28,78% pardas/os e 1,49% pretas/os. A renda per capita desta localidade é de 8.117,53 reais, os ocupados desempenham suas atividades principalmente na Administração Pública, 38% e no comércio, 12% e 69,91% dos residentes possuem ensino superior completo.

Somam-se 57 domicílios em situação de vulnerabilidade e nenhum domicílio chefiado por mulheres ou idosos em situação de vulnerabilidade. Ainda, a taxa de crimes violentos letais intencionais é de 3,4 por 100 mil habitantes em 2016.

Taguatinga é a RA3 e é considerada como um segundo “centro” do Distrito Federal. Situada a 23Km de distância da Rodoviária do Plano Piloto, é uma RA populosa e com grande fluxo de trânsito e pessoas, possui áreas extensas de comércios e grande parte das residências está bem próxima deles. Dos residentes, 48,29% declararam-se brancas/os, 48%, pardas/os e 3,59% pretas/os. As pessoas ocupadas desempenham atividades predominantemente no comércio, 28%, serviços gerais, 16% e serviços pessoais, 15% e a renda per capita dos moradores e moradoras de Taguatinga é de 1.998,14 reais. A escolaridade da população de Taguatinga concentra-se no nível médio completo, 27%, seguido pelo superior completo, 22%.

Quanto as taxas relacionadas à violência, foram 13,9 os crimes violentos letais intencionais por 100 mil habitantes em 2016. Os domicílios em situação de vulnerabilidade são 465 e os em situação de vulnerabilidade chefiados por mulheres e idosos são 325.

O Recanto das Emas é a RAXV, e está a 34Km da Rodoviária do Plano Piloto. A organização espacial desta Região Administrativa também possui residências muito próximas ao comércio, ou moradias em que são também ambientes de trabalho, como o serviço de cabeleireiro, comercialização de alimentos, roupas, produtos estéticos, bebidas, etc. De acordo com a PDAD de 2015, dos residentes nesta RA, 31,13% consideram-se brancos, 62,27% declararam ser pardos e 6,60% como pretos. A renda per capita do Recanto das Emas é de 803,92 reais, e as pessoas que trabalham desempenham atividades predominantemente no comércio, 28,57%, e nos Serviços Gerais, 26,25%. A Construção Civil representa 9,88%. Quanto ao nível de escolaridade, predomina a categoria dos que possuem ensino fundamental incompleto representando 38,48% e o ensino médio completo, 23,03%, os que possuem superior completo representam 5,38%.

As moradias em situação de vulnerabilidade representam a quantidade de 2.137 e residências chefiadas por mulheres e idosos em situação de vulnerabilidade são 1.407. A taxa de crimes violentos letais intencionais foi de 34,3 por 100 mil habitantes em 2016.

Tabela 1. Cor/Raça, Renda e Escolaridade

Região Administrativa	Cor/Raça			Renda Per Capta R\$	Escolaridade de maiores de 25 anos		
	Branca	Parda	Preta		Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Completo
Plano Piloto	67,79%	28,94%	1,43%	5.569,46	3,19%	17,19%	58,44%
Lago Sul	69,55%	28,78%	1,49%	8.117,53	2,29%	9,81%	69,91%
Taguatinga	48,29%	48%	3,59%	1.998,14	15,19%	33,76%	25,15%
Recanto das Emas	31,13%	62,27%	6,6%	803,92	38,48%	23,03%	5,38%

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio de 2015 e 2016

Tabela 2. Vulnerabilidade e Crimes violentos letais intencionais

Região Administrativa	Domicílios em situação de vulnerabilidade	Domicílios chefiados por mulheres e idosos em situação de vulnerabilidade	Crimes violentos letais intencionais/ 100 mil habitantes
Plano Piloto	773	367	7,3
Lago Sul	57	0	3,4
Taguatinga	465	325	13,9
Recanto das Emas	2.137	1.407	34,3

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio de 2015 e 2016 e Banco Millenium - GEPAD/COOCOLETRA/SGI/SSPDF (2016)

Nenhuma das garis mora nas regiões mais nobres aqui explicitadas, Plano Piloto ou Lago Sul, todas vivem mais afastadas do centro. Assim, as que trabalham nestas RAs tomam transportes públicos, caronas ou o ônibus da empresa para chegar ao local de trabalho, já as que tinham seu trecho no Recanto das Emas residiam nesta mesma localidade, o que facilitava o trajeto até o trabalho ou pelo menos as permitia acordar mais tarde e chegar mais rápido em casa. As que trabalham em Taguatinga, residem ou no mesmo local ou em região relativamente próxima.

Dessa forma, a localidade de trabalho e de moradia diferencia o ambiente de trabalho. Enquanto as que residem na mesma região que trabalham convivem com conhecidos, vizinhos e pessoas que estão, de certa forma, na mesma classe social, as que trabalham nas regiões mais nobres convivem com pessoas de classe social muito diferente.

A realidade diferente de cada Região Administrativa motiva a (não) existência de turnos de trabalho. No Recanto das Emas, por exemplo, não há o turno noturno, Clarice e Amanda afirmam que porque nesta região a periculosidade é muito alta, e por segurança não existe este turno. Já no Lago Sul, também não há este turno de trabalho, contudo, isso se dá porque é uma localidade que não possui um fluxo intenso de pessoas e por isso, não existe tanto lixo pelas ruas. As outras duas RAs possuem os três turnos de trabalho. O Plano Piloto é a área central do DF e constantemente é limpo, além de ter um maior fluxo de transeuntes, e Taguatinga é uma região extremamente movimentada, o que faz com que suas ruas sempre apresentem lixos.

Algumas diferenças nos discursos foram encontradas de acordo com o local e turno de trabalho. No geral, as localidades com maior renda per capita, Plano Piloto e principalmente, Lago Sul, apresentam, segundo as garis, maiores níveis de desrespeito da população em relação as trabalhadoras. A maioria das garis afirmou que os lugares onde as pessoas tem uma renda maior são os piores lugares para se trabalhar.

Outra característica das RAs que influi sobre a condição de trabalho é se o local possui lugares próximos para a ida ao banheiro, alimentar-se e beber água. O Lago Sul, mais uma vez foi o que recebeu mais queixas, já que não existem comércios, supermercados, ginásios, etc, para o uso do banheiro de forma mais fácil e discreta. As garis com quem conversei que trabalham no Plano Piloto, o fazem perto da Rodoviária, assim, facilitando o acesso ao banheiro. Já em Taguatinga, o centro e o Pistão Sul são os locais específicos de trabalho de quem entrevistei, sendo assim, as possibilidades para se aliviar também são mais fáceis, já que existe o Shopping e o Carrefour no trajeto das que ficam no Pistão Sul, e no centro há o metrô, igreja e vários comércios. Já as que trabalham no Recanto das Emas, possuem em seu trajeto um posto de gasolina, e lá onde utilizam o banheiro.

O Recanto das Emas possui um Restaurante Comunitário, que em minha hipótese, acreditei ser o local que as trabalhadoras garis almoçariam, entretanto, isso não se confirmou. As trabalhadoras que foram entrevistadas, não trabalham próximas ao restaurante e ou levam

marmitas de casa ou almoçam em restaurantes que estão dentro de seu trecho. No Plano Piloto e Taguatinga, a alimentação também acontece ou em restaurantes ou trazidas de casa. E no Lago Sul, todas traziam sua marmita de casa.

Quanto o acesso a água, o quadro referente a alimentação se repete. O Lago Sul por sua organização espacial é o mais difícil para acesso a água além das que elas levam para o trabalho. A Rodoviária é a de mais fácil acesso, já que existem bebedouros, em Taguatinga há os supermercados, shoppings ou comércio para pedir. E no Recanto das Emas, as trabalhadoras pediam nos comércios ou nas residências.

Também está aliada ao local de trabalho, a maior ou menor dificuldade para guardar os instrumentos de trabalho. Porém, agora, o Lago Sul foi considerado um lugar bom para deixar escondido em algum espaço escondido, já que não passam muitas pessoas e o risco dos objetos serem roubados ou danificados é baixo. Já nas outras Regiões Administrativas, precisam pedir para guardar os materiais em algum estabelecimento, residência ou encontrar um local com menos fluxo de pessoas para deixar os instrumentos mais seguros.

Sendo assim, mesmo que as atribuições do trabalho sejam iguais para todas, dependendo da Região Administrativa em que trabalham, além do turno da jornada, haverá realidades distintas e por isso, dificuldades e facilidades diferentes também, resultando em condições de trabalho díspares.

1.1.2 A IDA A CAMPO E OS DESAFIOS

À princípio, o objetivo era realizar entrevistas individuais. Contudo, no primeiro contato com as trabalhadoras, elas se sentiram acuadas e com medo de que as informações que me dessem fossem usadas contra elas. A insegurança de falar com uma estranha sobre seu trabalho e suas opiniões sobre ele se atenuava quando percebiam que a colega de trabalho poderia estar junto, afinal, era um respaldo, a colega também vivia as mesmas situações, assim, elas se sentiram mais à vontade.

Dejours (2007) ao descrever e analisar os obstáculos metodológicos de uma pesquisa sobre pressões no trabalho, aponta que a metodologia das entrevistas individuais, que parecia a melhor alternativa, não se mostrou como tal. O início de entrevistas coletivas para ter acesso à dimensão específica das pressões de trabalho mostrou que os trabalhadores entrevistados em grupo eram capazes de “reconstruir a lógica das pressões de trabalho que os fazem sofrer e também podiam fazer aparecer estratégias defensivas coletivamente

construídas para lutar contra os efeitos desestabilizadores e patogênicos do trabalho” (DEJOURS, 2007, p. 124).

Portanto, como percebi que as entrevistas fluiriam mais, que as trabalhadoras se abririam mais e até lembrariam acontecimentos que não lembrariam sozinhas para uma estranha, e que mais mulheres aceitariam conversar comigo na companhia de uma colega, as entrevistas foram realizadas com duplas, majoritariamente. Houve uma entrevista com um trio, e uma individual.

Da mesma forma que as mulheres se sentiram inseguras e receosas de responderem perguntas individualmente, também houve resistência para me passarem seus contatos para marcar uma entrevista individual e fora do horário de trabalho, no primeiro momento. Dessa forma, as entrevistas aconteceram no horário de trabalho ou no horário de almoço/lanche dela, como as trabalhadoras preferiram. O ato de responderem perguntas e conversarem com alguém diferente durante o horário de trabalho também era uma oportunidade de descansar um pouco da jornada, assim, andávamos mais devagar do que o usual para elas, ou ficávamos paradas conversando.

A forma como cheguei até as trabalhadoras para conseguir as entrevistas se deu no local de trabalho delas, na rua. Carregando o meu projeto de dissertação nas mãos, eu as abordava, explicando quem eu era e as apresentando meu projeto, caso quisessem ler, perguntava se podiam contribuir para a minha pesquisa. A partir daí, propunha que a nossa conversa poderia ser realizada em outro horário e dia, caso elas quisessem, todavia, todas que se prontificaram a participar, optaram por serem entrevistadas naquele momento.

O grupo de três mulheres foi entrevistado a partir de indicação. Uma amiga é professora e tem alunos e alunas cujos parentes ou vizinhos trabalham como garis, assim consegui o contato de Mariana, que conversou com suas colegas de trabalho, e aceitaram serem entrevistadas. A única entrevistada individualmente foi Márcia, que trabalha no Setor Comercial Sul no turno noturno.

O turno com maior dificuldade para conseguir trabalhadoras que concordassem em participar da pesquisa foi o noturno. Nos dois lugares onde entrevistei trabalhadoras, havia um acompanhamento maior do fiscal, que nos dois casos, centro de Taguatinga e Setor Comercial Sul, eram homens.

O Setor Comercial Sul é um lugar muito movimentado durante o dia, já na parte da noite, as garis que trabalham ali dividem o espaço com o grande número de pessoas em situação de rua, prostitutas e traficantes. Esta situação faz com que elas estejam em uma situação mais perigosa que em outros lugares e/ou horários. Além disso, o fiscal permanecia sentado em um banco do outro lado da rua, olhando para as trabalhadoras. São várias duplas trabalhando neste local, tentei conversar com 6 mulheres, e apenas Márcia concordou, entretanto, pediu para eu ir no sábado seguinte. Todas as outras mulheres estavam bastante assustadas e sempre olhavam para onde o fiscal estava ou por onde ele poderia estar passando. Uma dupla, inclusive, pensou que eu era uma repórter e que se eu fizesse uma matéria sobre elas e o seu trabalho, as prejudicaria. Esta mulher contou que há algum tempo, uma moça disse que era estudante, fez uma reportagem e a gari que deu entrevista foi demitida. Tentei mostrá-las minha carteirinha de estudante da UnB, mas mesmo assim, não aceitaram.

Para não ir sozinha durante a madrugada, meu irmão me acompanhou na busca por trabalhadoras no Setor Comercial Sul, W3 Sul, centro de Taguatinga e Pistão Sul. Na W3 Sul conversei com uma dupla de trabalho em que uma concordou em participar e me deu seu telefone, porém, no dia seguinte, ao contactá-la, disse que não poderia se arriscar e que não queria ser prejudicada. Em Taguatinga, no Pistão Sul, também falei com uma trabalhadora que me deu seu telefone, mas nunca consegui falar com ela.

“Uma pesquisa sobre gari?” ou “Posso falar tudo?” foram falas recorrentes e que revelam o que Spivak (2010) apresentou como questão, “Pode o subalterno falar?”. Subalterno refere-se às “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política legal, e da possibilidade de se tornarem plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12).

É interessante perceber que este medo e/ou falta de costume de falar sobre sua realidade e expor suas opiniões, além de ter alguém que esteja interessada em ouvi-las é construído social e historicamente, este silenciamento foi construído. SPIVAK (2010) aponta que apesar dos dois sujeitos históricos, homens e mulheres, serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos de insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não rem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 66).

Desse modo, a oportunidade de serem ouvidas e de falarem sobre o trabalho, seus corpos, suas opiniões e sobre elas mesmas também trouxe satisfação e orgulho do que fazem e de serem enxergadas como mulheres, trabalhadoras, que sustentam suas casas, vaidosas, divertidas, como pessoas.

Antes de ir a campo para as entrevistas, o objetivo da pesquisa era apreender as consequências do trabalho sobre a saúde das trabalhadoras, com um foco maior sobre o sofrimento, contudo, a partir da experiência das entrevistas, a complexidade do que é o trabalho de gari, com todas as ambiguidades existentes, como em qualquer outro emprego, irrompeu. E assim, as entrevistas tiveram como objetivo a investigação de como as trabalhadoras garis enxergam o seu trabalho, quais as consequências dele para a saúde e bem-estar delas, como se sentem e se enxergam como mulheres garis, a manipulação de seus corpos no trabalho, desestabilização/sofrimento e estratégias de defesas.

1.2 QUEM SÃO AS MULHERES QUE TRABALHAM COMO GARIS?

Em sua maioria mulheres negras, moradoras de Regiões Administrativas mais afastadas do Plano Piloto e mães. Das 14 mulheres entrevistadas, 8 se autodeclararam pardas, 2 pretas e 4 brancas. Todas são mães e apenas Clarice e Adriana estavam estudando. A maioria diz não estudar por não considerarem que “*tem jeito pra isso*”, como diz Luísa, ou pela falta de tempo e excesso de cansaço.

No decorrer das entrevistas, algumas dificuldades emergiram relacionadas à classificação racial. A primeira delas referente ao emprego da hétero ou da autoclassificação de cor/raça. Escolhi pelo caminho da autoclassificação tendo em vista que não considero que uma única pessoa detenha o poder de classificar alguém racialmente, já que esta se dá de forma social, a partir de como a sociedade a enxerga e de como vivenciou e vivencia experiências sociais a partir de sua raça/cor.

Um segundo problema se refere à utilização da classificação racial aberta ou delimitada por opções. O uso das categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – branca, parda, preta, amarela e indígena – possui a vantagem de limitar as opções de classificação e assim facilitar as comparações entre os grupos, contudo, pode não ser conhecida e assim, representar uma imposição de termos que não utilizam.

A saída adotada foi perguntar abertamente como elas se classificam por cor/raça, como se identificam, sem dar opções e a partir da resposta enquadrar em alguma das

categorias utilizadas pelo IBGE. Isso porque quando a pessoa se considera branca, não há termos distintos empregados dessa palavra, isso acontece apenas quando o espectro está entre pardas e pretas. Por isso, quando uma resposta se referia a “morena” e suas derivações, foram enquadradas na categoria parda, considerando a percepção de proximidade entre o grupo pardo e o grupo preto, conforme estudos estatísticos como os de Hasenbalg (1979) e IPEA (2011).

Como característica preponderante também está a baixa escolaridade e o local de moradia em Regiões Administrativas periféricas, e por isso, as longas distâncias e tempo de deslocamento, que provocam mais cansaço, dependendo da localidade do trecho. A responsabilidade e preocupação com os filhos, a família e o trabalho doméstico ainda é um obstáculo para uma maior escolarização, já que dentre as que não terminaram o ensino básico, o principal motivo seja a falta de tempo.

A relação com o outro, principalmente com a colega de trabalho, é um elemento muito importante para que o trabalho seja realizado de forma mais prazerosa. Sendo o trabalho pesado e cheio de exigências, as trabalhadoras que têm uma relação mais próxima com as companheiras de labor demonstraram sentir uma maior “leveza”, um maior alívio nas tarefas da limpeza. Isso porque uma ensina a outra, há o compartilhamento de sofrimentos e cansaços, uma “encobre” a outra em alguma situação de romper com a prescrição do trabalho.

Cada mulher com quem conversei possui qualidades, personalidades e vivências subjetivas/individuais que as diferenciam entre si, apesar de estarem na mesma profissão, e que cabe aqui referir-se brevemente.

1.2.1 CLARICE: A MAIS JOVEM DENTRE AS GARIS

Clarice é uma mulher branca, jovem e magra, com os cabelos tingidos de loiro e presos para dentro do boné. Moradora do Recanto das Emas, também trabalhava na mesma RA, perfazendo o trecho das quadras 108, 109 e 110 e a “Fazendinha”, no primeiro turno de trabalho. Foi a mais nova das trabalhadoras que entrevistei, com 18 anos, estava trabalhando como gari há apenas 4 meses. Ela tem um filho de 1 ano e 3 meses e estava cursando o último ano do ensino médio, com o desejo de passar no ENEM para Enfermagem, contudo, seu sonho era estudar Medicina. Ela morava com a mãe e não estava se relacionando com o pai

de seu filho. Ela começou a trabalhar como gari porque seu filho nasceu e precisava “*criar ele*”.

Clarice é bastante vaidosa, usa batom, brincos e sempre passa o protetor solar que compra, já que o que a empresa oferece lhe rendeu manchas na pele. Ela também se mostrava bastante extrovertida e não se sentia constrangida em falar o que pensava sobre o trabalho, sua vida, dificuldades fiscais e suas relações amorosas, sempre de uma forma bem humorada.

1.2.2 AMANDA: A TRABALHADORA ASSEDIADA PELO FISCAL

Amanda trabalha junto com Clarice e também é moradora do Recanto das Emas. Uma mulher negra, de cabelos cacheados presos em um rabo de cavalo baixo. Ela tem 45 anos, e dois filhos, um de 16 e outro de 9, e vive em uma união estável com o pai de seus filhos. Ela contou que estudou até a segunda série do ensino fundamental e que hoje não estuda porque acha que não tem vocação para isso, entretanto sempre acompanha os resultados de seus filhos na escola para que eles permaneçam estudando.

Além disso, o marido de sua irmã era gari também e trabalhava na coleta. Conta que já trabalhou na Frente do Trabalho, que era uma empresa em que capinava, porém, “*não era fichada*”. Uma mulher tímida e muito simpática que conta que o fiscal a assedia, com olhares, piscadas e tratamentos diferenciados por ela não corresponder. Amanda é muito discreta e diz não gostar de “*barraco*”, então sua postura é fingir que não acontece.

1.2.3 MARIANA: A QUE OPEROU A VESÍCULA

Mariana é uma mulher branca de cabelos pretos lisos, de 43 anos que mora em Planaltina e trabalha nos arredores da Rodoviária do Plano Piloto, no primeiro turno de trabalho. Ela concluiu o ensino médio, é casada e tem dois filhos. Uma mulher com a fala mansa e paciente, que se dispôs a participar da pesquisa por indicação, marcando um encontro comigo pelo celular, e convencendo as colegas de trabalho a participar também.

Ela sempre leva sua comida para o almoço em uma marmita, e come debaixo das árvores no gramado atrás do metrô, sobre um papelão estendido, junto com as colegas de trabalho, a fiscal e alguns motoristas de ônibus. A opção de levar a comida para o trabalho diz respeito, também, à uma cirurgia que realizou na vesícula e por isso, não pode comer certos alimentos e por causa desta restrição, já lhe aconteceu constrangimentos durante o trabalho na ida ao banheiro.

1.2.4 SÍLVIA: “EU TRABALHO PREOCUPADA COM MEUS FILHOS”

Sílvia forma dupla com Mariana para limpar os arredores da Rodoviária. Uma mulher negra, autodeclarada como preta, de 46 anos que estudou até a sétima série do ensino fundamental. Ela está em uma união estável, tem 3 filhos e 2 filhas e também mora em Planaltina. Uma mulher bastante tímida, que falava pouco, principalmente no começo da entrevista, mas que depois foi se soltando e se abrindo mais.

Ela conta como vê em seu cotidiano, principalmente, meninos envolvidos com drogas, tráfico e atividades fora da lei, sendo abordados por policiais e tratados com violência, e sempre pensa em seus filhos. Reflete se estão em casa, se estão na escola, e se preocupa com o futuro deles com ela trabalhando durante o dia e sendo ausente da rotina diurna deles.

1.2.5 JAQUELINE: A ARRECADADORA DA “CAIXINHA”

Jaqueline é uma mulher negra de 38 anos que estudou até a quinta série do ensino fundamental. Ela tem uma filha, é solteira e mora em Santo Antônio do Descoberto, que é uma cidade da região metropolitana de Brasília. Uma mulher muito vaidosa que sempre está com as unhas feitas, pintadas e desenhadas, que se preocupa com o peso e está tentando comer menos para emagrecer. Ela almoça junto com Sílvia e Mariana, entretanto não forma uma equipe de trabalho com elas. Jaqueline trabalha sozinha em um trecho muito curto em comparação com as colegas. No interior da Rodoviária, há alguns contêineres ao lado da rua onde os ônibus param, o trabalho dela consiste em sempre pegar os lixos que caem para fora desses contêineres.

Jaqueline sempre brincalhona, bem-humorada e sem “papas na língua”, justifica o trecho curto, *“é porque eu só tomo de conta do contêiner, né? Do que cai do contêiner. Do que cai de sujo e pesado eu deixo lá também porque eu não dou conta de tirar (risos)”*.

1.2.6 MEIRE: “ME SENTI LIVRE PARA TRABALHAR”

Meire é uma mulher negra de 53 anos e que ama o seu trabalho. Ela mora em Planaltina, tem uma união estável há 36 anos, três filhos e duas filhas, todos maiores de 25 anos. Estudou até a quinta série do ensino fundamental, começou a trabalhar como gari há 5 anos e é o seu primeiro trabalho remunerado. O amor pelo trabalho e a entrada no mercado de trabalho tardia se dá porque, segundo ela, nunca teve tempo para trabalhar, sempre esteve

cuidando de alguém. Quando não dos filhos até que virassem adultos, do sogro que esteve doente durante anos. Depois, com o falecimento do sogro e com os filhos crescidos, “se viu livre para trabalhar”, e este é a alegria de sua vida, conhecer pessoas, andar por lugares que não conhecia, receber seu dinheirinho são conquistas muito esperadas por Meire, e talvez por isso, sua resistência em elencar pontos negativos no trabalho. Ela sempre exaltava as qualidades positivas de seu trabalho e resistia em falar mal.

Sua relação com a colega, Tamiris, é de muito carinho e companheirismo. As duas conversam, riem, zombam uma da outra e nos horários de descanso fazem o “crochê”.

1.2.7 TAMIRIS: “SOU MARIA DAS DORES”

Tamiris é uma mulher negra de 32 anos dos cabelos compridos e cacheados. Uma mulher muito simpática, sorridente e bem-humorada, com uma risada contagiante. Ela trabalha como gari há 7 anos, é casada, tem uma filha e estudou até o primeiro ano do ensino médio. Assim, como Meire é moradora de Planaltina. Tamiris e Meire trabalham no segundo turno de trabalho e sempre levam em suas mochilas grandes, muitas linhas de crochê e agulhas. O crochê que aprendeu com Meire, além de ser um elemento para descansarem e relaxarem durante o trabalho, também é um elo de ligação com sua colega. As duas têm uma relação de camaradagem muito importante para que o trabalho seja menos pesado emocionalmente e fisicamente.

1.2.8 LUCIANA: A CONTESTADORA

Luciana trabalha no terceiro turno no centro de Taguatinga e também reside na mesma RA. É uma mulher branca, que estudou até a oitava série do ensino fundamental, de 45 anos, solteira, e que tem um filho que cria sem o pai. O filho dela é muito estudioso e quer ser médico, ela fala com orgulho do filho adolescente e vê nele um futuro que planejou que vivesse a partir de seu esforço neste trabalho. Luciana gosta de trabalhar a noite, porque assim não tem muito contato com as pessoas, já que não há movimento. É muito articulada, tem uma personalidade e opiniões fortes, tem reflexões e críticas intensas em relação a empresa e a relação de trabalho e poder que existe entre elas, trabalhadoras, a empresa e o governo.

São várias as falas marcantes de Luciana:

A empresa não quer saber, não. Eles querem saber o que você tá colhendo: lixo. O negócio deles é a produção pra eles, nosso trabalho pra eles não...

não importa nada. Se tiver, vamos supor... 50 milhões de sacos ali, pra eles é lucro, agora pra nós eles não estão nem aí. (...) A mulher... a mulher que entrou no lugar do cara da AGEFIS... ela mesmo falou que o nosso trabalho tá pouco pra o que nós faz. Então, eu queria que ela estivesse no lugar... nosso, que aí ela ia dar valor. (...) Cada gari teria ganhar 3 mil e pouco, mas esse dinheiro todo vai pra empresa, e eles que repassam, agora pensa o tanto que eles não lucram. Por isso eles não querem perder pra empresa nenhuma, pra eles é lucro.

Quando eu perguntava sobre o tratamento que recebem das pessoas que passam, Luciana lança a pergunta a mim: *Vamos supor que fosse você, simular que fosse você. Como você tá fazendo essas perguntas pra gente... se você não estivesse fazendo, você passasse por a gente, o que você faria?*

Desconcertada por ser colocada de relance como quem responde perguntas e não quem as faz, respondi que venho refletindo e prestando mais atenção principalmente na minha falta de atitude, ao perceber que um simples cumprimento é de grande valia e significa tanto, e que por isso, hoje, sempre cumprimento trabalhadores e trabalhadoras.

1.2.9 FERNANDA: “EU TINHA VONTADE DE SER GARI”

Fernanda é uma mulher negra de 40 anos, solteira e que tem dois filhos que cria sozinha. Ela estudou até a oitava série do ensino fundamental e parou porque a escola era muito longe e não tinha transporte público para a escola no interior do Piauí. Ela mora também em Taguatinga e trabalha com Luciana. As duas não têm este trecho como fixo, mas o fiscal delega a cada dia qual trecho ficarão responsáveis.

É uma mulher tímida e vaidosa, que sempre está maquiada, usando batom, lápis de olho e as unhas feitas. Ela diz que assim se sente mais bonita e bem consigo mesma. A relação das duas não é de tanta intimidade, mas sempre com respeito, já que contam que existem várias picuinhas entre trabalhadoras gari. Fernanda gosta de trabalhar como gari, diz que assim conhece lugares novos, pessoas novas e não fica presa entre quatro paredes.

1.2.10 MÁRCIA: A QUE TRABALHA COM A “PALHA”

Márcia é uma mulher negra com traços indígenas e cabelos lisos presos em um coque, de 55 anos, e que estudou até a quinta série do ensino fundamental. Ela mora na Ceilândia e trabalha no terceiro turno no Setor Comercial Sul. Ela conta que prefere este horário de trabalho porque é menos quente e não precisa conviver com muitas pessoas passando na rua. Sua colega de trabalho não quis participar da entrevista.

No primeiro momento, Márcia ficou receosa de falar comigo, pois o fiscal no seu trecho de trabalho é sempre presente. Ela diz que por um lado é bom, porque isso traz segurança para elas, já que o Setor Comercial Sul é também local de trabalho de prostitutas, traficantes e a moradia de pessoas em situação de rua.

1.2.11 LUÍSA: “NÃO TENHO ‘JEITO’ PARA ESTUDAR”

Luísa é uma mulher negra que é casada e tem um filho pequeno. Ela estudou até o segundo ano do ensino médio, tem 30 anos e mora em São Sebastião. Ela e o marido são garis, mas ele trabalha na coleta, no caminhão. Luísa trabalha no primeiro turno no Lago Sul, na QI 7 e 8, perto do Hospital Daher. Ela conta que preferia o lugar que trabalhava anteriormente, na própria RA que reside, mas que foi realocada. A preferência por trabalhar em São Sebastião vai além da proximidade de casa, mas também do tratamento recebido pela população do local. Luísa diz que no Lago Sul as pessoas “*são muito nariz em pé*” e “ *fingem que você não existe*”.

Luísa parece uma pessoa séria e reserva e sempre leva sua marmita para o trabalho e a esquentar com fogãozinho feito com latinha de atum, uma pequena tábua de madeira e pregos. Ela pretende voltar a estudar e concluir o ensino médio para fazer um curso técnico de enfermagem.

1.2.12 ANA: A QUE DESEJA SER PSICÓLOGA

Ana é uma mulher branca de 28 anos, solteira, que tem uma filha e vive em São Sebastião também. Com os cabelos bem longos, faz uma trança embutida para sentir-se mais bonita e sempre está com as unhas feitas e um batom nos lábios. Ela estudou até o primeiro ano do ensino médio e parou quando engravidou. Viveu por algum tempo junto com o pai da filha, mas por causa do abuso de álcool dele, ela o largou e voltou a morar com a mãe. Ela conta que tem o sonho de fazer psicologia e ter um consultório para ajudar pessoas com histórico de alcoolismo ou na família.

Uma mulher de riso fácil e muito brincalhona, diversas vezes brinca com a colega, Luísa, para que se solte mais, para que seja mais extrovertida e bem-humorada, segundo ela. As duas têm uma relação boa, conversam, riem juntas, mas ainda assim, enfatizam que é profissional.

1.2.13 ADRIANA: A QUE VOLTOU A ESTUDAR

Adriana é uma mulher negra de 37 anos, mãe de três filhos e casada. Ela está cursando o primeiro ano do ensino médio. Conta que voltou a estudar este ano e que está cursando o EJA (Educação de Jovens e Adultos), porque é mais rápido para terminar¹⁵, entretanto ela reflete que o ensino é mais superficial para que seja mais rápido, o que é uma desvantagem. Ela trabalha em Taguatinga, no Pistão Sul, e mora na Ceilândia. É uma mulher bem-humorada, falante e muito simpática. Sentiu-se feliz por alguém estar pesquisando sobre o seu trabalho, diz *“me senti importante”*, enquanto gargalhava.

Ela se vê feliz neste emprego porque proporciona aos filhos estudo, brinquedos e algumas formas de lazer, conta que comprou um vídeo game para eles, e ficaram em êxtase de felicidade. Adriana diz que essas coisas recompensam o cansaço, ver os filhos felizes e tendo mais oportunidades que ela.

1.2.14 JÚLIA: “SOU MÃE, MAS NÃO DOENTE”

Júlia é uma mulher de 31 anos, solteira e que tem dois filhos. Ela também mora em Ceilândia, como sua colega de trabalho, Adriana. As duas moram perto uma da outra e são amigas além da relação profissional. Júlia parou de estudar no primeiro ano do ensino médio e diz que Adriana tenta a convencer a voltar a estudar junto com ela. Porém, Júlia tem uma filha de apenas 2 anos, e não está o pai das crianças, para que ele fique com ela enquanto vai para a escola. As duas trabalham no primeiro turno e ou levam suas marmitas e pedem para esquentar em algum comércio ou comem em restaurantes que ficam no trecho.

Júlia tem um semblante cansado apesar da pouca idade, mas ainda assim esbanja energia ao falar do forró, que tanto gosta de dançar. Para ir ao forró, Júlia deixa seus filhos com sua mãe. Ela ainda expõe sua indignação quando ouve das pessoas que ela não pode deixar os filhos com a mãe *“pra ir pra farra”*.

“Eu não vou dançar meu forró? Eu sou mãe mas não doente. Essa mania do povo se meter na vida dos outros, minha mãe não liga de ficar com ele, o que que tem de mal? Só porque eu gosto de sair de vez em quando não quer dizer que não cuide dos meus filhos”

¹⁵ O EJA possui uma organização diferente do ensino regular. Cada ano regular é cursado em um semestre, assim, ao invés do tempo para terminar o ensino médio ser de 3 anos, é de 1 ano e 6 meses.

2. IDENTIDADE E CORPO DAS GARIS: PERCEPÇÕES SOBRE A DINÂMICA CORPORAL

O presente capítulo busca o entendimento das condições em que o corpo, como elemento fundamental da existência, do trabalho, da comunicação, identidade e das interações sociais, carrega simbolismos cultural e socialmente construídos. No que diz respeito às trabalhadoras garis, a questão da corporeidade permite vislumbrar a intersecção de categorias que tornam a opressão mais suscetível a estes corpos, sendo o gênero e a raça, preponderantes neste processo, inserindo o corpo da mulher gari em processos de reificação e abjeção. Desse ponto de vista, em que o corpo é visto como *texto* e, portanto, como lido pela sociedade, são investigadas as formas pelas quais a identidade dessas trabalhadoras, se constitui na relação com o outro, tanto fiscais, colegas ou comunidade, necessariamente atuantes nos processos de reconhecimento do trabalho realizado e das próprias trabalhadoras.

É no corpo, ainda, que estão marcadas as vivências de qualquer ser humano, e, portanto, no corpo das garis também estão inscritas mudanças ocasionadas como consequência, direta ou indireta, do trabalho na limpeza urbana que são apresentadas aqui. Para além do corpo, o uniforme também cumpre um papel de marcador social sobre elas, e que desemboca em ambiguidades: entre a falta do que é considerado feminino vestindo mulheres garis, e o assédio vivenciado mesmo utilizando este uniforme que não delinea o corpo; e sendo confeccionado em cores extravagantes ainda não ser visto na paisagem social.

2.1 CONSTRUÇÃO TEÓRICA SOBRE O CORPO: GÊNERO E RAÇA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO

O corpo tem sido abordado por diversas áreas de conhecimento e pensamento ao longo da história. Segundo a análise de pesquisadoras/es ocidentais acerca deste objeto, independente do campo de reflexão, voltou-se para uma concepção dicotômica e, consequentemente, hierárquica, em que corpo e mente configuram objetos não apenas distintos, mas separados e opostos, onde a mente ou a razão é entendida como superior.

Grosz (2000) ao debruçar-se sobre a atenção dada pela história à concepção dos corpos, afirma que o corpo ainda hoje é um ponto cego conceitual, tanto para o pensamento filosófico ocidental quanto para a teoria feminista contemporânea. Isso ocorre, segundo a

autora, porque o pensamento ocidental ao tratar o sujeito humano, estabeleceu sua constituição por duas características opostas e dicotômicas: mente e corpo. E ao orientar suas categorias analíticas sempre como binárias, duais, este pensamento ocidental “hierarquiza e classifica os dois termos polarizados de modo que um deles se torna o termo privilegiado e o outro sua contrapartida suprimida, subordinada, negativa” (p. 47).

O problema do pensamento dicotômico não é a existência de pares para analisar o mundo e a existência humana, mas sim o fato de que a partir de um par dicotômico, um sempre será a referência, não permitirá vários distintos, mas o um será sempre o que o outro não é.

Toda alteridade é moldada como o mesmo, com o termo primário agindo como o único termo autônomo ou pseudo-autônomo. O um não permite dois, três, quatros. Ele não tolera nenhum outro. Para ser um, o um deve criar uma barreira ou limite em torno de si, caso em que necessariamente se envolve no estabelecimento de um binarismo – dentro/fora, presença/ausência. (GROSZ, 2000, p. 47)

A modernidade atribui, portanto, pares que estão em oposição, como cultura e natureza, estrutura e indivíduo, razão e paixão, sensatez e sensibilidade, realidade e aparência, psicologia e fisiologia. Pares que estão correlacionados à relação mente x corpo (GROSZ, 2000).

A mais relevante das associações, para a autora, é a correlação da oposição entre homem e mulher, em que homem é associado a mente, e mulher ao corpo. Afirma que essa representação não é acidental, mas que se refere ao modo pelo qual a filosofia ocidental se desenvolveu historicamente e como ainda se vê hoje. Cujas preocupações se voltou, primariamente, para o conhecimento voltado para a razão e a elaboração de conceitos e não para a corporalidade, recusando, dessa forma, o corpo em detrimento da mente.

Tendo em vista que o conhecimento é atribuído como puramente conceitual, sua relação com o corpo e a maneira como interagem são obscurecidas. E dessa forma, “a filosofia, como disciplina, excluiu subrepticamente a femilidade, e como consequência, a mulher, de suas práticas, através de sua codificação usualmente implícita da feminilidade como desrazão associada ao corpo” (GROSZ, 2000, p. 49).

Dentro da filosofia, desde sua origem como disciplina separada, na Grécia antiga, o corpo foi entendido como fonte de interferência e um perigo para a racionalidade. Para Platão, por exemplo, indica a autora, era óbvio que a razão deveria comandar o corpo e as

funções irracionais da alma. “O corpo é uma traição da alma, da razão e da mente, e sua prisão” (GROSZ, 2000, p. 52).

Dentro da tradição cristã, a distinção entre o que é considerado como imortal e o que é mortal guiaram a separação entre mente e o corpo, onde a mente, a alma seria imortal e o corpo, passageiro, mundano.

Descartes, ainda segundo a autora, efetuou a bifurcação entre natureza e alma, onde considera o corpo como mecânico e que, ao contrário da mente, funciona de acordo com as leis da natureza. A alma, a mente, a substância pensante, não teria lugar no mundo natural, se ocuparia do conhecimento e da fundação de uma ciência dos princípios que governam a natureza, ciência que exclui o sujeito e é indiferente às considerações dele, que se pretende neutra, objetiva e impessoal.

Tem-se que a ciência clássica e, por conseguinte, a sociologia clássica não centrou-se sobre o corpo enquanto objeto de estudo, pois esteve focada em questões econômicas e de classe, sobretudo desde meados do século XIX. Muitos anos mais tarde, esforços foram empregados por algumas e alguns autores para que o corpo fosse inserido como construção histórica, simbólica e social, com o objetivo de desnaturalizá-lo e pensar as diferentes maneiras que cada sociedade se serve dele.

LeBreton (2007) afirma que todas as ações que tecem a trama do cotidiano, das mais rebuscadas às mais simples ou fúteis, no público ou no privado, envolvem a mediação da corporeidade, enfatiza que antes de qualquer coisa, a existência é corporal. Assim, para o autor, o corpo é moldado pelo contexto social e cultural em que o ator de se insere, e também é pelo corpo que o sujeito “apropria-se da substância de sua vida traduzindo-a para os outros” (LEBRETON, 2007, p. 7), e dessa forma, também constrói o social.

Rompendo com a idéia moderna do binarismo entre corpo e mente, o autor ainda atenta para não cair na fragmentação entre corpo e ‘homem’, isto é, para não entender o corpo como algo diferente de quem “o detém”. Não deve haver a concepção de que há um ser humano que possui um corpo, para LeBreton (2007, p. 30), “o corpo não se distingue da persona (...). Nessas concepções da pessoa, o homem não é separado do corpo, como normalmente se considera o senso comum ocidental”.

As mãos, braços, pernas, pés, costas, cabeça, não são apenas pedaços de corpos, são carregados de simbolismos culturais e sociais. O corpo, ao carregar significados, torna-se o

principal constituinte da identidade pessoal e social. Nele estão inscritas marcas de gênero e raça, além de classe, que estão vinculadas ao sujeito e não podem ser suprimidas, segundo Courtine (2006). O corpo é o primeiro que se vê ao contatar alguém, é como um cartão de visitas e é a partir dele que há a comunicação, bem como por onde se dá a possibilidade do trabalho e da interação social.

É fundamental considerar o corpo das mulheres em suas dimensões histórico-culturais, temporais e locais, que definem o cumprimento de diversas funções impostas pelo patriarcado e que o coloca em uma posição de objetificação, que também recebe, em determinados espaços, o lugar da *abjeção*. São esperadas, do corpo feminino, certas performances atribuídas, principalmente, pela modernidade e colonização, que sujeitam esses corpos a uma maior chance de ser objetificado dentro da sociedade capitalista moderna, principalmente, se este corpo ocupa um lugar racializado. Assim, este corpo, onde se entrecruzam características subalternizadas se encontrará com uma maior possibilidade de se tornar um corpo abjeto.

Podemos enxergar o corpo como um texto que será lido e interpretado pelo outro. Um texto que segundo Fanon (2008), já tem uma leitura pronta, um *a priori*, principalmente, quando olhado pelo observador branco. A população negra brasileira tem um texto pré-estabelecido que não é favorável à sua ascensão e valorização.

Silva e Fonseca (2013), em artigo que analisa o periódico “O Brasil médico”, expõem como com a colonização, o corpo branco foi tomado como universal, civilizado e “normal”:

As formas de se referir a um ‘outro’, distinto das características específicas de uma ‘raça superior branca civilizada’, puderam criar significados sobre sujeitos e legitimar práticas que favoreceram a construção de estereótipos sobre a diferença, permitindo definir o que é normal e o que é anormal, como também aquilo que seria aceito, ou não aceito, como inferior. (SILVA e FONSECA, 2013, p. 1303)

O modo como as classificações raciais são dadas na sociedade brasileira corresponde de melhor maneira à ideia de raça e não de etnia. É também pela categoria de raça que se pode entender melhor como o racismo é expresso em nossa sociedade. Isso porque um indivíduo ou grupo é excluído a partir do que se percebe nele visualmente, como cor da pele, textura de cabelo, traços faciais e tipo corporal, ou seja, pelos sinais inscritos em nos corpos.

Gomes (2006) analisa a ideologia racial brasileira, em que é construído um gradiente de cores e características corporais como forma de classificar os indivíduos e grupos,

aproximando-os ou os distanciando do polo branco ou preto. Dentro dessa construção, existe uma combinação entre cor da pele e cabelo, entre outros sinais diacríticos, segundo a autora, que valoram o indivíduo dentro da sociedade. E esta valoração atribuída em função do corpo influenciará nas oportunidades de mudanças sociais e de trabalho.

Já, Bento (1995) aponta o fenômeno da segmentação racial do mercado de trabalho, onde existem práticas discriminatórias que bloqueiam o acesso de mulheres negras em determinados tipos de emprego e as mantém concentradas em ocupações de baixo prestígio social e de baixa remuneração. Isso significa que a divisão sexual do trabalho não acontece de forma homogênea para as mulheres negras e brancas, bem como para as mulheres de classe média e pobres. A inserção de mulheres negras no mercado de trabalho, ainda se dá em atividades manuais, com baixa qualificação, como em empregos domésticos e em serviços de conservação e limpeza terceirizados.

hooks (1995) demonstra como, a partir da socialização sexista, os afazeres domésticos e outras atividades servis são cotidianos na vida de meninas negras e mulheres em geral como preferencial e mais importante que o trabalho intelectual. O matriarcado da miséria (CARNEIRO, 2011) noticia as condições em que as mulheres negras brasileiras estão submetidas e que caracterizam sua subproletarização marcada pelo trabalho precário, terceirizado e subcontratado.

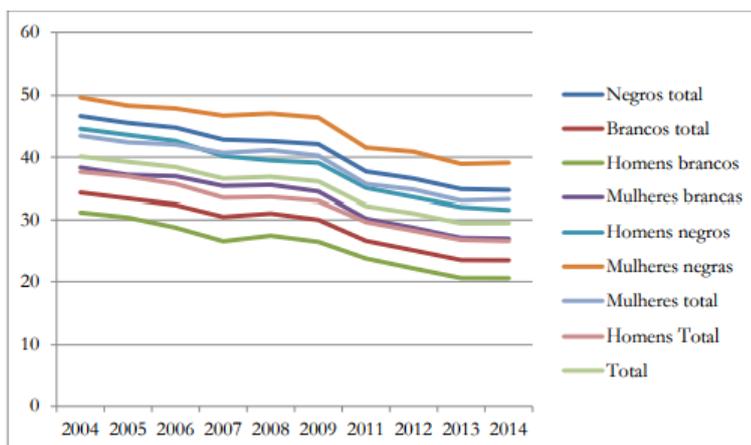
Os dados do DIEESE (2011) e Ipea (2011 e 2016), respectivamente, apontam uma grande desvantagem das mulheres negras no mercado de trabalho e na condição de vida em relação às mulheres brancas e a homens brancos e negros, e poucas mudanças ao longo dos anos. Segundo Ipea (2016), houve uma queda expressiva do trabalho precário¹⁶ até então, de acordo com a PNAD de 2014. O percentual de trabalhadoras/es inseridas/os em ocupações precárias apresenta a estrutura hierárquica de estratificação social onde a mulher negra “é a base do sistema remuneratório, sujeito preferencial das piores ocupações, convergência da tríplice opressão de gênero, raça e classe” (Ipea, 2016, p. 11-12), o panorama apresenta 39,1% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho,

¹⁶ Foram classificadas/os como trabalhadoras/es precarizadas/os aquelas/es com renda de até 2 salários mínimos e com as seguintes posições na ocupação: sem carteira assinada, construção para próprio uso, conta-própria (urbano), empregador/a com até 5 empregados (urbano), produção para próprio consumo (urbano) e não-remuneradas/os (urbano).

seguida pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (27,0%) e homens brancos (20,6%).

Gráfico 1

Proporção de trabalhadoras/es precarizadas/os na população ocupada de 16 anos de idade ou mais, segundo cor/raça e sexo. Brasil, 2004 a 2014



Fonte: Pnad/ IBGE

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Os dados revelam, então, que mesmo em uma conjuntura de crescimento econômico, ou de uma melhora nas condições de trabalho, não houve uma mudança estrutural do quadro de divisão sexual e racial do trabalho, já que “parte significativa das mulheres que ingressaram no mundo do trabalho neste período tiveram nos contratos atípicos, na terceirização ou no autoempresariamento precário a sua principal via de acesso” (Ipea, 2016, p. 12).

Também, segundo o Mapa da Violência (2015), o homicídio contra mulheres negras aumentou em 54%, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013, ao passo que, no mesmo período, houve uma diminuição 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013 de homicídios contra mulheres brancas. O que indica que há a interseccionalidade entre gênero e raça e, conseqüentemente, a possibilidade maior de mulheres negras estarem sujeitas à violência, direta e indiretamente.

O privilégio racial, de ser branco, é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o beneficiário da exploração, especialmente da exploração negra, como afirma Gonzalez (1979). A autora ainda enfatiza que mesmo que

brancos com condições materiais semelhantes a uma pessoa negra ainda são beneficiadas, simbólica e materialmente, pelo racismo. Bento coaduna com a autora ao apontar que

Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social. Com certeza este dado é importante, mas não é só isso. (BENTO, 2002, p. 27)

Se possuir um corpo feminino a torna com maior possibilidade de ser objetificada, ser mulher trabalhadora gari é ocupar um lugar racializado, mesmo que existam mulheres brancas que trabalhem neste espaço. Por conseguinte, é estar em um lugar subalterno e abjeto. Ao mesmo tempo que tem o corpo marcado por gênero e raça, essas mulheres exercem uma profissão indesejada, discriminada, insalubre, que lida com o lixo da sociedade, e por tanto considerada suja e abjeta, ou seja, se interseccionam várias categorias que as colocam em uma posição mais suscetível a diversas opressões.

Dessa forma, pode-se afirmar que as oportunidades de mudanças sociais, assim como oportunidades de emprego, são influenciadas pelas inscrições e condições corporais, como gênero e raça. O sucesso então está sujeito à forma como a sociedade lê o sujeito e como estão inseridos em seus corpos elementos considerados como pertencentes a uma simbologia de superioridade ou não.

2.2 PERCEPÇÕES SOBRE AS MUDANÇAS NOS CORPOS

Os sentimentos que vivenciamos, a forma como repercutem se expressam fisicamente em nós. Inscrevem-se no rosto, no corpo, nos gestos, na postura (LEBRETON, 2007). Algumas pessoas dizem que o corpo não mente. O corpo conta histórias, guarda todos os acontecimentos vividos. Leloup (2009), ao abordar o corpo e a simbologia atribuída a cada parte dele para a saúde física, mental e espiritual, traz a afirmativa de que “o corpo é a nossa memória mais arcaica, nada nele é esquecido” (p. 15). Cada acontecimento vivido, tanto na infância como na fase adulta, deixa suas marcas profundas no corpo.

Assim é com as mulheres garis. Todas as trabalhadoras afirmaram terem vivido transformações em seus corpos depois de começarem a trabalhar nesta profissão. Mudanças no peso, na pele, nas pernas, pés, mãos...

Os calos nos pés e nas mãos foram recorrentes nas falas das entrevistas, a saber:

Aparece calo... bastante calo na mão, nos pés também. (Clarice)

Olha a minha mão (mostrando as mãos)... fiquei com calo... e não sai. (Ana)

Eu criei um esporão aqui (apontando para a sola do pé)... já fiz chapa, mas não sei se tiro. Às vezes dói bastante, incomoda pra andar tudo que a gente tem que andar. (Adriana)

Ah... eu comecei a ficar com calo na mão, mas comecei a usar a “palha”, aí diminui. Mas nos pés, aparece bastante calo, aqui atrás (mostrando o calcanhar). (Márcia)

Fiquei com calos no calcanhar, no dedinho do pé, na mão... Mas depois que criou calo, dói menos, porque fica mais grosso, né? (Júlia)

Esse osso do braço já “alteou” um pouquinho, já vi diferença. (Fernanda)

Segundo Mendes (2003), as funções que exigem a permanência de longos períodos em pé, com exposição a calor excessivo, levantamento de pesos, contato com ambientes úmidos e produtos químicos são fatores que contribuem para a progressão das complicações em extremidades de membros inferiores, entre elas os calos.

As botas esquentam os pés e devido as longas distâncias e o tempo que ficam em pé e andando, os calos nos pés aparecem, segundo as trabalhadoras. Já os calos das mãos surgem por causa dos cabos das vassouras e pás, e para empurrar o carrinho. O atrito das mãos com esses instrumentos, com ou sem a luva, provocam os calos. Esses calos incomodam as mulheres, além da dor, também, esteticamente, elas dizem que dão uma aparência “masculina” aos seus pés e mãos, já que ficam mais grossos e menos macios.

Outro fator de mudança no corpo apontado foram as manchas na pele, principalmente no rosto. O trabalho de gari é realizado na rua, por isso, elas estão diretamente expostas ao sol durante 8 horas por dia, para as que trabalham no turno diurno. Apesar do uso do protetor solar mesmo quando a empresa não oferecia a elas, as manchas foram inevitáveis para Ana e Júlia. Elas contam e mostraram algumas manchas um pouco mais escuras que a cor da pele delas, não muito aparentes, mas que as incomodavam e surgiram com o trabalho.

É interessante perceber que todas elas são muito preocupadas e atentas à pele, todas usam protetores solares desde que começaram a trabalhar neste emprego. Dessa forma, gastam em média, 50 reais por mês com protetores, já que, em sua maioria, não gostam do que a empresa oferece. Passam, principalmente no rosto, mas também no colo, onde o uniforme fica um pouco aberto. A preocupação se dá por causa da saúde, ponderando sobre a probabilidade de adquirirem um câncer de pele, mas também, e principalmente, pensando na estética. Ficar com manchas na pele, envelhecer mais rapidamente, são preocupações constantes entre as garis.

A maioria das entrevistadas relataram terem engordado depois de tornarem-se garis. Uma informação que contradiz a lógica que todas/os temos: caminhar é um exercício, e por isso, emagreceriam, já que ficam horas caminhando. Elas informam que:

Aí o que eu percebi assim... é que a maioria... todo mundo que entra engorda... porque na hora de comer já come exageradamente, porque não tem tempo de fazer lanche a cada três horas e já come exageradamente... ai almoça e agora é só quando chegar em casa... não tem horário de lanche três horas não... ai a mudança é que todo mundo engorda quando entra na empresa... engorda mesmo. (Jaqueline)

Engordei bastante (risos)... Quando a gente trabalhava no outro trecho... a gente ganhava muito lanche no outro trecho. Lá eu engordei... eu engordei uns quilinhos a mais (risos). (Tamiris)

Vixe, menina (risos)... Eu não tinha essa barriga aqui não (risos). (Ana)

Ah, eu dei uma engordada, sabe. A gente come muito, ainda mais a noite, que diz que não pode comer muito, mas dá muita fome. (Márcia)

As trabalhadoras garis ficam muitas horas sem comer, e dizem que quando fazem alguma refeição, como almoço ou lanche, comem muito.

A gente lancha seis e pouco (da manhã), né... aí almoça... ai é aquele horror de comida... todo mundo fazia isso, agora todo mundo começou a diminuir a situação de comida não é, Mariana?... mas todo mundo trazia comida pra morrer... todo mundo diminuiu... olha o tamanho da minha... ai ela também agora começou a diminuir. (Jaqueline)

Nossa, no almoço a gente come muito. Todo mundo traz um mundo de comida (risos)... também, a gente anda muito, nesse sol, quando para pra comer, tá “varada” de fome, come mesmo. (Ana)

Ou contam que durante a jornada, dependendo do trecho que são responsáveis, ganham lanches de moradores ou comerciantes da região. Receber esses “agrados” das/os moradoras/es é muito importante para elas, porque simbolicamente, para além de se

alimentarem, significa que estão sendo reconhecidas pelo seu trabalho, que estão sendo vistas como importantes para aquela comunidade.

Agora, assim... igual a Jaqueline que fica brincando assim de ganhar lanchinho e essas coisas... a gente tem o privilégio de ganhar, assim... lanche, nas quadras... (Sílvia)

Mas, assim... quando a gente trabalhava ali no Torto a gente nem almoçar, almoçava... era tanto lanche... lanchava quatro vezes pela manhã, todo mundo dava lanche (Mariana)

Mas é bom ganhar comida, acho que é tipo um “obrigado, gosto do que vocês fazem, tá bacana”. (Adriana)

Apenas Luciana relata que percebeu um emagrecimento, devido ao longo tempo que fica sem comer, e junto aos quilos perdidos convive com momentos de tontura e fraqueza durante o trabalho.

Eu pra te falar a verdade, eu emagreço muito... porque eu já não janto, né. Então, pra mim já... eu já me sinto um pouquinho magra, e eu sinto muita tontura... por causa do esforço que a gente faz, e porque fica muito tempo sem se alimentar. Eu já não gosto de comer a noite, principalmente quando eu já escovo meu dente antes de sair de casa (risos), eu tenho preguiça de escovar os dentes, aí eu já não como nada depois (risos). Não é preguiça, é porque esse negócio que a gente usa é muito chato (mostrando o aparelho nos dentes), aí eu já faço a higienização dos meus dentes logo quando eu saio de casa, aí por isso que eu não como nada.

É importante mencionar que Luciana enfatizou que o aparelho que usa, e o seu tratamento dentário estão sendo realizados por causa do salário que tem neste emprego, e que o trabalho de gari que proporcionou melhoras na vida dela e de seu filho.

A mudança corporal mais relata foi o aparecimento de varizes nas pernas. A doença venosa ou insuficiência venosa crônica (IVC) é um problema de saúde que acomete uma grande parcela da sociedade, em que o aparecimento das veias saltadas, as varizes, são apenas um aspecto da doença venosa, de acordo com Bertoldi e Proença (2008). A doença venosa pode causar inaptidão para o trabalho e repercute sobre a qualidade de vida. Ainda, as autoras afirmam que a doença prevalece nas mulheres e que apesar de não haver uma evidência direta da doença com o trabalho, existe um consenso científico de que o trabalho pode influenciar o aparecimento ou agravamento.

Esse serviço aqui só de você andar muito, a veia... a veia estoura. (Clarice)

Duas vezes mais quebrada. Até as varizinhas pequenininhas... aparece. Eu não tinha nenhuma, agora a perna tá cheia. (Amanda)

Quando a gente entrou na empresa, na época que nós entramos tinha que fazer uns exames... então, as dores que a gente não tinha, não sei se é questão de idade, mas começou a aparecer dor, as veias aumentaram, muitas varizes... (Mariana)

Eu não tinha varizes não... agora estou cheia de varizes... a gente anda muito... (Sílvia)

As veias acabaram... (Márcia)

Nossa, nas minhas pernas apareceram muitas veias. Eu não tinha... aí começou a aparecer aquelas fininhas e agora já tem veia estourada. (Luísa)

Agora tá essa perna feia, cheia de veia. (Júlia)

As varizes, como já mencionado, se constituem como uma doença que traz mal-estares para as pessoas que as possuem. Entretanto, mais uma vez, a questão estética é muito importante para as trabalhadoras. Achar as pernas feias depois das varizes também causa um sofrimento em relação a autoestima, além da questão da saúde física.

2.3 O CASO DO UNIFORME

O uniforme se constitui como a característica primordial das trabalhadoras garis, que as identifica como tal. Confeccionado em cores características, serviria ao papel de proteger estas trabalhadoras dos perigos das ruas, marcando seus corpos para serem notados. Também, este uniforme não contorna os corpos femininos, é moldado tendo como referência o corpo masculino, sendo assim, esta vestimenta não as fazem sentir como femininas.

Entretanto, há um paradoxo, mesmo com um uniforme que não marca seus corpos, que não as fazem sentir bonitas, atraentes ou femininas, são vítimas de assédio diário, como qualquer mulher que esteja no âmbito público. Ainda, enquanto a cor deveria chamar a atenção para prevenção de possíveis acidentes, parece exercer o papel contrário: o da invisibilidade. Todavia, essa invisibilidade acontece em determinados contextos, um carro não desvia das trabalhadoras que limpam as vias, as pessoas jogam o lixo no chão na frente delas, passam e esbarram sem pedir desculpas; mas quando adentram algum lugar voltado para a venda e consumo, são enxergadas, não como consumidoras, mas significadas/confundidas com o lixo, lançadas ao lugar do abjeto.

2.3.1 FEMINILIDADE X ASSÉDIO

A subjetividade é construída na relação com o mundo e com os outros indivíduos. Este processo de construção da subjetividade incorpora, a partir da cultura e do social, “modos de linguagem, hábitos e costumes e padrões de comportamento e de valores, inclusive modelos de apreciação estética, isto é, do que é belo ou feio, principalmente com relação ao corpo” (BORIS e CESÍDIO, 2007, p. 463) e sobretudo, padrões de feminilidade e masculinidade. Tal construção é fruto da socialização dentro da família, escola, religião, meios de comunicação, etc.

Cada sociedade e cultura age sobre o corpo e determina-o, construindo particularidades e enfatizando determinados atributos em detrimento de outros, criando seus próprios padrões (BARBOSA, MATOS e COSTA, 2011). Assim, existem padrões de beleza, de saúde, de postura, de sexualidade entre outros que apontam aos indivíduos como se constroem como homens ou como mulheres em cada espaço e tempo.

DaMatta (1997) aponta que, no Brasil, a passagem da casa para a rua é sempre ritualizada, no sentido de que para sair de casa “é preciso ‘arrumar o corpo’, tornando-o publicamente apresentável. A roupa e a aparência (que inclui o modo de andar, falar e gesticular) (...) ajudam a revelar que o interlocutor é ‘gente que se lava’” (DAMATTA, 1997, p. 120). O autor completa que a roupa e a apresentação com a aparência, principalmente no ato de ir ou estar na rua demonstra que se deseja vestir uma etiqueta social sobre o corpo, como sinal contra o anonimato. Ainda, segundo Goldenberg e Ramos (2002, p. 38), “o corpo, como as roupas, surge como símbolo que consagra e torna visíveis as diferenças entre indivíduos e grupos sociais”, e também entre os gêneros.

A roupa que as trabalhadoras garis utilizam na rua – seu ambiente de trabalho – por 8 horas diárias é o uniforme. Como mencionado, o uniforme é composto por uma blusa de mangas compridas e uma calça. Nenhuma dessas peças marca o corpo ou delimita as curvas e a silhueta, são blusas e calças mais largas. A maioria das trabalhadoras entrevistadas ao falarem sobre o uniforme enfatizaram como elas não se sentiam femininas ou bonitas com ele.

*É feio... porque isso acaba com qualquer um (risos). Quando eu saio do uniforme muita gente fala “ah, você fica tão diferente fora do uniforme”.
(Clarice)*

Acho assim... que poderia ser um pouquinho mais sexy... é brincadeira (Jaqueline)

Ai, parece roupa de homem. Dependendo, nem dá pra saber que a gente é mulher. (Júlia)

Eu me sinto meio feia de uniforme, essa blusona... Não é bonito, não faz a gente bonita (risos). (Ana)

Sei lá, olha pra mim, você acha que é bonito? Que eu fico bonita? Não mostra nada... não que tem que mostrar ne, não tô falando isso... mas não mostra que... a gente é mulher. Parece que não parece eu. (Adriana)

A roupa é uma forma representativa de revelar o corpo feminino. E para as trabalhadoras garis a beleza está relacionada com ser e mostrar-se mulher, manifestada para além das formas do corpo com o “ser feminina”. O uniforme de trabalho não cumpre com o papel de fazer sentirem-se bonitas e femininas, mesmo que seja do tamanho que elas escolhem, ele é pensado e confeccionado tendo como referência o corpo masculino. Como o uniforme é obrigatório, não há como livrar-se dele, as mulheres buscam outras formas de “compensar a feiura” deste.

Muitas das entrevistadas utilizam, no dia-a-dia, maquiagem. Lápis delineando os olhos, rímel, batons para dar cor à boca e até bases de pele são passadas no rosto. As unhas estão sempre feitas, pintadas e compridas, sempre “femininas”. Jaqueline brinca com o fato do uso da maquiagem no calor:

É... tem vaidade... a maioria.. tem gente que cinco horas da manhã já está com a boca “embatonzada” para você ter uma noção... maquiada... a maioria aqui trabalha maquiada, minha filha... o sol vem, derrete tudo na cara (risos). é... mas se maquia... é porque não pode tirar foto, se pudesse tirar foto eu mostrava pra você... o batom chega derrete aqui ((risos))... é verdade isso, é verdade... fica com a cara toda borrada, mas trabalha chique (Jaqueline)

Todas as gari usam maquiagem e batom. Às vezes dá problema na empresa mesmo. (Amanda)

O rosto, é de todas as partes do corpo, aquela que se condensa os valores mais elevados. É no rosto que estão gravados os sentimentos de identidade, onde estabelece-se o reconhecimento do outro, identifica-se o sexo, mostra-se a sedução. “O valor ao mesmo tempo social e individual que distingue o rosto do resto do corpo, sua eminência na apreensão da identidade é sustentada pelo sentimento que o ser inteiro aí se encontra” (LEBRETON, 2007, p. 71). É pelo rosto, principalmente, que as garis expressam sua feminilidade.

Mostrar-se mulher, então, é ser feminina, e isso significa estar arrumada, com as unhas feitas e pintadas, maquiadas, com perfume e acessórios. Entretanto, o uso de acessórios, como pulseiras, anéis, brincos e colares são proibidos, para preservar a segurança delas. Elas contam que o cabo da vassoura ou algo que está no lixo pode se prender a estes acessórios e machucá-las, e por isso a proibição.

Mesmo sendo proibido, muitas garis usam alguns acessórios, como colares e brincos. Contudo, Amanda cita outra proibição inesperada: o uso da maquiagem, o diálogo dela e a colega de trabalho apontam as razões desta proibição, e também que Clarice não recebeu a mesma orientação.

- No início, eles diziam que não podia usar batom, maquiagem... (Amanda)

- Rapaz, já teve muito problema nessa empresa. Não podia usar brinco, cordão, anel. É... brinco e cordão não pode. (Clarice)

- Pra mim eles falaram, é brinco, cordão, batom e maquiagem. Eles falaram pra mim que não podia usar. (Amanda)

- Maquiagem, por quê? (Entrevistadora)

- Por causa das pessoas não mexerem com a gente na rua, pra gente não ficar parando. (Amanda)

- Pras pessoas não mexerem com vocês? (Entrevistadora)

- É. (Amanda)

- Pra mim não falaram nada disso, não. (Clarice)

- Não pode usar maquiagem, mas as mulheres (gari) andam tudo maquiada na beira da rua. (Amanda)

- Pra mim ele falou que não podia trabalhar com anel, com cordão, com brinco... uma hora você vai catar o lixo e o brinco encosta na roupa, é perigoso. (Clarice)

- Foi o que o fiscal me disse. (Amanda)

- Entendo essas coisas, eu entendo, mas sobre maquiagem nunca proibiram não. (Clarice)

- Eu falei pra ele: eu não vou usar, não. (Amanda)

- Todas as gari... todas as gari usam maquiagem, brincão mesmo e tudo. Isso aí não tem nada a ver um homem mexer com você, não tem nada a ver. Não mexendo, não batendo, não 'estrupando' nem nada, não tem nada a ver. Agora além de tá usando um uniforme feio, não pode passar um batom, não pode passar nada, eu acho isso, sei lá, eu não concordo com isso não. (Clarice)

Nenhuma outra gari relatou a proibição referente ao uso da maquiagem, apenas Amanda. Durante a conversa, em determinado momento, Amanda contou que o fiscal agia de uma maneira diferente com ela. Ao ser questionada sobre como se dava sua relação com o fiscal, Amanda responde:

- *Mais ou menos. (Amanda)*

- *Por que? Você falou que ele era meio enjoado, né? (Entrevistadora)*

- *É, mas só comigo que ele é assim, com os outros ele não é assim não. (Amanda)*

- *Uai, só contigo? (Entrevistadora)*

- *Aham. (Amanda)*

- *Por que? (Entrevistadora)*

- *Sei lá, acho que ele gosta de mim (risos constrangidos), pessoal fica brincando meio assim, gosta de mim, mas se ele tiver pensando isso pode tirar o cavalo dele da chuva. (Amanda)*

- *Mas o que ele já fez ou o que ele faz? (Entrevistadora)*

- *Fica piscando o olho de vez em quando... de vez em quando faço de conta que nem vejo. Eu considero ele como fiscal, não como essas coisas. (Amanda)*

- *Então ele é diferente com você? (Entrevistadora)*

- *É. Por causa disso, entendeu. Ele é mais enjoado comigo. Porque eu não dou bola pra ele. (Amanda)*

O Dicionário Crítico do Feminismo caracteriza o assédio sexual como todas “as condutas de natureza sexual, quer sejam de expressão física, verbal ou não verbal, propostas ou impostas a pessoas contra a sua vontade, principalmente no seu local de trabalho, e que acarretam um ataque à dignidade” (ALEMANY, 2009, p. 26). Ainda afirma enfatiza que a maior parte desse tipo de comportamento é dirigida às mulheres e constitui como uma expressão de poder dos homens sobre elas.

Costa (1995) aponta vários autores e autoras para analisar o assédio sexual, dentre elas/es cita que o assédio sexual pode ser qualquer um ou todos os comportamentos que se seguem: “olhar fixamente, comentar sobre ou tocar o corpo de outra pessoa; solicitar consentimento de um comportamento sexual; propor repetidamente encontros quando não houver reciprocidade de interesse; demandar intercurso sexual; estuprar” (WORKMAN & JOHNSON apud COSTA, 1995, p. 50).

Executando as atividades previstas no Plano de Ação do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, o Senado Federal lançou uma cartilha em 2011, “Assédio moral e sexual”,

um material informativo sobre o tema do assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. A cartilha traz a informação de que o assédio sexual trata-se de um crime previsto na legislação brasileira e de uma violação de direitos humanos. Além disso, quando cometido no ambiente de trabalho é considerado falta grave e pode resultar em demissão por justa causa, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, bem como em abertura de processo administrativo e suas consequências (Lei nº 8.112, de 1990). Na esfera criminal, a punição pelo assédio pode atingir até dois anos de detenção.

Fere a dignidade humana, viola o direito das trabalhadoras à segurança no trabalho e à igualdade de oportunidades, além de prejudicar sua saúde. É alimentado pelo sigilo, que esconde o tamanho real do problema. Segundo estimativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 50% das trabalhadoras em todo o mundo já sofreram assédio sexual e somente 1% dos casos é denunciado (SENADO FEDERAL, 2011, p. 17)

O assédio sexual é definido pela lei brasileira como o ato de “constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (Código Penal, art. 216-A).

Mais recentemente, neste ano, o Ministério Público do Trabalho publicou uma nova cartilha “Assédio Sexual no Trabalho: perguntas e respostas”. Este material, com linguagem mais acessível e simples, traz respostas para as dúvidas mais frequentes. A cartilha distingue duas formas de assédio sexual: assédio por chantagem e o por intimidação.

Assédio sexual por chantagem ou *quid pro quo* é o que ocorre quando há a exigência de uma conduta sexual, em troca benefícios ou para evitar prejuízos na relação de trabalho; Assédio sexual por intimidação ou ambiental é o que ocorre quando há provocações sexuais inoportunas no ambiente de trabalho, com o efeito de prejudicar a atuação de uma pessoa ou de criar uma situação ofensiva, de intimidação ou humilhação. Caracteriza-se pela insistência, impertinência, hostilidade praticada individualmente ou em grupo, manifestando relações de poder ou de força não necessariamente de hierarquia. Por vezes, confundido com assédio moral (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2017, p. 10)

As cartilhas contêm alguns comportamentos mais frequentes em casos de assédio sexual e enfatiza que diferente do assédio moral, a conduta no assédio sexual pode ser repetida e constante ou não. São exemplos: insinuações explícitas ou velas; gestos ou palavras, escritas ou faladas; tratamento e promessas de tratamento diferenciado; ameaças, veladas ou explícitas, de represálias, como a de perder o emprego; perturbação ou ofensa; exibicionismo, ente outros.

As atitudes do fiscal com Amanda estão configuradas como assédio sexual por intimidação. Ela conta que ele a trata de forma diferente, pisca para ela insinuando que quer uma relação além da laboral, e por ela não consentir, é mais “chato” com o resultado e a forma que o trabalho dela é conduzido. Além disso, um ponto a ser ressaltado é o fato do fiscal ter falado para Amanda que era proibido o uso de maquiagem com a justificativa de que era uma prevenção para que não mexessem com ela e atrapalhasse o andamento do trabalho. A regra só foi atribuída a Amanda para domesticar e exercer poder sobre o corpo dela, já que Clarice não recebeu esta orientação do mesmo fiscal.

Amanda não denomina o que vive como assédio sexual, mas fica bastante incomodada com as atitudes do fiscal e procura ignorar e evitar contatos com ele. Nunca aconteceu nenhuma investida direta ou contato físico, entretanto, o assédio sexual tem consequências para a vítima mesmo que não se concretize em ato sexual ou estupro, dentre elas estão a privação da autonomia; integridade física e/ou psicológica afetada, como consequência da desestabilização emocional causada pelo assédio, do sentimento de vergonha, do auto isolamento e da introjeção da culpa mediante questionamento da própria conduta; redução da autoestima; diminuição do desempenho no trabalho; afastamentos por doenças; insatisfação no trabalho; comprometimento permanente da saúde físico-psíquica em função da pressão psicológica sofrida (SENADO FEDERAL, 2011).

Amanda sente vergonha e demonstra medo de que esta situação lhe causa problemas, como mudanças para outros trechos ou designação de tarefas como represálias ao seu não consentimento.

Além da situação de assédio sexual no trabalho, que é previsto em lei como crime, ainda há o assédio vivido na rua. Como toda mulher que anda em espaços públicos, as garis também sofrem assédio, geralmente, na forma de “cantadas”. Algumas ONGs, como Think Olga¹⁷, ActionAid, ÉNois Inteligência Jovem, em parceria com institutos de pesquisa elaboraram pesquisas sobre os assédios vividos por mulheres no Brasil.

Apesar dos dados colhidos das ONGs não serem exatamente iguais, todos convergem em mais de 85% de mulheres que responderam terem sofrido assédio no espaço público¹⁸. E

¹⁷ Infográfico relativo aos assédios vivenciados por mulheres no Brasil no Anexo II.

¹⁸ De acordo com os sites das ONGs, e reportagens do Correio Braziliense. Disponível em: <http://actionaid.org.br/noticia/brasil-lidera-assedio-de-mulheres-em-espaco-publico/> http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/06/02/internas_polbraeco.485270/pesquisa-revela-que-77-das-mulheres-foram-assediadas-sexualmente.shtml e <http://thinkolga.com/a-olga/>

em relação às trabalhadoras garis com quem conversei, todas afirmaram já terem vivido alguma situação de assédio na rua enquanto trabalham. Quando perguntadas se já sentiram algum tratamento diferente por serem mulheres:

Não. Mas é mexer, mexe e muito. (Amanda)

Mexe, tem assédio. (Luísa)

O povo mexe de mais da conta. É... homem na rua, passando no carro, no comércio... (Ana)

Ah, os morador mesmo, mexe muito, carro... é... comércio, onde a gente passa muitos mexe. (Clarice)

Mesmo vestidas com uniformes que, segundo elas, não contorna as curvas do corpo, não é feminino e não as identifica como mulheres ou bonitas, ainda convivem com o assédio. Por isso, refletem sobre o uniforme que criticam por não as “valorizarem como mulheres”

Não... eu acho assim do uniforme... como a gente é mulher, um uniforme mais confortável seria melhor e também assim... na fala que ela (Jaqueline) tá colocando assim... apertadinho... se na rua, com esse uniforme às vezes você já é assediada, imagina se você tivesse uma coisa provocante (Sílvia)

Imagina uma legging dessas laranja pra você empinar a bunda (risos) o morador de rua ia jogar lixo todo hora pra você ficar pegando (Jaqueline)

Não é só morador de rua não, minha filha... você está enganada. Mexem sim... tem umas áreas quando você sai de casa pra trabalhar, mulher que fala que não é (assediada), é mentirosa... sempre tem essas piadinhas... então, assim, se a gente tivesse uma roupa mais provocante seria bem pior... então no caso é boa essa aqui... (Mariana)

E é engraçado né, porque o povo fica falando de mulher, tipo, ah tá com o short curto se tá com num sei o que, mas tá com uma calça uma blusa e mesmo assim eles mexem. (Adriana)

Assim, ponderaram que, de certa forma, não é possível que o uniforme seja como elas consideram como mais feminino, ou seja, mais sensual ou provocante, revelando a silhueta, porque além de atrapalhar o labor, devido à falta de conforto, sentiriam-se mais suscetíveis a assédios e violências.

2.3.2 RECONHECIMENTO E INVISIBILIDADE

Da mesma forma e contraditoriamente a pressão e vigilância constante que sofrem, ocorre outro fenômeno – o não reconhecimento de seu trabalho. O trabalho de limpeza é invisível, só aparece em suas expressividades como negativo, ou seja, quando não feito. A

limpeza toma um caráter ilusório de naturalidade, só a sujeira é percebida, pois é vista, comporta materialidade. “O reconhecimento deste tipo de trabalho se dá pela falta ou pelo mal-feito, levando o sujeito a se tornar presente justamente na ineficiência de seu fazer” (DIOGO, 2007, p. 487).

O trabalho de limpeza também é cíclico, sua efemeridade é intensa, paradoxalmente, é sempre indispensável, já que assim que uma área, um lugar é recém limpo, re-começa a ser utilizado novamente, inicia-se um novo processo de degradação, e conseqüentemente, um novo ciclo de limpeza e conservação. No caso da limpeza urbana, este processo é muito rápido, pois, muitas vezes, ao mesmo tempo em que é feita a limpeza, existem transeuntes iniciando ou continuando o processo de deterioração daquele lugar. Dessa forma, o trabalho realizado pode perder o sentido para o/a trabalhador/a, já que não receberá reconhecimento da chefia e nem da comunidade para a qual trabalham, além do resultado do trabalho ser “perdido” rapidamente, porque não permanece limpo por muito tempo.

Esta sensação de não reconhecimento pelo trabalho perpassa todas as trabalhadoras, independente de turno ou localidade de trabalho, todavia, nos lugares em que há uma maior circulação de pessoas, como o centro de Taguatinga, o Setor Comercial Sul e o Conic esta sensação e de que o trabalho “não rende” é mais intensa. Isso porque o tempo que o trabalho se perde é mais rápido do que em um espaço com menor fluxo de pessoas, como em áreas residenciais.

Molinier (2013) indica que a identidade pessoal é relacional. Isso significa que um sujeito só se certifica de ser o que é a partir da confirmação dos demais. Ou seja, o reconhecimento é essencial para a identidade. Ainda, a autora aponta a identidade como uma vivência subjetiva e coloca três pilares para a construção da identidade.

O primeiro pilar diz respeito à identidade social, situa o sujeito no campo social, é significativo do pertencimento a uma classe, a um grupo, a um coletivo, a um ofício. Ser homem ou mulher, por exemplo, é apresentar um determinado número de características comuns aos demais homens e mulheres, afirma a autora. O segundo pilar está, para além do que caracteriza o sujeito semelhante aos outros. É justamente o oposto, está relacionado com a singularidade do sujeito, o indivíduo é o que é, porque se distingue dos demais, é único e singular.

A interposição do trabalho entre o sujeito e o outro se dá como o terceiro pilar da identidade. Assim, o trabalho e o seu reconhecimento pelo outro ocupam um espaço central na construção e consolidação da identidade pessoal (MOLINIER, 2013). Ou seja, é possível perceber que em todos os três pilares da identidade o outro, seja por semelhanças, reconhecimento ou distinções, é fundamental.

Dejours ressalta a importância do reconhecimento para o sentido no trabalho. Quando a qualidade do trabalho é reconhecida, os esforços também são, assim como as angústias, as decepções, os desânimos adquirem sentido.

Todo esse sofrimento, portanto, não foi em vão; não somente prestou uma contribuição à organização do trabalho, mas também fez de mim, em compensação, um sujeito diferente daquele que eu era antes do reconhecimento. O reconhecimento do trabalho, ou mesmo da obra, pode depois ser reconduzido pelo sujeito ao plano da construção da sua identidade. (DEJOURS, 2007, p. 34)

Quando a dinâmica do reconhecimento não ocorre, não se alcança o sentido da relação do/a trabalhador/a com o trabalho, logo, esse sofrimento gera mais sofrimento, em um círculo vicioso, que é capaz de desestruturar e desestabilizar a identidade do/a trabalhador/a, e levá-lo a um adoecimento físico e mental.

Para o autor, então, o sentido do trabalho está vinculado a uma dinâmica de reconhecimento e de uma produção de sentido dentro da própria configuração do trabalho. A psicodinâmica do reconhecimento se dá conta das provas de julgamento que implicam ao mesmo tempo os pares e a hierarquia. São duas as formas de julgamento, o julgamento de utilidade e o julgamento estético. O/a trabalhador/a espera uma retribuição que não se resume ao salário ou a uma gratificação, mas espera por um julgamento de utilidade, que pode ser traduzido simplificadaamente como “o que eu faço é útil, tem utilidade, tem um porquê”, contribui dos pontos de vista econômico, científico, social, etc. É o reconhecimento pelo julgamento das contribuições pessoais na organização e execução do trabalho. O julgamento de utilidade é efetuado pela hierarquia e pelo “cliente”, no caso, as pessoas que frequentam o ambiente a ser limpo. Esse julgamento é importante para uma conquista de identidade pela via da aspiração em contribuir à empresa e à sociedade (MARTINS, 2009, p. 76).

O julgamento estético é exercido pelos colegas de profissão, são eles que sabem sobre a realização do trabalho real e estão aptos para realizar um julgamento baseado em critérios

práticos e de beleza. No caso das trabalhadoras garis, o julgamento, vai além dos pares, pois há o controle, o controlador, o fiscal sempre presente, assim como a própria sociedade, que caracteriza-se como um ‘fiscal sempre presente, e que repudia qualquer espaço público, no qual a sujeira está presente. Este reconhecimento estaria resumido em “este trabalho foi bem feito”, porque diz respeito ao saber fazer, e por tanto, só pode ser estabelecido por quem conhece o cotidiano e os imprevistos. Dessa forma, diz respeito ao reconhecimento da contribuição singular do sujeito associada à inteligência criativa.

Se não há reconhecimento da comunidade sobre o trabalho realizado pelas trabalhadoras garis (mas sim, o repúdio e a abjeção), que é quem vivencia diariamente aquele espaço que está sendo limpo, e/ou dos colegas acerca da qualidade do trabalho e fiscais, os esforços físicos, intelectuais e emocionais empregados perdem o sentido, e conseqüentemente, o trabalho também. Essa situação é bastante vivida pelos/as trabalhadores/as da área de limpeza, e com garis não é diferente. É recorrente a falta de reconhecimento de seu trabalho, seja porque é considerado como algo “fácil” de se fazer, onde “qualquer um” pode executar, seja pela sua característica invisível, como discutido anteriormente.

As trabalhadoras garis, em seus discursos, apontam esta falta de reconhecimento do seu trabalho, isto é, a ausência de valor social reconhecido. Elas dizem que “Ninguém fala um ‘obrigado’, um ‘muito bom’”, dizem que “Todo mundo só vê quanto tá tudo imundo”. Sentem a falta de elogios ao trabalho, do reconhecimento de que alguém faz aquele trabalho, e que estes alguéms são indivíduos, são elas, que possuem nomes e uma identidade.

A falta de reconhecimento se estende não só ao trabalho realizado, mas a própria trabalhadora. Além das inscrições nos corpos dessas mulheres, que não podem ser apagadas ou disfarçadas, como raça e gênero, há a existência do uniforme. É o uniforme que marca essas mulheres como trabalhadoras garis. É a partir do uniforme que elas podem ou não, se sentem confortáveis ou não em sentar ao lado de alguém dentro de algum transporte público, podem ou não usar o banheiro de algum estabelecimento, são bem recebidas ou não ao tentar comprar algo em uma loja.

O diálogo de Jaqueline e Mariana revela como são vistas ou não a partir do uso do uniforme:

- É, nós vamos pro shopping de uniforme... às vezes ninguém chega perto de nós, fica com nojo, mas nós vamos. (Jaqueline)

- *É bom que você vai e abre tudo (risos). (Mariana)*

- *Vê as madames bem na frente da gente e elas vão e desviam... eu acho um máximo... falo "Mariana, pode ir andando que ninguém toca" (risos). Você ri... a gente faz um teste pra ver, ninguém bate em você, todos desviam. (Jaqueline)*

- *Um dia nós fomos comprar um tênis lá na Centauro... aí chegamos lá, né, olhamos os tênis todos e o nosso tempo acabando... e os vendedores lá, batendo papo, olhando pra gente pensando "Ah, essas aí não vão levar nada não"... (Mariana)*

- *Ignorando... ai eu falei "Mariana, pega o cartão de crédito e fica com ele na mão, você vai ver o tanto que vem aí" (Jaqueline)*

- *Aí nada de ninguém vir nos atender... ai eu falei assim "moça, cadê o gerente?"... chamamos lá o gerente e a gente falou assim "a gente precisa de alguém pra atender a gente, mas não queremos nenhum dos três lá... a gente quer outro, porque eles estão ali conversando e ninguém veio atender a gente" (Mariana)*

Aqui é interessante ressaltar que apesar do bom humor para contar a história, é perceptível que esta é uma situação embaraçosa, que coloca as garças como não sujeitos, como não passíveis de serem respeitadas e consideradas como consumidoras e até como pessoas.

O uniforme é confeccionado em cores vibrantes e faixas refletoras, porém, mesmo assim, essas mulheres, enquanto garças, são invisíveis. Costa (2004) aponta para o fenômeno da invisibilidade pública, que define como "o desaparecimento de um homem ¹⁹no meio de outros homens", e afirma que é expressão de dois fenômenos que tem caráter crônico na sociedade capitalista, a humilhação social e a reificação.

A humilhação social é apresentada por Costa como um elemento histórico, construído e reconstruído ao longo dos séculos, e determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres. Expressa a desigualdade política, no sentido da exclusão de uma classe inteira do âmbito público, ou seja, da iniciativa da palavra, da ação fundadora do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho, e se constitui, portanto, como um problema político (COSTA, 2004) e social. Tal situação é acentuada severamente, sobretudo, pela condição do racismo entre a população, mas também pelo racismo institucional.

A exclusão política, então, gera sintomas que infestam a afetividade, o raciocínio, a ação e o corpo da pessoa humilhada. É, portanto, uma violência simbólica que oprime cidadãos de classe pobres. Tem poder de moldar ou influenciar na formação da subjetividade

¹⁹ No trabalho do autor não há um olhar atento ao gênero, portanto, não é especificado se só observou homens ou se haviam mulheres também entre os trabalhadores.

do indivíduo, caracterizando-o como um ser que não pode criar, mas só repetir, esvazia-o que lhe possibilitariam “transcender uma compreensão imediata e estática da realidade” (COSTA, 2004, p. 63)

A reificação é caracterizada como o processo pelo qual sociedades capitalistas passaram e que fez com que se reduzisse pessoas, objetos, relações inter-humanas, instituições, etc., a valor econômico, a valor de troca dentro da consciência dos indivíduos. Assim, um trabalho reificado, segundo o autor, não aparece por suas qualidades, como trabalho concreto, mas como trabalho abstrato, trabalho para ser vendido.

Dessa forma, o ser humano é reduzido à troca econômica, à exploração, e por tanto, fica apagado, e é entendido como mercadoria, como objeto de troca:

O que brota da percepção de não aparecer para os outros é a mesma sensação de existirmos como coisa, um esvaziamento. Passamos a contar como se fôssemos um item paisagístico. Um poste, uma árvore, uma placa de sinalização de trânsito, um orelhão, uma pessoa em uniforme de gari na atmosfera social: todos parecem valer a mesma *coisa*. (Grifo do autor) (COSTA, 2004, p. 116)

Ainda, Gaulejac (2006) assinala dois elementos que produzem a humilhação: o processo de coisificação e a ausência de reciprocidade. O processo de coisificação se dá quando há negação ao outro de ser considerado como ser humano, é considera-lo como objeto, como uma ferramenta a ser utilizada, que se pega quando é preciso e se descarta quando não serve mais. Já a ausência de reciprocidade é a negação de que o outro pode chegar a condição de sujeito, quando não há alteridade, quando não existe o reconhecimento de que o outro possa ser um semelhante, “possa exercer o poder, atingir a cidadania, ser sujeito de direito... da mesma forma que todo mundo” (GAULEJAC, 2006, p. 74).

Existe no imaginário brasileiro a representação das mulheres negras, especialmente das mulheres pretas, como fisicamente avantajadas e fortes (CARNEIRO, 2001; GIACOMINI, 1988). Dessa maneira, juntamente com a representação da mulher negra como empregada doméstica (GONZALEZ, 1983) ou em empregos subalternos, de forma geral, as garis que são mulheres negras não geram desconforto ou estranhamento aos olhos da sociedade, é considerado que este é o seu lugar natural. Por isso, apenas as mulheres brancas e jovens: Clarice, Luciana e Ana relataram que ouviram de pessoas comentários e questionamentos como:

Nossa, você é tão bonita, por que está nesse emprego? (Clarice)

Uma menina tão bonita “quanto” você... podia arranjar uma coisa melhor, né? (Ana)

Por que você trabalha ‘nisso’? Não combina com você. (Luciana)

Todos os comentários foram proferidos por pessoas que elas não conheciam. As três mulheres são brancas e Luciana é a única que tem mais de 40 anos dentre as três. É possível perceber que duas das falas se remetem a beleza como justificativa para que não trabalhassem como gari, e outro questionamento indica que Luciana não “combina” com seu trabalho.

Afirmar que há um caráter racial e geracional para tal estranhamento em ver mulheres brancas e jovens como trabalhadoras garis mesmo não havendo nos comentários palavras diretamente relacionadas a tais características é plausível visto que o racismo no Brasil se dá de forma velada e nas entrelinhas. As próprias colegas de trabalho que formam duplas com Clarice, Ana e Luciana já presenciaram tais observações de transeuntes, mas não ouviram ou foram questionadas também, indicando que existe, de certa forma, uma diferença de visibilidade entre as mulheres garis, impulsionadas por raça e idade.

Nossa identidade é formada também a partir do olhar do outro, se o olhar do outro não nos reconhece como sujeito, como igual, se não há alteridade, há um prejuízo para nosso próprio reconhecimento e identidade como sujeito de direitos também, e como consequência, afetando a saúde. As vivências do mundo do trabalho têm participação fundamental na construção da identidade, e, por conseguinte, da saúde. Elas podem ressignificar o sofrimento envolvido no ato de trabalhar em ações e criações reconhecidas no espaço público em prol da construção de uma identidade pessoal e social. Porém, se as vivências são danosas do ponto de vista do reconhecimento do público e dos colegas, ocorre o processo inverso. O sofrimento é apenas sofrimento, entrando em um círculo vicioso, onde a/o trabalhador/a não enxerga um sentido no trabalho, um porquê, e dessa forma se vê, muitas vezes, envolvido por algum problema de saúde mental e física.

Os constrangimentos a que são submetidas no dia-a-dia são incontáveis. Pelos fiscais, pelos transeuntes, donos de comércio, proprietários de residências próximas ao trecho, etc. Um copo d’água negado, um uso de banheiro negado, xingamentos, olhares, lixo jogado fora do carrinho de propósito são alguns dos recorrentes acontecimentos que as garis citam.

Uma moça. Uma vez lá na frente do Pátio Brasil falou pra mim que a empresa pagava pra mim pra eu limpar o lixo. E outra falou que... tinha que jogar o lixo no chão porque senão eu não tinha emprego. (Meire)

Foi uma mulher que trabalha na padaria lá em cima, a gente quase brigou com elas. A gente chamou o chefe e falou com ele né. Não, quando a gente tava chegando na porta dela, ela falou: “lá vem as boca de lixeiro”. (Clarice)

Muitas pessoas mesmo... acha que nós somos mesmo uma pessoa... qualquer. Eu tiro mesmo final de ano... porque... não, final de ano, não. Quando eu trabalhava aqui a tarde, muitas pessoas passavam por cima do carrinho mas não pediam desculpa. Passava por cima de nós mas não pedia desculpa. Ai eu falava “Ô, a educação ficou aonde? Em casa?” (Luciana)

Muitas vezes as pessoas estão fumando na rua e joga o cigarro em nós... joga assim... toco de cigarro assim... Derrama bebida e tem vezes que pega em nós. (Fernanda)

O que acontece é que realmente, as pessoas ficam com nojo do nosso uniforme, achando que a gente fica praticamente dentro do lixo, né? e isso não acontece... a gente pega com a pá, joga lá... as roupas são sempre limpas... (Jaqueline)

A vergonha do uso do uniforme, portanto, pode ser presente em algum momento do dia-a-dia dessas mulheres nessa profissão. Molinier (2013, p. 75) aponta que o sofrimento é capaz de atacar a libido, o corpo, a cognição. E ainda “que a experiência dos sujeitos pertencentes ao subproletariado aparece dominada por um sentimento coletivo de vergonha”, onde o sofrimento vai investir contra a dignidade, a honra, as raízes mesmas da humanidade do sujeito.

Gaulejac (2006, p. 67) analisa o sentimento da vergonha revelando que um forte elemento de sua causalidade são as violências humilhantes, que “produzem uma ruptura identitária ao confrontar o sujeito com duas exigências existenciais contraditórias”.

O autor considera que o termo identidade contém uma contradição, já que, ao mesmo tempo, significa o que é parecido, e o que é diferente. O indivíduo tem necessidade de pertencer a um grupo, ser reconhecido como membro, mas também de ser único e se diferenciar dos demais. Esta necessidade de diferenciação e de identificação são opostas e complementares.

A vergonha, então, surge quando esses processos identitários são embaraçados deixando a pessoa em uma derradeira confusão entre o que é no olhar dos outros e para si mesmo. “Esta ruptura identitária é a consequência de situações de poder que engendram a

rejeição e a estigmatização” (GAULEJAC, 2006, p. 67). Em outras palavras, o poder hierarquiza e estigmatiza, e a humilhação é um meio de reforçar a autoridade, segundo o autor.

Apesar de muitas vezes não estar presente a palavra “vergonha” dentro das falas, e sim a reafirmação do orgulho da profissão, a vergonha pode ser sentida em algumas atitudes para driblar as humilhações e como forma de defesa. A maioria das garis que conversei não faz o caminho de ida, ou o de volta para o trabalho vestida com o uniforme. O uniforme é vestido e tirado no local onde batem o ponto antes de ir para o trecho e antes de ir para casa.

Eu não gosto de vir... não é pelo fato... mas... igual eu falei... nós somos umas pessoas que pra eles não somos nada, então, pra evitar esse tipo de constrangimento eu prefiro vir com roupa normal. (Luísa)

Pra evitar uma situação da pessoa levantar do lado da gente, com nojo da gente... (Fernanda)

Os apontamentos de Douglas (1976) em que pondera que o puro e o impuro são elementos que vão além da esfera da limpeza e assepsia vão de encontro à visão tomada em relação às garis por causa de seu emprego. Isto significa que a pureza e a impureza constituem-se como marcas que ditam uma coesão dentro da cultura, e que indicam e naturalizam ações. A limpeza está relacionada a ordem, enquanto a sujeira se associa à desordem, ao erro, ao perigo, ao incorreto, e desse modo, contamina quem lida com ela. Gaulejac (2006) ainda avalia como a pobreza está associada com a degradação e a desqualificação. Aproximando as duas teorias, pode-se avaliar como as garis são vistas como sujas e perigosas, são confundidas com o lixo que recolhem.

Segundo Kristeva (2010), o abjeto não seria um sujeito, nem um objeto. O abjeto teria apenas uma qualidade do objeto, a de ser oposto ao eu. O que torna o outro abjeto é ele não ser convidado para a interação enquanto sujeito social, é não existir até mesmo enquanto objeto, deixando de ser coisa, se opondo e desafiando o eu. “No es por lo tanto la ausência de limpeza o de salud lo que vuelve abyeto, sino aquello que perturba uma identidade, um sistema, um orden. Aquello que no respeta los limites, los lugares, las reglas” (KRISTEVA, 2010, p. 2).

O abjeto, então, está num limbo. É aquilo que não pode pertencer a nenhum lugar, dejetado cuja possibilidade de “ser” é negada. São corpos que não importam. Enquanto o sujeito é movido por desejos, percebido por Kristeva na acepção da psicanálise tradicional

como falta, com o abjeto seria diferente, “es decir que hay existencias que no se sostienen con un deseo, siendo el deseo, deseo de objetos. Esas existencias se fundan en la exclusión” (KRISTEVA, 2010, p. 6).

Uma grande aflição do abjeto seria saber para onde ir, em constantes tentativas de fuga de lugares que não lhe pertencem, já que possui a marca da exclusão. O lugar da abjeção nunca é apenas um, nem homogêneo, mas é essencialmente divisível, catastrófico (KRISTEVA, 2010). São localizações fluidas, que demarcam fronteiras e criam abismos sempre em movimento, gerando incertezas constantes. Para o abjeto a desterritorialização é condição de existência.

O abjeto, geralmente, se vê impelido pela violência, e então, se coloca em movimento constante, é preciso se camuflar, procurar novos esconderijos. Assim, a saída encontrada para as garis, pode ser não se fazer notar como gari. Ao terminar o horário de trabalho, tirar o uniforme e trocar de roupas para não serem identificadas como garis, ou seja, para não serem empurradas para o campo da abjeção - para além de suas condições de gênero e raça.

Butler (2000) analisa a condição de abjeto como aquele que não goza do status de “sujeito”, estão nas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social. Entretanto, diferente de Kristeva, Butler (1993) considera que há na abjeção potência criativa e produtiva, ao invés de reduzi-la à posição de uma vítima improdutiva.

Desse modo, ainda há a reafirmação de quem elas são e de sua profissão. Muitas trabalhadoras garis dizem fazer questão de utilizar o uniforme para ir e voltar do trabalho.

...mas teve uma vez que uma mulher me perguntou “por que você vai trabalhar com essa roupa?” e eu “porque essa roupa é meu uniforme e no carro que eu vou, eu tenho que estar vestindo ele, e não me faz vergonha nenhuma” (Mariana)

No começo sim (tinha vergonha)... porque eu não tinha... aquela confiança de mim mesmo, sabe. Quando eu via alguém que morava perto da minha casa, eu me sentia constrangida, mas agora não. É uma coisa normal. Eu saio da minha casa já.. eu saio da minha casa já de uniforme, eu vou embora de uniforme... muitas pessoas me encontram... da minha rua e eu de uniforme... mas no começo eu tinha (vergonha). Hoje eu me orgulho. (Luciana)

Um ponto interessante para reflexão é que apesar da invisibilidade ser sentida e de trazer sentimentos ruins, de não pertencimento, de não reconhecimento, às vezes, algumas

mulheres garis ponderaram que em determinados momentos é melhor estar invisível do que viver o assédio. Ouvir os comentários e as “cantadas” provocam desconforto e até medo durante o trabalho, então, tendo em vista a realidade do assédio e dos números de violência sexual que existem no Brasil, muitas vezes é preferível não ser vista.

É importante enfatizar aqui que a questão do uniforme ainda se relaciona a saúde das trabalhadoras e de suas famílias, já que eles são levados para serem limpos em casa. A empresa não se responsabiliza pela higienização dos uniformes, cabendo às trabalhadoras esta atividade. Ainda, a empresa não adverte ou orienta como devem ser limpos. O contato do uniforme, depois de dias de sendo utilizados durante o trabalho, com outras roupas pode infectá-las e este é um cuidado que as trabalhadoras garis devem atentar.

3. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE

Este capítulo aborda, inicialmente, uma discussão acerca das concepções dos conceitos de Trabalho, tema arduamente discutido na Sociologia, desde seu cerne. Aqui também é discutida a relação entre a qualidade do ambiente laboral e as consequências para a saúde da mulher gari, que tem como principal instrumento de trabalho, o seu próprio corpo.

A rua é o ambiente de trabalho. Ao mesmo tempo em que esse espaço é concebido como meio que proporciona a liberdade, ele apresenta grande contradição, uma vez que aprisiona as necessidades mais fundamentais dessas mulheres que estão sujeitas a intempéries, a tentativas de assalto, a violência sexual, a risco de atropelamento e têm significativa alteração das atividades biológicas, correndo risco de infecção do trato urinário devido ao baixo consumo de água e à privação das necessidades fisiológicas, sendo também latente o risco de contaminação alimentar em decorrência do local e temperatura de armazenamento de suas refeições.

Além da fragilidade advinda das condições citadas, essas mulheres ainda se inserem num grupo de trabalhadoras contratadas por empresas terceirizadas para prestação do serviço. É sabido que os contratos realizados pelas empresas de terceirização de serviço muitas vezes ocasionam instabilidade e tem prejudicadas as garantias primordiais das trabalhadoras, tais como a garantia de férias. Sendo difícil desvincular o entendimento de que a defesa do capital pode ocorrer em detrimento da saúde das/os trabalhador/as.

3.1 CONTRIBUIÇÕES SOBRE TRABALHO E SAÚDE

Os estudos acerca do Trabalho estão presentes dentro da literatura sociológica desde o surgimento e reconhecimento desta área de conhecimento como ciência no século XIX. Os clássicos da sociologia se debruçaram sobre o tema para compreender a nova dinâmica da sociedade que estava se formando, a sociedade capitalista.

Karl Marx (1971) considerava o trabalho como atividade vital do ser humano, imprescindível para a realização da vida humana. A história humana objetiva-se mediante o ato de produção de sua existência material, que se realiza pelo trabalho. O trabalho também é entendido como a atividade de manipulação e transformação da natureza para satisfazer necessidades, porém o diferencia do trabalho animal. Ao fazer essa distinção, Marx afirma que no trabalho humano há consciência, volição. Dessa maneira, o ser humano ao trabalhar

não realiza uma atividade simplesmente instintiva, que apenas visa a satisfação de suas necessidades imediatas, mas insere racionalidade ao produzir. O humano concebe previamente o trabalho que irá realizar (MARX, 1971) ao coloca sentido no que faz.

Esta atividade vital é consciente e é uma característica apenas da espécie humana, que se diferencia da atividade produtiva animal e é o que confere humanidade ao ser humano. Enquanto os animais produzem pela carência física e imediata, o ser humano produz universalmente, modifica a realidade natural do qual está inscrito e, dessa forma, ao modificá-la, cria uma nova realidade, da qual todos os seres humanos usufruem. É nesta relação da natureza com o humano, mediada pelo trabalho que se constrói sociedades e história, e, portanto, recebe centralidade em sua análise sobre as relações sociais e sociedade como um todo.

Para Dejours (2007), o trabalho é humano, pois depende da concepção, exige mobilização da inteligência e da personalidade. Supõe que, ao mesmo tempo, há o engajamento da criatividade e da ação. Essa concepção de que é necessária a criatividade e mobilização da inteligência é concebida devido ao fato de que na execução do trabalho há um hiato entre a *atividade prescrita e a atividade real*. Existe uma parte da execução do trabalho que não é capturada pelo prescrito, pelas normas, que não pode ser planejado anteriormente. Há situações inusitadas das quais o/a trabalhador/a deve lidar ali, concretamente, naquele momento, em que não há uma regra anterior.

O ato de trabalhar toma diversas roupagens ao longo dos séculos, mas sempre esteve e está associado a alguma dupla dialética, é expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão (ANTUNES, 2005), ao mesmo tempo em que é fonte de realização, também é exploração, enquanto é espaço de integração, é também sofrimento e adoecimento.

Logo, a análise do trabalho das mulheres garis e sua relação com a saúde e bem-estar está ancorado na ideia de que não existe apenas um significado ou uma relação direta de causalidade, como pretende as ciências exatas. Mas, que como qualquer característica presente no mundo social, há a multiplicidade de seus significados

Etimologicamente, a origem da palavra trabalho é latina, e advém do vocábulo *tripaliare* e do substantivo *tripalium* (ANTUNES, 2011), aparelho de tortura. A partir do latim, o termo passou para o francês como *travailler*, que se remete a “sentir dor” e “sofrer”,

com o passar do tempo, o sentido da palavra passou a indicar algo como “fazer uma atividade exaustiva ou dura, difícil”. Portanto, percebe-se que desde a origem etimológica da palavra, existe uma associação do trabalho com o sofrimento.

Segundo o Dicionário de Trabalho e Tecnologia, quando o trabalho é o principal responsável ou tem um papel preponderante para o aparecimento da doença, esta é denominada como doença do trabalho, ainda que exista no indivíduo alguma disfunção patológica prévia (MERLO, 2011). Os danos à saúde no trabalho podem ser relacionados ao corpo físico ou à mente, todavia não significa que corpo e mente não estejam intimamente relacionados, mas sim que este agravo à saúde pode revelar-se e/ou ser percebido através de apenas um deles.

A percepção de que pode haver uma relação entre trabalho e doença é antiga. As primeiras descrições sistematizadas sobre doenças relacionadas à atividade do trabalho foram feitas no século XVI, por Bernardino Ramazzini (1633-1714) (MERLO, 2011). Sua obra é considerada como fundadora da Medicina do Trabalho, e contém uma classificação empírica em que lista as doenças que poderiam acontecer com alguns/algumas trabalhadores/as da época, como mineradores e lavadeiras.

A Medicina do Trabalho surge no contexto da Revolução Industrial e muda sua nomenclatura e objetivo ao longo dos anos, principalmente por conta de lutas e movimentos de trabalhadoras/es. A Saúde do e da Trabalhadora chega a essa nomenclatura, passando pela Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional. O objeto da Saúde do e da Trabalhadora pode ser definido como o processo saúde e doença dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho, como afirma Dias e Mendes (1991). É importante salientar que os teóricos deste campo apontam também, para os limites do conhecimento específico da medicina em lidar com questões que envolvem o conflito capital-trabalho (NARDI, 2011), já que a defesa do capital pode ocorrer em detrimento da saúde das/os trabalhador/as. Porém, é o surgimento da Saúde da/do Trabalhador/a que busca colocar a saúde dos e das trabalhadoras como tema central, ao invés do julgamento da aptidão para o trabalho, como ocorria anteriormente com a Medicina do Trabalho.

Artigos publicados na área de Saúde Coletiva e Saúde Ocupacional (VELLOSO, SANTOS e DOS ANJOS, 1997; SANTOS e DA SILVA, 2011; LAZZARI e REIS, 2009) apontam diferentes categorias de riscos eminentes durante o processo de coleta de lixo, são

eles: 1. Físicos: ruído, vibração, calor, frio, umidade; 2. Químicos: gases, névoa, neblina, poeira, substâncias químicas tóxicas; 3. Mecânicos: atropelamento, quedas, esmagamentos pelo compactador de lixo, fraturas; 4. Ergonômicos: sobrecarga da função osteomuscular e da coluna vertebral, com conseqüente comprometimento patológico e adoção de posturas forçadas incômodas; 5. Biológicos: contato com agentes biológicos patogênicos (bactérias, fungos, parasitas, vírus), principalmente através de materiais perfuro-cortantes; 6. Sociais: falta de treinamento e condições adequadas de trabalho.

O trabalho da mulher gari constitui-se como um trabalho precarizado e insalubre, conseqüentemente com uma possibilidade de risco maior aos danos à saúde. A precarização do trabalho é um termo empregado para definir o processo de redução ou supressão de direitos laborais, decorrente da disseminação de formas de inserção no mercado de trabalho em substituição ao trabalho assalariado e às proteções a ele associadas (GALEAZZI e HOLZMANN, 2011). As autoras ainda apontam que o enxugamento das empresas, ou seja, a redução de pessoal e a terceirização são as estratégias mais utilizadas por empresas para reduzir custos, e conseqüentemente, precarizar o trabalho. E este é o caso do trabalho no Serviço de Limpeza Urbana do DF, que é terceirizado.

Em pesquisa realizada por Assunção (2005), no Distrito Federal é abordada a questão da terceirização na limpeza urbana e assinala como a adoção do processo de terceirização intensifica as práticas e os episódios de violência nas relações de trabalho. Já para Santos et al (2009), os riscos de acidentes e as más condições de trabalho são causas motivadoras para a terceirização, e não o contrário. Quando o Governo do Distrito Federal decide terceirizar um serviço que é insalubre e oferece riscos às/aos trabalhadoras/es é porque deseja terceirizar sua responsabilidade e transferi-la para a empresa.

Sendo assim, como em muitos outros trabalhos terceirizados, há trabalhadoras/es que não tiram férias há anos, já que com o processo de licitação, existe uma constante troca de empresas, e, dessa forma, as trabalhadoras migram de uma empresa para outra, fazendo com que não completem um ano de contrato dentro da mesma. A instabilidade presente em um trabalho terceirizado coloca as trabalhadoras em permanente condição de risco, isto é, de desemprego.

Além da instabilidade e insegurança vividos neste tipo de contratação, existe o fato dos instrumentos de trabalho serem impróprios, pesados e grandes demais, tornando a

atividade mais difícil e exaustiva para ser executada pela trabalhadora gari. Assim, é percebido que mesmo quando o espaço de trabalho é composto majoritariamente por mulheres, como no caso do Serviço de Limpeza Urbana no DF, há a inadequação dos equipamentos de trabalho, pois as medidas consideradas universais de quem trabalha, tem como referência o corpo masculino, causando posturas incorretas, cansaço muscular, dores entre outros problemas de saúde para as trabalhadoras.

A dor nas costas e demais partes do corpo, como braços, pernas e pés, é uma experiência que não proporciona – necessariamente - marcas físicas e visíveis, como, por exemplo, uma queimadura ou um corte, assim, muitas vezes, passa a não ser valorizada, sendo ‘percebida’ quando o quadro clínico se encontra em estágio avançado, trazendo grande incômodo ou mesmo incapacidade no trabalho e nas tarefas extra laborais. Em muitas situações durante o trabalho, o e a trabalhadora sofrem com a dor, e ao procurar seus superiores, ou médicos, principalmente, da empresa, encontra descrédito, o que pode contribuir para o adoecimento físico e mental.

De acordo com Dejours (2004), o corpo é sempre o primeiro envolvido na experimentação de respostas ao real e segundo Molinier (2013), não há sofrimento sem corpo. Trabalhar passa pela experiência afetiva do sofrimento, do qual não existe sem um corpo para experimentá-lo. O primeiro afirma ainda, que mesmo um trabalho intelectual não se reduz a pura cognição. A condição de subjetividade - que é necessária para o trabalho - só se experimenta na singularidade irreduzível de uma encarnação, de um corpo particular e de uma corporeidade absolutamente única (DEJOURS, 2004).

Da mesma forma que a concepção binária entre corpo e mente caracteriza o desenvolvimento das representações sobre o humano dentro da cultura e ciência ocidental moderna, essa mesma ideia se faz presente dentro da saúde, separando saúde física e mental. Porém, a subjetividade não permite a separação entre corpo e mente, nem sua hierarquização.

A dor, no entanto, mesmo sendo a primeira e mais recorrente forma de demonstração do corpo de que “algo está errado”, é constantemente subtratada pelos médicos. A dor é subjetiva, o que não favorece a compreensão objetiva por parte do médico. A dor, geralmente, é considerada como sintoma, e não como doença em si. Há também a dificuldade de mensuração da dor, já que é um processo subjetivo e individual.

A definição mais comum de dor, descrita pela International Association for the Study of Pain (IASP), é de que a dor é uma experiência sensorial e emocional desagradável, associada ao dano presente ou a lesão. Porém, a dor é considerada como experiência biológica, psíquica e social. A dor ultrapassa a concepção biomédica, pois é uma manifestação da relação entre a pessoa e a sociedade.

Seja a sexualidade, a gravidez ou a doença, tudo deve ser recoberto de silêncio. O corpo só pode ser aceito 'no silêncio dos órgãos'... A atitude em relação à dor, é nesse sentido exemplar. O corpo? Não existe nem palavra nem linguagem para falar do corpo no subproletariado. Não se sabe o que significa sentir-se bem no corpo. A gente não conhece o corpo; logo, para falar dele, é preciso que haja uma dor. (DEJOURS, 1992, p.32)

Na dor se revelam não somente a singularidade do sujeito, mas também as particularidades da cultura (LE BRETON, 1999).

As formas de sentir e de expressar a dor são regidas por códigos culturais, e a própria dor se constitui a partir dos significados conferidos e compartilhados pela coletividade, que sanciona as formas de manifestação dos sentimentos. A dor, portanto, se insere num universo de referências simbólicas, configurando um fato cultural. (SARTI, 2001, p. 4.)

No trabalho de gari, há a presença constante da dor, o que pode proporcionar sofrimento, devido ao tipo de trabalho, a carga horária extensa, aos movimentos repetitivos, aos pesos dos instrumentos de trabalho, posições do corpo no trabalho, ritmo intenso de trabalho, os longos quilômetros percorridos diariamente, etc.

Corpo e mente estão conectadas, não há possibilidade de separá-las quando se fala em inteligência e sofrimento no trabalho. Características primordiais ao trabalho passam pelo corpo, como a habilidade, destreza e sensibilidade técnica. Esses atributos se capitalizam e se memorizam no corpo, bem como se desenvolvem a partir do corpo. “O corpo inteiro – e não apenas o cérebro – constitui a sede da inteligência e da habilidade no trabalho” (DEJOURS, 2004, p. 29). Contudo, o autor salienta que quando fala em corpo, não se refere ao corpo da biologia, mas sim à um segundo corpo, o corpo que habitamos e que se experimenta afetivamente, um corpo que está engajado da relação com o outro. Ou seja, físico e cognitivo, objetivo e subjetivo, corpo e mente.

A vigilância e pressão para se intensificar o ritmo de trabalho são constantes e são exercidas pelos fiscais. Este ritmo acelerado, junto aos grandes trechos que devem ser limpos, afetam o conforto e bem-estar no trabalho, bem como o afeto pela atividade laboral

que exercem, o que pode provocar estresse, o sentimento de desvalorização de seu trabalho e de seu esforço.

Esta vigilância constante pode remeter ao olho panóptico de Foucault (2013), no sentido de que a vigilância cria nos indivíduos observáveis uma situação tal de submissão e insegurança, que eles mesmos se autovigiam. As trabalhadoras garis estão sempre apreensivas quanto a chegada de algum fiscal, pois estes aparecem “de surpresa”, ou que podem nem aparecer naquele dia.

Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas. (FOUCAULT, 2013, p. 192)

A intensificação do trabalho é abordada por diversos autores, sendo um deles Dal Rosso (2008), que trata da crescente intensificação do trabalho, em que as empresas visando mais produtividade, e qualidade exigem muito da/do trabalhador/a, porém, sem oferecer condições seguras e saudáveis para elas/eles.

A longa jornada de trabalho em pé e em movimento ainda se soma às condições climáticas, chuva e sol. A curto prazo, a exposição constante aos raios solares causa mal-estar e dor de cabeça, principalmente em Brasília, onde o clima é muito seco em determinadas épocas do ano, com a umidade relativa do ar baixa, chegando a 10%, sobretudo nos meses de agosto a novembro, fenômeno que vem se acelerando desde 2011²⁰, paralelo a tal situação, registra-se a dificuldade de acesso a água que encontram durante a jornada de trabalho. A exposição ao sol, como já se sabe, a longo prazo, pode causar problemas de pele, manchas, e até câncer de pele.

A intensificação do trabalho pode ser percebida na maioria dos empregos na atualidade, e inclusive nos serviços de limpeza, como é o caso das trabalhadoras garis. É exigido que se trabalhe em velocidade e ritmo acelerados para manter o ambiente limpo mais rapidamente, para que os transeuntes nem percebam que aquele lugar um dia esteve sujo ou impróprio, para parecer que o ambiente é asseado naturalmente.

Trabalhar mais densamente, rapidamente, ou trabalhar mais, supõe um maior esforço, um engajamento superior, um gasto maior de energias para dar conta do trabalho (DAL ROSSO, 2011). E como consequência “resultarão desse envolvimento um desgaste também

²⁰ Matéria divulgada pelo site *globo.com* no dia 6 de setembro de 2011.

maior, uma fadiga mais acentuada e correspondentes efeitos pessoais nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional” (DAL ROSSO, 2011, p. 233).

3.2 O DISCURSO DA SAÚDE NO TRABALHO

As atividades desempenhadas pelas trabalhadoras garis constituem um trabalho precarizado e insalubre, e têm como consequência a possibilidade de maior risco de danos à saúde da trabalhadora. Nesse sentido, esse grupo de referência é sujeito à exposição a variados riscos: físicos, químicos, mecânicos, ergonômicos, biológicos e sociais.

Sendo assim, como estas trabalhadoras significam o que é saúde e estar saudável? Aqui, serão apresentados depoimentos de entrevistadas que consolidam o elo direto entre as condições de trabalho que estão expostas e reações de seus corpos afetados. Seja como resposta física – como dores nas costas, manchas na pele, dores de cabeça, dores nas juntas, dentre outras queixas – e em grande medida, como resposta emocional - sofrimento mental, esgotamento, ansiedade, entre outros. Os prejuízos à saúde causados pelo trabalho são percebidos tanto no corpo físico quanto pelo sofrimento mental, podendo revelar-se através de apenas um deles, ou mutuamente.

3.2.1 O QUE É SAÚDE?

Conceituar saúde é uma tarefa difícil. Nas narrativas das trabalhadoras garis, estar saudável possui múltiplos significados, no entanto, há uma relação direta com a capacidade e a disposição para trabalhar. Na maioria das falas das trabalhadoras estar saudável significava poder trabalhar, “*Ah, ter saúde é trabalhar bem, ficar bem*”, como afirma Júlia.

Isso acontece, segundo Henrique Nardi (1998), porque o trabalho adquiriu um valor com contornos sacralizados e sacrificiais, dentro da nossa sociedade. Sacralizado porque está relacionado ao valor moral, qualificando como honestos aqueles que trabalham e desonestos e sem valor os que não o fazem. E sacrificiais porque em nome do trabalho, em nome da ‘produção’ muitos trabalhadores e trabalhadoras adoecem e morrem em condições perigosas e insalubres.

Ainda Herzlich & Pierret (apud NARDI, 1998, p. 97) apontam que, a partir da Revolução Industrial, ser saudável passa a ser sinônimo de ser capaz de trabalhar. Minayo (1994) segue a mesma direção dos autores ao elucidar que para as classes trabalhadoras é uma experiência existencial a representação de estar doente como sinônimo de inatividade.

As expressões correntes: a saúde é tudo, é a maior riqueza, saúde é igual a fortuna, é o maior tesouro; em oposição a doença como castigo, infelicidade, miséria etc. são representações eloquentes de uma realidade onde o corpo se tornou, para a maioria, o único gerador de bens. (MINAYO, 1994, p. 185)

O corpo, portanto, é para as trabalhadoras garis seu principal instrumento de trabalho. O gerador de seu sustento e de suas famílias. A saúde do corpo, então, está diretamente relacionada a conseguir cumprir as tarefas prescritas. Tarefas domésticas de cuidado com a casa, filhos, marido e parentes e também a tarefa de cumprir seu papel como mantenedora do lar. Por isso, a relação é tão estreita entre saúde e trabalho, já que se não conseguem trabalhar, toda uma estrutura de vida e familiar podem ser abaladas.

Quando eu tô mal, eu não consigo trabalhar direito, fico mole, não tenho vontade de fazer comida, aí já bagunça tudo. Acho que ter saúde é conseguir fazer as coisas que tem que fazer. (Ana)

Pra mim ter saúde é poder sair... viver, sabe. Não adianta tá respirando, mas não conseguindo ter lazer, trabalhar, cuidar dos meus filhos... (Sílvia)

3.2.2 O AMBIENTE DE TRABALHO E SUAS CONTRADIÇÕES

Uma característica primordial para melhor compreender a complexidade desta categoria profissional é o local e ambiente de trabalho. O trabalho exercido pelas garis é feito no espaço público, na extensão das ruas. Isso implica dizer que essas mulheres convivem não só com colegas de trabalho e chefia, mas com toda a dinâmica da rua. Além disso, significa que toda a dinâmica e necessidades de alimentação, hidratação, higiene pessoal e alívio de necessidades básicas é alterada., uma vez que devem ser realizadas na rua, durante a jornada de trabalho e que não há espaço próprio e adequado para tanto.

A rua é o espaço onde o trabalho das garis se desenrola, porém, é também o lugar onde estão outros trabalhadores e trabalhadoras, como ambulantes, flanelinhas, prostitutas, pessoas em situação de rua, policiais, etc. A rua é o lugar do novo, do imprevisível, do movimento, do informal, da impessoalidade, mas também é o lugar do encontro, de ver e de ser visto, de circular (SANTOS, 1999).

Roberto DaMatta (1997) aponta a oposição entre casa e rua no Brasil. A rua, para o autor, é o lugar do descontrole e da massificação, enquanto a casa é o espaço do controle e do autoritarismo, pois, atualmente, as elevadas estatísticas sobre a violência doméstica contra a mulher informam o quanto a casa é um lugar inseguro e violento. A rua é uma

categoria que indica o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões, implica movimento, novidade, ação. Ao passo que a casa remete a um ambiente controlado, onde as coisas estão em seu devido lugar. Segundo o Balanço 2015 do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher (SPM, 2016), em comparação a 2014, houve um aumento de 44,74% no número total de relatos de violência; de 325% de cárcere privado, computando a média de 11,8 registros por dia; de 129% no número total de relatos de violências sexuais (estupro, assédio, exploração sexual), computando a média de 9,53 registros por dia. Estes são dados relevantes para compreender como a casa também é um espaço de controle, opressão e violência para as mulheres.

E é assim que a rua é percebida pelas garis enquanto seu ambiente de trabalho, como o espaço da imprevisibilidade, do perigo, mas também do encontro e da liberdade. A ambiguidade de significados em trabalhar no espaço público está presente no discurso das trabalhadoras garis. Ao serem questionadas do porquê escolheram este trabalho, o que pensam e como se sentem em seu trabalho, a rua sempre esteve no discurso e argumentação do porquê gostam desse trabalho e do porquê não gostam também.

Trabalhar na rua significa caminhar dezenas de quilômetros ao dia, sem parar para se alimentar e ir ao banheiro adequadamente. Significa ficarem horas a fio em pé, sem ter onde sentar-se salvo nos meio-fio das ruas, é se expor aos fatores climáticos da cidade, é se expor aos raios solares durante toda a jornada de trabalho, para as que trabalham durante o dia. Segundo as trabalhadoras garis, apenas em 2016 que as empresas iniciaram a oferta de protetores solares. Assim, elas contam que a empresa oferece um protetor solar para cada trabalhadora ou trabalhador e que devem entregar o frasco vazio para adquirir outro, quando acabar. Apesar de ser um avanço para a saúde das trabalhadoras o fato de agora receberem um produto essencial em seu ambiente de trabalho, muitas se queixam que o protetor que recebem começou a manchar a pele delas. Assim, a maioria das trabalhadoras que participaram da pesquisa não utiliza este protetor e ainda compram seus protetores solares como antes.

Eu uso o Neutrogena. Eu não uso o da empresa porque o da empresa é o fator 18, não presta, faz é manchar o rosto... porque quando eu tava usando, começou a dar umas espinha e umas manchinhas, aí eu larguei. Só que hoje eu dia eu gasto com protetor... protetor é caro, uns 50 reais por mês (risos). (Clarice)

Brasília possui épocas do ano em que há altas temperaturas e umidade relativa do ar muito baixa, podendo chegar a menos de 10%. Neste período, o trabalho das garis se torna mais cansativo do que o usual, proporcionando dores de cabeça, desidratação, mal-estar e cansaço excessivo.

...fora a dor de cabeça que dá, eu... eu... todo dia eu sinto dor de cabeça, eu sempre fui de casa e escola, nunca fui de ficar o dia todinho no sol. Então, hoje em dia eu sinto... todo dia eu sinto dor de cabeça. (Clarice)

Além do sol e do período de estiagem e seca em Brasília, também há épocas de chuva. Portanto, aqui se vive, praticamente, duas situações extremas. Durante este período, o trabalho da limpeza urbana não pode parar, mesmo sendo a céu aberto, já que a produção de lixo não para. Assim, quando a chuva é forte e grossa, a empresa não exige que as trabalhadoras garis permaneçam trabalhando, mas elas precisam procurar algum lugar coberto por perto para ficar enquanto esperam a chuva passar para voltar ao trabalho. Em uma entrevista no Recanto das Emas, esta situação ocorreu, a chuva começou a cair de forma repentina, então, fomos correndo para debaixo de uma marquise de uma igreja. Quando a chuva é fina e fraca, elas usam capas de chuva oferecidas pela empresa, que são feitas de um material plástico muito fino e que rasgam com muita facilidade, semelhante a saquinhos de dindin, segundo as trabalhadoras, sendo assim, muitas vezes, elas preferem não utilizá-la. Ainda há os ruídos de motores, buzinas, construções que oferecem risco para a audição e também para o bem-estar durante o trabalho.

A rua também é o lugar da insegurança e do perigo. São inúmeros os casos de tentativas de assaltos, assaltos e até tentativas de violência sexual. Os corpos femininos, mesmo envoltos por um uniforme que não as identificam como mulheres, em um uniforme que marca sua profissão e sua condição social e de renda, ainda são passíveis desse tipo de perigo.

Ao falar sobre situações perigosas no trabalho, Clarice conta:

Um cara queria estuprar a gente... ai que vergonha. Ele seguiu... a gente tava tomando café lá em baixo né, aí ele passou e falou com a gente. Aí ele ficou só olhando... aí eu falei 'vamos sair daqui, porque esse cara tá muito estranho', aí nós saiu, e quando nós saiu ele começou a seguir nós. Nós andando rápido e ele andando rápido também, aí quando chegou no lugar de nós pegar o carrinho, nós entrou pra dentro e ele sentou na frente da casa... e ficou lá... aí eu falei 'eu não vou sair daqui enquanto esse cara não sair'. Aí... a mulher que guarda o carrinho pra gente é cadeirante. Aí quando ela saiu na área, ele começou a olhar pra ela e batendo... Aí ela falou 'Seu safado!'. Aí ela já tinha chamado a polícia pra ele né, mas ela

não sabia que ele ia fazer isso. 'Vou chamar a polícia pra tu, seu safado! Não tenho medo de você não!' Quando ela falou assim... aí ele falou assim 'Não, já tô indo embora!'. Só que ele saiu correndo.

Sabe-se que o perigo da violência sexual acomete às mulheres, majoritariamente, e segundo o Mapa da Violência de 2015, das mulheres que precisaram de atendimento pelo SUS por algum tipo de violência, a violência sexual é a terceira maior causa, depois da violência psicológica e violência física em primeiro lugar.

Além de roubos de pertences, as trabalhadoras garis relatam que muitos são os casos de assaltados para levar apenas os uniformes com o intuito de serem utilizados para facilitar roubos e assaltos em residências e comércios.

...muita gente rouba o uniforme da gente pra praticar coisa errada também... pra fazer assalto, pra ficar pedindo... porque a maioria dos locais deixam a gente entrar, né... é fácil o acesso... tá de uniforme... aqui na Estrutural aconteceu que um tirou a roupa dela todinha, deixaram ela de calcinha e sutiã... quem me falou foi o Paulo Roberto... um fiscal... deixou ela de calcinha e sutiã e levaram o uniforme dela... só quis o uniforme, não levou mochila, não levou nada. (Jaqueline)

...lá nas oitocentos (quadra do Recanto das Emas), eles estavam tentando roubar os uniformes dos garis pra roubar as casas... Aí a gente tava morrendo medo né, queria comprar os uniformes, parece que era por 300 reais... A gente tem medo até de roubar o uniforme da gente... (Clarice)

O local e o turno de trabalho, assim, estão relacionados à segurança das trabalhadoras garis. Trabalhar no Recanto das Emas, no Plano Piloto, no Lago Sul ou em Taguatinga pode ser diferente, assim como trabalhar no turno da noite ou durante o dia. Este fato pode ser observado pelas diferenças de ofertas de turno de trabalho entre as Regiões Administrativas. Amanda afirmou que não existe o turno noturno no Recanto das Emas por causa da falta de segurança no local e conta que ela e sua dupla de trabalho já foram assaltadas mais de uma vez, mesmo trabalhando durante o dia. Porém, mesmo que este seja um perigo constante e que provoque ansiedade e medo, ainda, o maior perigo apontado pela maioria das garis é o atropelamento/acidente de carro.

Quando a gente trabalhava nas quadras... uma vez a gente estava na via e o carro veio e bateu no cone e o cone bateu no carrinho... eles não veem nada... apesar da gente ter esse laranjão na via também e chamar atenção, eles não veem... (Tamiris)

...é, mas também tem a gente que é maior que o cone e eles não veem... ó... uma vez aqui no eixo na norte, na tesourinha, a mulher passou no telefone e jogou o carro dela e bateu no nosso na via, na tesourinha, fazendo balão... essa é a pior parte... a via. (Sílvia)

Ainda, este tipo de perigo já provocou até uma morte durante a jornada de trabalho, segundo Jaqueline:

Morreu um gari atropelado aqui na W3 Sul... porque a moto não respeitou os cones... passou e atropelou ele... o gari morreu no outro dia... e o cara morreu na hora... um rapaz novinho, ele era um rapaz novo, bonito... trabalhava à noite... porque a moto não respeitou o cone.

É importante elucidar que as trabalhadoras garis, em sua narrativa, atribuem como causa deste perigo, a invisibilidade a que são sujeitas. “*Eles não veem nada... apesar da gente ter esse ‘laranjão’ na via também e chamar atenção, eles não veem*”, frase de Mariana ao completar a fala da colega que contava casos de motoristas que não respeitam o cone e a presença das mulheres garis.

Trabalhar na rua também significa que suas dinâmicas de atividades biológicas são alteradas, enquanto em um escritório o banheiro, o filtro e a copa estão a alguns passos, na rua isto não ocorre. A ida ao banheiro, a alimentação e a hidratação são muito mais dificultadas no ambiente de trabalho das mulheres garis. Ainda, são mulheres que trabalham, e que portanto, têm necessidades de higiene, como quando estão no período menstrual, além da diferença anatômica entre o corpo masculino e feminino, e a dificuldade, deste para urinar em algum lugar que não seja um banheiro.

É horrível... e aqui é nós duas juntas, ó... e no caso assim... não sei as outras, mas no meu caso, ultimamente tem vindo muito... aí você troca uma vez... beleza, né? aí na segunda você troca não tem como lavar, não tem como... aí fica aquela coisa pegajosa, nojenta... é horrível. (Mariana)

A gente procura um banheiro, assim... assim, um bar... tem policial, tem delegacia... a gente vai ao banheiro e troca. E outras não, faz trocar é no meio da rua mesmo. Aí quando a gente fica mais distante de banheiro, a gente caça um lugar atrás de alguma coisa que fica mais escondidinho, troca e aí joga dentro do carrinho. (Fernanda)

O alívio das necessidades básicas acontece de diversas formas. As mulheres que trabalham nos arredores da rodoviária têm uma maior facilidade para ir ao banheiro, já que as dependências da rodoviária é de livre acesso, então, apenas deixam suas colegas continuando o trabalho e vão rapidamente usar o banheiro. Já aquelas que trabalham perto de grandes supermercados, ginásios, feiras, etc, têm uma dificuldade maior em comparação com o grupo anterior, isso porque apesar de qualquer pessoa poder entrar nestes espaços de forma despercebida, o mesmo não acontece com as garis. Assim, o uniforme serve como identificador do indesejado, da identificação do abjeto naquele espaço. E existem relatos

delas sobre o impedimento de entrada nestes lugares para o uso do banheiro, por estarem utilizando o uniforme. Porém, trabalhar perto de alguns desses estabelecimentos ainda é considerado melhor do que em espaços apenas residenciais ou vazios de qualquer estrutura, porque não são todos os lugares em questão que agem dessa forma com elas.

As piores experiências são vividas pelas mulheres que trabalham em áreas residenciais, que não possuem algum tipo de estrutura por perto ou que trabalham no turno da noite, já que durante o horário deste turno não existem estabelecimentos abertos. Assim, as necessidades básicas são feitas atrás de algum carro, no mato, ou com a companheira de trabalho “fazendo cabaninha”, tentando esconder a colega que está agachada em algum canto de um edifício. Da mesma forma são feitas as trocas de absorventes durante a jornada de trabalho.

Devido à dificuldade do uso de algum lugar confortável para se aliviar, muitas vezes, as garis optam por não irem ao banheiro ou segurarem o máximo que conseguirem, o que pode acarretar em problemas de saúde do trato urinário, como a retenção urinária, infecção urinária e até pedras nos rins. Júlia conta que desenvolveu infecção urinária durante seu período como trabalhadora gari. Ainda, alguns são os casos de trabalhadoras que por problemas intestinais não conseguiram chegar ao banheiro a tempo, pois não havia banheiro nas redondezas ou não era de fácil acesso. Mariana, que trabalha perto da Rodoviária, relata que realizou uma operação na vesícula, e assim, ao comer determinados tipos de alimentos, sente mal estar intestinal. Desse modo, já aconteceu uma situação em que não conseguiu chegar a tempo no banheiro, pois ainda que exista o livre acesso a ele, deve-se percorrer uma determinada distância dependendo do espaço do trecho que está sendo limpo. Mariana tirou a calça que veste por baixo do uniforme e ficou apenas com a pertencente ao uniforme.

O consumo de água é outra dificuldade encontrada nesta profissão. Como as garis ficam cerca de 7 horas andando pelas ruas de Brasília, nenhuma delas leva para o trabalho o ideal de quantidade de água para hidratação durante esse período. Todas as trabalhadoras garis levam garrafas de água em suas mochilas. Porém, a água acaba e esquenta ao longo do dia, ainda que algumas estratégias coletivas sejam utilizadas, como levar garrafa com a água congelada, fazendo com que o gelo derreta ao longo do dia e mantendo a temperatura da água mais fresca.

Sendo assim, as trabalhadoras procuram formas de encher suas garrafas ao longo do dia. A dificuldade é semelhante ao uso do banheiro, as que trabalham próximo à rodoviária têm acesso livre aos bebedouros, para as que estão perto de supermercados maiores, ginásios, etc, existe uma maior dificuldade já que, assim como o uso do banheiro, algumas vezes seguranças e gerentes não permitem que as trabalhadoras bebam água ou encham suas garrafas.

E da mesma forma que acontece com o uso dos banheiros, para as mulheres que trabalham em áreas residenciais e lugares mais vazios, o acesso a água é mais difícil, pois elas são obrigadas a pedir para moradores e comerciantes da região, o que pode proporcionar constrangimentos, como contam Jaqueline, Mariana e Júlia:

...mas a água até assim... tem dificuldade dependendo do lugar pra você arrumar, mas você consegue. É... eles dão da torneira... se quiser tem que comprar a garrafinha gelada. (Jaqueline)

O pessoal das casas não gosta de dar... não gosta de dar água... abrir porta pra dar água... as lanchonetes da Rodoviária não dão água, não... tem umas que nem da torneira dá. (Mariana)

Tem gente que você pede e dá, mas dá a água da mangueira pelando de quente. Nem pegar da cozinha... (Júlia)

É importante salientar a diferenciação que várias trabalhadoras fizeram em relação ao tratamento dado a elas durante o trabalho de acordo com idade e classe social. Segundo as mesmas, as pessoas que mais são solícitas e respeitadas são mais velhas, idosas e de classe social mais baixa, enquanto enfatizaram que as pessoas de classe social mais alta as tratam de forma mais desrespeitosa.

...mas assim, em compensação a esse lado também, tem aquelas pessoas que não dão, mas sempre tem um filho de deus que dá... igual a quando eu trabalhava na quadra... tem um senhorzinho lá na quadra que toda vez que a gente passava ele abria o portão e dava café... teve uma vez que ele assou pão de queijo aí trouxe um pão de queijo quentinho e a gente foi comer lá sentadinha... aí a fiscal na hora chegou e ele “não... vamos lancha, é rapidinho...” uma coisa que ele fez com tanto carinho... aí ela foi lá com a gente e lanchamos. (Mariana)

Jaqueline conta que “as pessoas ricas discriminam a gente muito mais”, e diz que no Dia do Gari, apenas uma mulher a parabenizou e a abraçou na Rodoviária. Este pequeno gesto é de grande valia para estas trabalhadoras, pois é o reconhecimento de seu trabalho e conseqüentemente de sua existência como indivíduo e como profissional.

Varia muito... assim, as pessoas mais humildes e as mais idosas, tratam a gente melhor... eu vejo essa diferença nos idosos e nos humildes... no dia dos garis só teve uma moça, que ela me deu os parabéns e me abraçou na Rodoviária... me deu os parabéns pelo dia... "parabéns, hoje é dia do gari, vocês são muito importantes pra gente". (Jaqueline)

Assim, percebe-se que existem diferenças na forma que são tratadas, e conseqüentemente, em seus laços de convivência e companheirismo/solidariedade, entre as Regiões Administrativas, de acordo com a renda *per capita* ou familiar. Trabalhar no Recanto das Emas, na Rodoviária, em Taguatinga ou no Lago Sul é diferente. As relações estabelecidas ou não durante o trabalho em cada uma dessas localidades varia, e segundo as trabalhadoras uma das razões é a condição de classe social.

A questão da localidade e a classe social da região em que trabalham também influem sobre a hora de almoço e lanche durante a jornada de trabalho. Nos três horários de trabalho existe 1 hora para almoço ou lanche. Contudo, às vezes, no turno da noite, as garis preferem não utilizar este tempo para comer e assim trocam para ir embora mais cedo.

O maior problema para alimentação é para as que trabalham no turno da manhã, que inicia-se às 7 horas e se estende até às 15 horas. O almoço é uma das principais refeições do dia para uma alimentação saudável. Porém, em muitos casos, isso não é possível para as trabalhadoras garis. As mulheres entrevistadas almoçavam ou em algum restaurante ou levavam comida para o trabalho. No caso de almoçar em restaurantes, eram em self-services ou em Restaurantes Comunitários que existem nas Regiões Administrativas ao custo de 2 reais.

Mas surge o questionamento, onde guardar a sua marmita já que o local de trabalho é a rua? As trabalhadoras garis guardam as vasilhas com a comida em um saco plástico, dentro da mochila. Esta é colocada dentro de um saco plástico grande, o mesmo que utilizam no trabalho para coletar o lixo, que por sua vez é colocada dentro do carrinho que coletam o lixo. Depois disso, colocam os sacos de lixo normalmente e fazem seu trabalho. Ou seja, a comida que irão consumir, fica dentro do carrinho que coletam o lixo, em um ambiente insalubre, mesmo que protegido por sacos plásticos, e com temperatura inadequada para armazenar a comida.

Assim, a saúde e bem-estar dessas mulheres pode ser diretamente afetada, já que ou a comida poderá estragar ou elas não se dispõem a levar a variedade de alimentos que gostariam pelo receio de estragar. Além da qualidade e estado da comida, existe a

problemática: onde comer? Não existe nenhum espaço que a empresa ou o governo oferece para a alimentação, portanto, as trabalhadoras garis procuram algum lugar para sentarem e comerem durante sua hora para alimentação, geralmente em alguma sombra de árvore, marquise ou embaixo de algum bloco.

Este tempo de 1 hora é tirado para almoçar e para descansar um pouco das horas caminhando, então, diversas vezes as garis utilizam um papelão grande que encontram durante o trabalho para forrar o chão para sentar e deitar durante esse tempo.

Enquanto o clima está ensolarado, mesmo que muito calor e seco, ainda existem as sombras das árvores, mas quando a chuva toma conta da cidade esta situação torna-se mais complicada. Isso porque não é em toda marquise ou embaixo de qualquer bloco que elas podem ficar. Muitas vezes os condomínios e síndicos não permitem que as trabalhadoras utilizem as áreas do bloco com a justificativa de que não são moradoras. Assim, existiram relatos de garis que almoçaram na chuva porque foram expulsas do bloco em que estavam.

A gente foi pra debaixo do bloco pra comer, né... porque estava pingando. Aí veio o zelador e disse que a gente tinha que sair... que o síndico não deixava... aí... a gente foi pra calçada. (Márcia)

Mas ao mesmo tempo, e paradoxalmente, também existe alteridade e uma solidariedade de classe, alguns e algumas seguranças, porteiros e porteiras, recepcionistas, etc., auxiliam as garis durante sua jornada de trabalho. Oferecem água, o uso do banheiro, lugar para esquentar as marmitas, e também para se proteger da chuva ou do cansaço. Uma rede de solidariedade também se tece.

Esta situação de interação com residentes da comunidade, transeuntes e outros trabalhadores nem sempre é ruim. Da mesma forma que esta interação pode provocar desconforto e humilhação, também proporciona laços de amizade e de pertencimento a um lugar. As trabalhadoras contam que existem alguns moradores que oferecem água, café, um lanche, abrigo para a chuva, o uso do banheiro ou conversas, que proporcionam o prazer no trabalho.

E aqui se insere o caráter contraditório no ambiente de trabalho das trabalhadoras garis – a rua -. Ao mesmo tempo que é o lugar do imprevisível, da não permanência, da fluidez, do perigo, da impessoalidade, também é o lugar do encontro, e nesse encontro cotidiano, formam-se redes de apoio e de solidariedade entre as pessoas, o que torna o trabalho na rua também agradável e prazeroso para elas.

Esta é uma característica que as trabalhadoras garis apontam como positiva no seu trabalho - trabalhar na rua, ao ar livre - estar em constante movimento, não estar “*presa entre quatro paredes*”. Ao mesmo tempo que a rua é um espaço desconfortável, com todas as dificuldades elencadas aqui, também é o espaço da liberdade para elas.

Eu tinha muita vontade de ser gari, porque eu achava muito bonito... porque eu ia conhecer muitos lugares, ia conhecer lazer. Então... porque é muito ruim você trabalhar entre quatro paredes, e ficar presa. (Fernanda)

Trabalhar na rua está ligado a liberdade, segundo a fala das trabalhadoras. Este caráter libertário se apresenta de algumas formas diferentes. Trabalhar na rua significa ser livre de cobranças, perseguições e vigilância que existem em chefes imediatos em ambientes fechados de trabalho, ou seja, uma liberdade sentida e vivenciada, em contraposição ao espaço restrito da empresa; livre para descansar um pouco em qualquer horário; livre das cobranças domésticas, mesmo que o trabalho de limpeza esteja no âmbito da reprodução. Afirmam que “as relações são estabelecidas a partir de outros critérios, normas, hierarquias, propiciando inclusive relações fundadas na cooperação, na ajuda e também, no “toma lá, dá cá”, nas trocas” (SANTOS, 1999. P. 71)

As falas das trabalhadoras apontam essa dimensão da liberdade. Tamiris aponta:

Eu gosto (do trabalho), porque tem uma colega bacana, especial. Eu gosto dos meus colegas de trabalho. É divertido, é ao ar livre. Fiscal não fica enchendo o saco. (Tamiris)

Evidencia-se que alguns elementos são essenciais para que Tamiris goste do trabalho: as/os colegas, o ambiente ser ao ar livre, e a não vigilância de fiscais. Foi possível identificar que muitas queixas sobre sofrimento no exercício do trabalho eram atribuídas a brigas e “picuinhas” com colegas de trabalho e fiscais. E que quando estas relações se davam de forma mais harmônica e leve, o trabalho fluía bem melhor.

Já, Meire aponta a liberdade de *poder* trabalhar:

Eu... antes eu não trabalhava porque eu criei meus filhos, depois criei meu neto e cuidei do meu sogro durante 10 anos. Aí quando o meu sogro faleceu, meus filhos estavam grandes, todo mundo trabalhando, aí eu me senti... “agora eu tenho que trabalhar, tô livre!”. Me senti livre pra trabalhar. Antes eu não trabalhava porque eu estava sempre ocupada com alguém, tomando conta.

A fala de Meire assinala o papel destinado às mulheres dentro da sociedade: o cuidado. O trabalho do *care* se denomina, de forma genérica, como “o cuidado com o outro”,

“a atenção para com outrem”, visando a melhorar o seu bem-estar. Este tipo de trabalho está no âmbito da reprodução, e é exercido majoritariamente por mulheres. E em sua forma mais precária, por mulheres negras, de classes sociais baixas e/ou imigrantes, como afirma Helena Hirata (2012). Não sem razão, pois as mulheres são educadas desde a infância para o seu papel na reprodução social e esse processo será conveniente no futuro, para o capital e para o trabalho. A docilidade, a paciência, a resistência para o trabalho monótono e repetitivo são qualidades pretensamente naturais das mulheres, que resultam, na verdade, desse longo processo de qualificação para o trabalho. Existem configurações diversas para a organização do *care*, onde há a predominância das famílias, o *care* informal e não remunerado (HIRATA, 2012), e nesta configuração que Meire se insere.

O trabalho do *care*, mais que qualquer outra ocupação baseada em uma relação de serviço, tem uma carga muito forte de emoção, pois o trabalho mistura fortemente amor, afeto e altruísmo, segundo a autora. Desse modo, também pode provocar cansaço e sofrimento, e assim, o trabalho assalariado e fora do ambiente doméstico, mesmo com todos os problemas elencados, é um espaço de liberdade.

3.2.3 OS INSTRUMENTOS DE TRABALHO E A CONVIVÊNCIA COM A DOR E O CANSAÇO

O cotidiano de uma trabalhadora *gari* é intenso. Dividir as horas do dia e a disposição entre o trabalho assalariado na empresa e trabalho doméstico, levar e buscar filhos na escola, preparar comida e marmita para o marido, pegar transporte coletivo, além de em muitos casos dividir o cuidado das/os filhas/os com pais ou sogras/os é árduo, cansativo.

Uma colocação recorrente ao falar do “tempo livre” é justamente a falta dele. As trabalhadoras *garis* relatam que nos momentos em que não estão trabalhando, cuidam dos afazeres domésticos e dos filhos. E muitas ainda respondem “*Tempo livre? Isso não existe, não!*”. O maior lazer relatado fora do contexto doméstico é a ida a igreja.

O esgotamento mental se dá com a sensação de estar sobrecarregado (SANTOS E CARDOSO, 2010) e o esgotamento físico está associado ao desgaste físico/do corpo seja pelos movimentos repetitivos que diariamente são feitos, seja pelas longas caminhadas, seja pela inadequação dos instrumentos de trabalho, como peso excessivo, tamanho inadequado, etc. Neste contexto de nunca haver tempo para descansar, o corpo e mente se esgotam.

A dor é companheira das trabalhadoras garis. Todas as mulheres que participaram da pesquisa contam sentirem dores que relacionam com o trabalho que exercem. Dor de cabeça, nas costas, nos braços, nas mãos, nos dedos, nos ombros, nas pernas, nos pés, nas juntas... A dor sempre se faz presente.

Os fatores com os quais as trabalhadoras relacionam as dores que sentem são: o clima; o ambiente e tipo de trabalho; as horas caminhando e os instrumentos de trabalho e de segurança, além de permanente vigilância e controle dos fiscais.

As dores de cabeça são relacionadas principalmente ao sol, às altas temperaturas e umidade relativa do ar baixa, além dos odores a que são expostas, tanto do lixo quanto de fumaças, tinturas, e poeiras em geral. As dores nas costas geralmente são atribuídas às posições que ficam enquanto trabalham, principalmente para quem está realizando capina e pintura de meio-fio, já que ficam agachadas e/ou com as costas curvadas. As 7 horas caminhando são as causadoras das dores nas pernas e pés, juntamente com as botas, que são entregues pelas empresas e são um item de segurança. As dores nos braços, ombros, mãos e dedos são resultado da manipulação dos instrumentos de trabalho.

Os instrumentos de trabalho e segurança, além da própria natureza do trabalho, são neste caso os maiores causadores das dores constantes das trabalhadoras. As botas, item de segurança, são pesadas e duras, segundo as trabalhadoras, o que proporcionou a Luciana calos e joanete.

Tipo esse dedinho que a gente tem maior... joanete. Eu não tinha, já comecei a ter. Já bati o Raio X e aí tá crescendo. Aí o médico falou... disse assim “Você vai querer tirar? Só que tem um porém, é um mês de repouso, um mês pra pôr o ferro e um mês pra fazer ou cirurgia” (risos). Falei ‘Doutor’... 3 meses! (Luciana)

As trabalhadoras garis acham as botas pesadas e duras, pouco confortáveis. A sola dura se dá, segundo as trabalhadoras como uma proteção, para que nenhum objeto cortante ou perfurante ultrapassem as solas e as machuquem, porém, ao mesmo tempo que oferece esta segurança maior, não há sequer uma palmilha para algum tipo de conforto ao pisar. Todavia, mesmo assim, Amanda conta que um prego perfurou a sola da bota, “*Um dia um prego enfiou na minha bota e quase furou meu pé*”.

O carrinho utilizado para a coleta de lixo varia de peso e material, podendo ser de plástico ou de metal. Todas as mulheres com quem conversei utilizavam o carrinho de metal,

que é o mais pesado, pesa mais de 10 quilos, estando vazio. Alguns carrinhos são mais novos e tem as rodas em melhor estado, assim, a locomoção é mais fácil. Já, os carrinhos mais antigos, muitas vezes estão com as rodas bastante desgastadas, o que dificulta a manipulação deste instrumento de trabalho, tornando o trabalho mais exaustivo fisicamente.

As pás são consideradas pela maioria das trabalhadoras garis como pesadas ou muito pesadas. E às pás são relacionadas as dores nos braços e ombros, geralmente. Muitas mulheres comparam as pás que recebem da empresa com as utilizadas na construção civil, grandes e pesadas para o corpo das mulheres garis. As vassouras, menos que as pás, também são consideradas por algumas como grandes e pesadas, e com o adendo de que quando as cerdas estão muito gastas, não cumprem o papel tão bem a varrição. Como consequências desses aspectos dos instrumentos de trabalho, algumas trabalhadoras garis compram sua própria pá e vassoura, mais adequados ao tamanho de seu corpo, força e peso para o trabalho ser mais fácil e menos cansativo. Assim, de certa forma, a responsabilidade quanto à adequação dos instrumentos de trabalho, a ergonomia e a segurança é transferida para a trabalhadora.

Uma característica importante a ser ressaltada aqui é o fato dos instrumentos serem considerados grandes e pesados para as trabalhadoras, o que significa que mesmo quando a maioria de pessoas que trabalham nesta profissão são mulheres, estes instrumentos são pensados para o corpo universal de quem trabalha, o corpo masculino.

A dor, além de ser desconfortável e impedir que as atividades cotidianas, tanto do trabalho assalariado quanto do trabalho doméstico ou lazer, sejam realizadas, também não apresenta marcas no corpo, mas deixa sequelas. Isso significa que em muitos casos, as trabalhadoras garis sofrem com dores constantes, mas são desacreditadas. A dor não é entendida como um problema de saúde, que deve ser investigado e tratado, mas como “frescura”, como um atributo da fragilidade, que por sua vez é ligada ao feminino. Ainda, como a dor é tão constante e presente, as trabalhadoras garis algumas vezes são acusadas de exagerar e acabam enxergando a dor como algo normal do trabalho, algo que “faz parte”.

Quando eu fico muito tempo em pé, igual agora... quando eu chego na administração, fica tipo, como se estivesse... latejando. Agora até que não. Quando a gente tá no pique não sente, não... mas quando para... aí é que vem a dorzinha. (Luciana)

O movimento muscular... assim... que a gente movimenta muito (movimentando o braço)... aí dá dor no braço, na coluna... eu sinto dor no

ombro, dor na coluna... aí tem vez que eu sinto dor aqui, embaixo do pé, no calcanhar. (Fernanda)

Nas pernas, nas costas... nossa, tem dia que as costas pegam fogo (Mariana)

Aqui a gente trabalha e só falando de dor (Sílvia)

Primeiro dia eu sofri. Muita dor na coluna, os pé inchado, a mão inchada. No “diversos” é as costas, porque você fica o dia todinho de 4. E a catação a mão dá choque, porque você passa o dia inteirinho espetando, então quando você para, o sangue fica muito né... E é que nem eu falei cada... cada equipamento tem um problema que a gente sente... sente alguma dor no corpo. (Clarice)

Dor nas pernas. Ah... Na coluna, porque a gente abaixa muito pra catar lixo. O ombro... porque você fica movimentando assim. (Amanda)

É... devido, acho, que o fato da gente ficar muito em pé... varizes nas pernas. Muitas dores nas pernas. Eu, particularmente, sou “Maria das Dores”. A Meire não, é “Maria João” (se referindo à colega de trabalho). (Tamiris)

Apenas Meire diz “*Eu falo que eu não tenho tempo pra sentir dor, não*”. Meire foi a única que não se sentia à vontade para falar de seus desconfortos durante o trabalho. Sempre ressaltando os pontos positivos do labor. Sua colega de trabalho, Tamiris, sempre se referia a ela como portadora de características ligadas ao masculino para falar de como ela dizia não sentir dor.

No discurso das trabalhadoras, a dor é sempre presente, contudo, também sempre há o realce de que elas são fortes, “aguentam” esta situação, que têm plenas condições de trabalhar e que são capazes e boas profissionais. Também, dentro do discurso há o destaque de que não é “qualquer um” que tem a capacidade de realizar o trabalho que elas fazem, ressaltando, assim, a importância de sua profissão como gari, e também de si mesma como indivíduo competente e qualificado para sua profissão. Constroem uma boa autoestima em relação ao seu próprio trabalho, uma vez que o mesmo é não reconhecido pela sociedade em geral. Isso pode explicar, por exemplo, como elas criam um ‘laço’ identitário que as une diante de tantas ‘atrocidades’.

Outro instrumento de trabalho que causa desconforto e perigo à saúde das trabalhadoras garis é a luva. Todas as trabalhadoras com quem conversei se queixam das luvas, já que são confeccionadas em pano, não oferecendo nenhuma proteção contra objetos cortantes ou perfurantes, nem mesmo à alguma contaminação. As garis dizem que em dias de chuva ou quando o lixo está molhado, as luvas, inclusive, atrapalham o andamento do

trabalho, e causam desconforto, por isso, muitas delas as tiram e continuam sem o uso das luvas. Este é um ponto importante, pois as trabalhadoras garis estão em um ambiente insalubre lidando com o lixo, com as impurezas e não tem uma proteção efetiva nas mãos, onde acontece o principal contato com este lixo.

Principalmente a luva não (gosto). A luva é de pano. Muitas pessoas já pegaram micose aqui na empresa. E a empresa não quer saber o seu lado, não, manda embora. Eu já vi! Teve uma menina que ela pegou micose, parece que foi de... rato. Comeu essa parte dela quase toda (mostrando a mão). Mandaram ela embora. A empresa não quer saber, não. Ele quer saber o rendimento do que você está colhendo, lixo. O negócio deles é a produção pra eles. Nosso trabalho... pra eles não... influi nada. Se tiver, vamos supor, 50 milhões de sacos ali, pra eles é lucro. Agora pra nós eles não estão nem aí. (Luciana)

Agora a luva... não vejo graça, ela suja a mão da gente.. olha a minha mão, olha bem essa aqui olha... as unhas tudo bem que estão grandes, estão mal feitas... mas tem dia que você vem com essas unhas e parece que você tava assim num buraco... toda suja... a sujeira passa toda... a luva eu acho que era melhor você trabalhar sem... eu já reclamei, já falei várias vezes... eu prefiro às vezes trabalhar sem luva... porque se chove e você está com ela molhada, tá tudo na sua mão, aquilo melecado ali. (Mariana)

Dá micose isso... não tem higiene nenhuma (Sílvia)

Eu, pra falar a verdade, eu acho que nesse tempo, ela não serve, ne. Nesse tempo de chuva, porque a gente vai pegando os lixos e ela fica molhada ne. Aí vai passando tudo pra mão da gente e fica chato. (Tamiris)

Ainda, existe uma outra especificidade neste trabalho, os instrumentos de trabalho, ou seja, carrinho, vassoura, pá, espeto, cone, não tem um lugar específico da empresa para ficarem guardados enquanto não estão sendo utilizados durante a jornada de trabalho. Dessa forma, as próprias trabalhadoras garis precisam encontrar lugares para deixar os instrumentos de trabalho quando seu turno acaba, ou leva-los para casa. Sendo assim, a “solução” que as garis encontram é pedir para algum ou alguma moradora, dono ou dona, trabalhador ou trabalhadora de algum comércio ou lugar fechado para guardar ou, em último caso, tentar escondê-los ou prendê-los em algum lugar mais isolado.

A empresa, mais uma vez, transfere sua responsabilidade para as trabalhadoras garis, agora sobre os instrumentos de trabalho fora da jornada, porque elas contam que em muitas situações, se os instrumentos de trabalhado, principalmente vassouras e pás, aparecem com os cabos quebrados ou somem, é cobrado delas essa responsabilidade, e o ônus, descontando de seu salário. Porém, Jaqueline diz que o tratamento dado a esta situação depende do fiscal, alguns cobram, outros apenas registram e entregam novos instrumentos. Assim, também

quando algum dos instrumentos está mais gasto e já ruim para o uso no trabalho, as garis avisam ao fiscal que, pode ou não, providenciar a troca por outros, que não necessariamente estarão novos.

Clarice conta que ela e Amanda deixam o carrinho junto com os outros instrumentos na Biblioteca do Recanto das Emas. Isso porque o segurança de lá, informalmente, deixa que elas os guardem no espaço que é cercado e fechado com cadeados.

Já, duas e meia a gente vai correr pra biblioteca pra guardar o material, que o caminhão não vem buscar. A gente tem que procurar o lugar pra guardar o carrinho, às vezes a gente bate na casa pedindo. Aí quando a gente tá aqui, a biblioteca já é fixa ali. A gente sempre guardou ali, quando a gente tá nesse trecho. O segurança ainda é muito lindo (risos). (Clarice)

Consolidando aqui também uma solidariedade entre trabalhadores e uma possível relação afetiva.

Como alternativa para não levar vassoura, pá e espeto para casa ou correr o risco de eles serem quebrados ao deixarem na rua, algumas garis os deixam no ônibus da empresa. Porém, isto também só pode acontecer se a relação com os fiscais for boa, pois esta prática não é permitida pela empresa.

Dessa forma, esta prática da empresa em exigir das trabalhadoras que encontrem um lugar para guardar os instrumentos de trabalho e cobrar depois se algum dano é causado a eles gera uma espécie de ansiedade nas trabalhadoras garis. Isso porque elas ficam em constante preocupação se os instrumentos ainda estarão intactos ou não, e se conseguirão ou manterão o lugar seguro para guardá-los. Somada a esta preocupação, ainda há a frequência das dores que acompanham o dia-a-dia e suas atividades, e também a apreensão de como estará a intensidade ou se haverá a presença dessas dores pelo corpo.

Isso porque a incerteza de dias bons ou ruins, ou de ir ou não ao hospital, arriscando não ser atendida, e assim não ter um atestado para apresentar à empresa, ocasionando um desconto de mais de cem reais por dia em que há falta, causa angústia e ansiedade. Tornando o trabalho além de sua natureza fisicamente fatigante, também desgastante emocionalmente.

3.3 LIBERDADE X VIGILÂNCIA

Como discutido anteriormente, o ambiente de trabalho – a rua –, aparentemente, está do lado oposto ao espaço restritivo de um escritório ou de uma empresa. A organização de trabalho em que estão inseridas não se caracterizam como uma organização taylorista,

fordista, artesanal, em que uma máquina dita o ritmo corporal de trabalho ou em que há a liberdade de criação e o respeito ao tempo do próprio artesão. Tampouco se iguala na ruptura que passa a existir dentro indústria entre concepção e execução do trabalho, em que a trabalhadora se vê desapropriada de seu conhecimento e experiência. Neste espaço da indústria é “proibido” conversar, rir, brincar, pois dessa forma não há produção (SANTOS, 1999).

Aparentemente, o espaço da rua se contrapõe ao restrito da organização industrial. Proporcionando maior liberdade de movimentos, de interação, de alternativas, de tempo, assim como a rua se apresenta, como um espaço de liberdade, onde cada um cuida de si. Sendo assim uma parte da representação do ambiente de trabalho no discurso das trabalhadoras garis.

Entretanto, a visão sobre o seu trabalho é ambígua. Ao mesmo tempo que o discurso ressalta o caráter libertário de trabalhar na rua e a contraposição à uma fábrica ou um escritório, espaços fechados, em que há “*encheção de saco*” de superiores, também é presente no mesmo discurso o incômodo relativo a rotina do trabalho. De forma menos direta, em alguns casos, o desconforto relativo a pressão sofrida pelos fiscais é constante.

Este desconforto pode ser observado quando a entrevista se alongava por mais tempo que o esperado, ou por eu interrompê-las durante o trabalho para tentar conversar. Em diversos desses momentos, olhos atormentados procuravam ao redor se o ou a fiscal estavam por perto, ou relógios e celulares eram consultados para saberem se estava na hora do ou da fiscal passar para inspecionar o trabalho.

Ao falar sobre a rotina do labor existiam duas possibilidades de inspeção ou acompanhamento do trabalho por fiscais. Ou o/a fiscal passava pelos trechos uma ou duas vezes por dia, ou estavam rondando o trecho de forma frequente durante o dia. No primeiro caso, o trabalho parecia mais agradável para as trabalhadoras, pois a vigilância não é constante, o/ fiscal comparece aos trechos mais ou menos no mesmo horário todos os dias, então, as trabalhadoras garis se organizavam para o período de tempo que o/a fiscal iria passar. Assim, não existia uma sensação (grande) de vigilância e de pressão, mas de um acompanhamento do trabalho. Porém, mesmo assim, o ritmo de trabalho não segue o da própria trabalhadora, uma vez que o aceleram para estarem no lugar previsto quando a

fiscalização passar. Contudo, depois disso, sentem-se mais tranquilas para continuar a jornada seguindo um ritmo mais confortável para elas.

A dupla de trabalho Clarice e Amanda, cujo fiscal passa apenas de manhã, conta que o trajeto que devem percorrer é de duas quadras residenciais do Recanto das Emas mais a estrada do Núcleo Rural Vargem da Benção, que está localizada à margem da BR-60 e utilizada para a entrada ao Recanto das Emas, mais conhecido pelos moradores como “Fazendinha”. O comprimento desta estrada é de aproximadamente dois quilômetros e sua forma aparenta um vale, sendo assim, existe uma descida e subida acentuadas, e deve ser limpa dos dois lados da estrada, assim, as trabalhadoras vão por um lado e voltam pelo outro lado da pista, somando quase quatro quilômetros. Entretanto, não são todos os dias que elas devem limpar este local, e são avisadas quando chegam para bater o ponto caso precisem limpar a “Fazendinha”. Já, a distância entre as quadras, em linha reta, é de aproximadamente um quilômetro, porém, elas devem limpar todas as ruas entre as casas, o que aumenta muito esta distância.

Clarice diz que nos dias que precisam limpar a “Fazendinha”, já fazem este percurso antes das quadras, para quando o fiscal passar não reclamar. Dessa forma, este dia além de ser mais cansativo fisicamente por ser uma distância maior e possuir mais subidas e descidas, ainda também é mais cansativo emocionalmente, já que devem trabalhar mais rápido para cumprir a meta do trabalho todo.

Já o grupo que descreve a atuação de fiscais como contínua e frequente durante a jornada são as que aparentaram maior ansiedade e medo durante as entrevistas. E esta situação está relacionada ao turno de trabalho. As trabalhadoras que atuam no turno noturno são as que mais são vigiadas por fiscais. No Setor Comercial Sul, por exemplo, o fiscal fica do outro lado da rua, sentado em um banco, observando o trabalho. As trabalhadoras sequer paravam o trabalho por um instante para conversar comigo, para logo em seguida, negar responder perguntas por medo de represálias, com os olhos sempre atentos ao fiscal.

A pressão a que trabalhadores e trabalhadoras estão submetidos para cumprirem metas, tempos, produção, etc. pode comprometer o bem-estar durante o trabalho e até a saúde mental e física. Já que os níveis de ansiedade, de auto-cobrança, de velocidade para cumprir o trabalho aumentam.

Sendo assim, tendo o arcabouço apresentado, foi possível apreender como as condições de trabalho, assim como sua organização influenciam nos estados de saúde e bem-estar das trabalhadoras garis. E como também cumprem papéis ambíguos e contraditórios, em que ora, este trabalho e suas condições, como o ambiente em que ele é executado – rua - , é sentido como positivo e gerador de maior liberdade, como também o é como o local que oferece perigo para as trabalhadoras.

4. CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA

O trabalho pode ser fonte de sofrimento, entretanto também o é de prazer. O sofrimento, para além de um fim em si mesmo, a conclusão de um ciclo, é parte de um processo, que ao invés de terminar em miséria para o ser, pode ser agente transformador. Isso porque neste capítulo, o indivíduo e o coletivo são analisados como dotados de consciência e inteligência. Assim, os processos de resistência e as formas que as trabalhadoras garís encontram para que o trabalho e o sofrimento não as adoçam são analisados segundo as narrativas das trabalhadoras.

O corpo possui uma inteligência capaz de guardar em seu interior habilidades que só são possíveis quando se vivencia o cotidiano e o real do trabalho. Por isso, e a partir do corpo, são elaboradas algumas estratégias de defesa, que podem ser intencionais ou não, individuais ou coletivas, que providenciam a seus corpos formas de resistir às exigências, às humilhações, à dor, às pressões, etc. Estas estratégias e formas de resistências estão traçadas neste capítulo.

A forma de organização da divisão sexual do trabalho, que também é estabelecida a partir das diferenças corporais (de sexo) que tomam significados para o social também é abordada, e o histórico laboral destas trabalhadoras, tendo em vista que o atual emprego, ainda que considerado como precário, é uma conquista para estas mulheres.

4.1 ENTRE O TRABALHO PRESCRITO E O TRABALHO REAL

O sofrimento se refere à vida, a vida que se experimenta no momento em que se vive, a vida que se sente e desfruta, afetivamente, em seu próprio corpo. O sofrimento, portanto, é um afeto. E a subjetividade, por sua vez, é também a prática de sua própria vida (DEJOURS, 2004).

Assim, o sofrimento é, ao mesmo tempo, impressão subjetiva do mundo e origem do movimento de conquista do mundo. O sofrimento, enquanto afetividade absoluta, é a origem desta inteligência que parte em busca do mundo para se colocar à prova, se transformar e se engrandecer. (DEJOURS, 2004, p. 28-29)

O sofrimento se dá a partir do encontro e da vivência com o real. Dessa forma, quem experimenta o sofrimento é quem vive – todos e todas. O sofrimento faz parte da

normalidade da vida. Portanto, ele não é o resultado ou fim de um processo, ou seja, não é apenas uma consequência da relação com o real, é, sobretudo, parte da própria condição da vida, e por isso também pode ser um ponto de partida para a mudança. E nesta experiência, considerada como um processo, que se concentra a subjetividade. O sofrimento se torna ponto de partida quando a subjetividade “anuncia um tempo de dilatação, de ampliação, de uma nova expansão” (DEJOURS, 2004, p. 28).

Segundo Molinier (2013), não é o trabalho que causa o sofrimento, isso porque este é anterior ao trabalho na experiência humana. Porém, o sofrimento pode transformar-se a partir do trabalho. O processo do trabalho é mais do que trocas econômicas ou sobre produção, o trabalho implica gestos, um engajamento do corpo, mobilização da inteligência, capacidade de interpretar, assimilar, reagir, é sentir, pensar, inventar (DEJOURS, 2004). Sendo assim, o ato de trabalhar é engajar a personalidade para responder a uma tarefa que é delimitada por pressões e obrigações.

A organização do trabalho comporta duas faces: a divisão técnica do trabalho e a divisão social e hierárquica do trabalho, de acordo com Molinier (2013). A divisão técnica é o que realiza, e o como; com quais procedimentos, quais ferramentas, quais máquinas, quais meios, quais tipos de competência, etc. Já a divisão social e hierárquica estabelece as formas de coordenação e de comando, a responsabilidade e autonomia e seus níveis, basicamente o que se destaca da avaliação do trabalho. Acrescento também, a divisão sexual do trabalho, que de acordo com Hirata e Kergoat (2007, p. 599)

“é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)”.

Nos anos 1970, a ergonomia francesa, afirmou que não se tratava de adaptar o ‘homem’ ao trabalho, mas sim o contrário, adaptar o trabalho ao homem. Este projeto buscava poder descrever o trabalho como era de fato realizado. A ergonomia francesa demonstrou uma distância irreduzível entre o trabalho prescrito, aquele que está nas planilhas de regras e métodos, e a atividade real (MOLINIER, 2008).

O trabalho prescrito se constitui como aquele que é previamente apresentado pelas normas da organização do trabalho, assumidas pela organização ou empresa. É aquele que está nas regras, nas normatizações, nos manuais da atividade a ser realizada, é aquilo que é expressamente ordenado dentro da organização laboral. Contudo, o trabalho prescrito nem sempre é seguido pelos trabalhadores e trabalhadoras.

As trabalhadoras garis devem recolher os resíduos, os lixos que estão no trecho que percorrem, enchendo os sacos dentro do carrinho e colocando-os em lugares que o caminhão da coleta passa para pegar, este é seu trabalho prescrito. Porém, o real apresenta além do que a regra geral exige. Nos trajetos as trabalhadoras garis encontram animais mortos, carcaças, camisinhas usadas, absorventes, fezes humanas e de animais, além de resíduos químicos. As trabalhadoras, ao se depararem com esse tipo de lixo, se recusam a recolher. Todas as trabalhadoras afirmaram se recusarem a recolher os itens citados. Isso implica que o que foi prescrito não considera a complexidade do trabalho, não fornece instrumentos adequados para a coleta deste tipo de detrito, e desse modo as trabalhadoras garis precisam encontrar estratégias para se adaptar.

Esta recusa é uma forma de resistência das garis e de extrema importância para sua saúde. Todas elas afirmaram já terem sentido nojo durante o seu trabalho, e ao descreverem os episódios contaram que não os pegam, ou seja, que não seguem o prescrito. Esta atitude demonstra uma forma que as garis encontram de se preservarem, tanto de alguma doença que podem adquirir com o contato e também de se submeterem a algo que consideram humilhante.

As trabalhadoras não seguem o trabalho prescrito, não por serem desobedientes ou por não entenderem como deve ser feito. A prescrição do trabalho de gari ordena que as trabalhadoras limpem o trecho depressa, com qualidade e em segurança. Contudo, as trabalhadoras, ao longo do cotidiano, precisam escolher qual destas orientações seguir dependendo da realidade que se apresenta, já que cumprir as três pode ser ineficaz.

Assim, em determinados momentos priorizam seguir um ritmo mais acelerado, deixando a atenção com a segurança pessoal e com a qualidade da limpeza em segundo plano. Isso acontece quando tem que cumprir um trecho maior do que o de costume, como Clarice e Amanda quando têm que limpar a “Fazendinha” também, elas contam que fazem a limpeza do trecho de uma forma muito mais rápida do que usual, e conseqüentemente

correm mais riscos de acidentes de carro ou manuseando os instrumentos de trabalho, além do trecho não ficar tão limpo quanto nos outros dias.

Quando priorizam a limpeza feita detalhadamente, o ritmo de trabalho é reduzido e a atenção a segurança, de certa forma, também. Na época das festas de final de ano, as trabalhadoras garis contam que a fiscalização quanto a limpeza, a pintura de meios-fios e a capina ficam mais rigorosas. Desse modo, elas têm que realizar sua atividade de uma forma mais minuciosa, assim demorando mais para passar por todo o trecho e muitas vezes não prestando a devida atenção, principalmente, nos veículos que dividem as vias com elas, o que pode aumentar o risco de acidentes.

Ao se atentarem mais à sua segurança pessoal, as outras duas orientações são seguidas com menos afinco. Quando as trabalhadoras garis estão limpando vias precisam ficar muito mais atentas à sua segurança, portanto, enquanto limpam pensam e observam em qual distância o cone está, assim como nos sons dos veículos que se aproximam. Por conseguinte, a qualidade da limpeza fica com menor qualidade, assim como a velocidade com que a limpeza acontece, isso porque em muitas situações as garis precisam parar o trabalho e/ou subir no meio-fio quando algum carro, moto e até caminhão passam muito perto delas.

O compromisso realizado dependerá das condições reais em que o trabalho se apresentará. Nenhum trabalhador ou trabalhadora satisfaz-se em aplicar as prescrições em seus termos literais. Caso contrário, nada funciona, ou ingressa-se no princípio das operações padrão. Mesmo as atividades aparentemente simples implicam uma participação mental constante, e que sem a qual a organização e sistema do trabalho não funcionam.

Sempre existe uma discrepância entre o prescrito e a realidade concreta da situação. Trabalhar é preencher a lacuna entre o prescrito e o real, como afirma Dejours (2004). Assim, o que é necessário fazer para preencher esta lacuna não tem como ser previsto anteriormente ao real. O caminho a ser percorrido entre o prescrito e o real deve ser, a cada momento, arquitetado ou descoberto pelo trabalhador ou trabalhadora.

Portanto, o trabalho se define como sendo aquilo que o sujeito deve acrescentar às prescrições para poder atingir os objetivos que lhe são designados; ou ainda aquilo que ele deve acrescentar de si mesmo para enfrentar o que não funciona quando ele se atém escrupulosamente à execução das prescrições (DEJOURS, 2004, p. 28).

A organização prescrita nunca é infalível, não há como captar o real em sua forma estática. De que forma o trabalhador e trabalhadora reconhece a distância entre a realidade e as prescrições e procedimentos? De acordo com o autor, este reconhecimento se dá sempre sob a forma do fracasso. Isso significa que o real se manifesta pela resistência aos procedimentos, ao saber-fazer, à técnica, ao conhecimento. O mundo real resiste, confronta o sujeito ao fracasso, que é de onde surge um sentimento de impotência, até mesmo de irritação ou ainda de decepção (DEJOURS, 2004). O real expõe-se ao sujeito através de um efeito surpresa desagradável, isto é, de um modo afetivo. O real do mundo sempre se manifesta para o sujeito afetivamente.

Os imprevistos e constrangimentos acontecem e são determinados independentemente da vontade das trabalhadoras garis. Um instrumento de trabalho quebra, a roda do carrinho solta, uma chuva ou vento surgem sem aviso prévio. O trabalho é salpicado de incidentes, de acontecimentos inesperados, de aleatoriedades das quais não existe um procedimento de forma preestabelecida ou inscrita em algum manual. “Isso tudo implica a capacidade de inventar soluções típicas para a retomada do controle sobre a situação” (MOLINIER, 2013, p. 91).

Quando, por exemplo, uma chuva desaba, é preciso tomar alguma providência. Assim, as trabalhadoras, dependendo da época do ano, trabalham de forma a atenta às mudanças climáticas. Isso significa que trabalham mais perto de marquises, já pensam antes em qual lugar poderão se abrigar se a chuva cair. Em outras palavras, são as próprias trabalhadoras garis que devem prever “soluções” para os acontecimentos não prescritos no seu trabalho, o que isenta a empresa de tais responsabilidades.

4.2 A INTELIGÊNCIA PRÁTICA E AS HABILIDADES DO CORPO

O inesperado é definido como o real no trabalho. E para lidar com o real, com o inesperado demanda-se inteligência. Quando alguma situação não prescrita acontece, a/o trabalhador/a precisa mobilizar sua inteligência para contornar esta situação, e a inteligência empregada para conseguir se sair bem de situações inusitadas passa pelo corpo.

As habilidades para trabalhar com qualidade passam pelo corpo, sendo elas corporais ou não. A rapidez, a destreza, o cuidado, a sensibilidade, a concentração se desenvolvem e se memorizam no corpo e a partir das ações e do desempenho do corpo. No corpo inteiro, e não apenas no cérebro ou no intelecto, que se constitui a inteligência e a habilidade no

trabalho, mas através dos gestos, da destreza, da rapidez, da manipulação dos instrumentos de trabalho, etc.

O primeiro atributo desta inteligência prática é que está fundamentalmente enraizada no corpo. Um som, um cheiro, um sinal visual, podem chamar atenção, mas antes chama a atenção do corpo deste sujeito, desde que este tenha vivido previamente uma experiência, em uma situação de trabalho normal. São assim as mudanças, ou mesmo a repetição, quando ela se torna intolerável, que alertam o corpo e solicitam o desdobramento da curiosidade na busca de uma explicação, ou mesmo de uma solução, para a superação do problema. Este engajamento do corpo na tarefa, assim como o primado da percepção, situam a inteligência prática (DEJOURS, 2008).

O trabalho revela que é no próprio corpo que reside a inteligência do mundo e que é, antes de tudo, pelo seu corpo que o sujeito investe no mundo para fazê-lo seu, para habitá-lo. No entanto, não se deveria ver, nesta inteligência do corpo, um recurso natural. A própria inteligência do corpo se forma no e pelo trabalho; ela não é inata, mas adquirida no exercício da atividade. A formação desta inteligência passa por uma relação prolongada e perseverante do corpo com a tarefa. (DEJOURS, 2004, p. 29)

A inteligência, transcrita como uso e construção da habilidade, para lidar com real então, pressupõe afetividade. Isso porque para reagir de forma eficaz ao inesperado do real no trabalho é necessário um envolvimento afetivo, viver e conhecer o ambiente, os objetos e instrumentos de trabalho. Sair e contornar uma situação com eficiência depende do nível de intimidade com o trabalho. Outra pessoa que não tenha esta profissão não saberia lidar com o imprevisto da mesma forma que as garis.

Sabendo disso, a todo tempo, em nossas conversas afirmaram e reafirmaram a importância do seu trabalho e como não é uma atividade que qualquer pessoa consegue e faz com qualidade. Justamente, porque percebem e sentem falta de reconhecimento por parte, principalmente, das pessoas que passam.

Muitas pessoas perguntam... meninas bonitas... não que a gente não seja bonita, a gente é. Mas muitas meninas perguntam pra gente como que faz pra trabalhar na empresa. Aí a gente informa tudo direitinho. Mas não entra. Não dá conta... porque é pesado, não é fácil. As pessoas pensam que o nosso trabalho é fácil. Pra nós que já temos mais... assim, um pouco de habilidade... pra nós já é mais leve, mas quando eu entrei... eu andava com meus dedos assim, ó (mostrando os dedos meio dobrados). (risos) Eu não aguentava... inchado! Inchou um mês, aí eu chorava e falava 'não vou mais, não vou porque eu não vou dar conta'. Aí a menina pegou e disse

assim “Você vai dar conta, tenta mais um mês”. Aí pronto, hoje eu tô com 5 anos (risos). (Luciana)

Essa inteligência não está enquadrada em uma competência predefinida para realizar o trabalho. Pelo contrário, é produzida no exercício do trabalho. Dessa forma, é o trabalho que produz a inteligência ou habilidade e não a inteligência que produz o trabalho (DEJOURS, 2008). Sem o trabalho, esta forma prática de lidar e conectar o hiato do real com o prescrito não aconteceria.

Outra característica da inteligência prática, além de sua dimensão corpórea, é que ela concede mais importância ao resultado da ação do que ao caminho explorado para chegar aos objetivos. O improviso, a trapaça, a molecagem, a astúcia, prevalecem no emprego da inteligência prática, como aponta o autor. Enquanto a elucidação, a explicação, a legitimação, a análise só acontece depois de atingida a meta. A experiência antecede o saber. Ainda, o autor coloca que, em outras palavras, esta inteligência é uma “inteligência astuciosa”, porque nela predomina a astúcia.

A inteligência é “astuciosa” porque requer engenhosidade, que por sua vez está relacionada a economia de esforço, ou seja, a busca para obter o máximo, da melhor forma possível, com o mínimo de dispêndio de energia. Assim, aqui também, esta engenhosidade e astúcia são indissociáveis do corpo, pois vem sendo materializadas, pelas trabalhadoras garis, nas situações imprevistas e inusitadas que acontecem.

A inteligência prática também está presente em todas as atividades, funções e tarefas do trabalho, seja manual ou intelectual. Além disso, o poder criador desta inteligência é evidente e inegável. E a última característica apontada por Dejours é que a inteligência prática é amplamente difundida, é ativa e se espalha por todos os sujeitos, desde que estejam bem, ou que tenham, pelo menos, uma boa saúde. O corpo nutre e permite que esta inteligência se desenvolva, que deixe o sujeito em estado de alerta. Por isso, o estado do corpo é imprescindível. Um corpo cansado, doente, esgotado compromete a inteligência prática e a criatividade. Já um corpo em bom estado, no instante em que se depara com o inusitado, faz com o que a inteligência passe a atuar.

E é isto que faz com que a inteligência prática tenha um caráter pulsional. E também é o que faz com que grande parte das pessoas em bom estado de saúde demonstre uma necessidade urgente de exercer sua inteligência. Há uma espécie de espontaneidade, de intencionalidade irresistível na inteligência prática (DEJOURS, 2008).

Isto evidencia-se no trabalho de gari de várias formas. As trabalhadoras garis revezam suas funções de acordo com a preferência de cada uma ou a condição de saúde. Algumas duplas fixam cada uma em uma tarefa, uma sempre fica na vassoura e a outra sempre no carrinho, e outras duplas revezam entre si. Ao falarem sobre as divisões de atividades, é interessante apontar que elas disseram nunca ter conversado objetivamente sobre isso estabelecendo uma regra, apenas “aconteceu”. Esta divisão se dá apenas porque estão engajadas no trabalho, o corpo está engajado, o corpo percebe qual atividade é menos agressiva a ele. Assim, as razões para a forma como a divisão se dá, independente se é fixa ou revezada, é para o bem-estar não só de si mesma, mas da colega também, estabelecendo uma relação de solidariedade e empatia.

Ainda como coletivo, as garis, principalmente quando trabalham em trechos mais isolados de comércios, como no Lago Sul, têm mais dificuldade para se alimentar, sobretudo no almoço. A dificuldade se dá, tanto para encontrar algum restaurante (acessível financeiramente), como para esquentar a comida que levam. Assim, elas constroem “micro fogões” com latinha de atum, pregos e um pedaço de tábua de madeira. Em que a tábua serve de apoio para a lata aberta, que é fixada com os pregos bem rentes a ela. Luísa e Ana levam este “micro fogão” e na hora de almoçar, sentam em um gramado e acendem com álcool, de tal modo que cresce uma chama, em que apoiam seu recipiente, de ferro, sobre os pregos para esquentar a comida. Elas contam que aprenderam com colegas trabalhando no grupo dos diversos, em que o almoço acontece com uma equipe grande.

Ah... fica muito melhor do que comer comida fria, né. Aí a gente traz aqui nessa vasilha (mostrando um recipiente de ferro) e esquento. A gente viu os colegas com isso quando a gente trabalhava no “diversos”... aí aprendemos a fazer. (Luísa)

Este “jogo de cintura” só acontece quando o indivíduo é exposto ao ofício e as adversidades que o acompanham. Não existe um regulamento, uma sugestão ou auxílio da empresa quanto a “como almoçar”, não é oferecido um lugar adequado para a alimentação. Sendo assim, as trabalhadoras garis devem encontrar formas de lidar com o real do trabalho, com esta dificuldade.

Como dito anteriormente, a avaliação que as trabalhadoras garis fazem dos instrumentos de trabalho é, basicamente, que eles são grandes e pesados para o corpo delas, são desconfortáveis. Por isso, algumas delas, mais especificamente, que trabalham no turno

noturno ao invés de utilizar a vassoura oferecida pela empresa ou comprar uma menor e mais leve, como outras trabalhadoras, fazem a varrição com a “palha”.

A “palha”, como elas a chamam, é um galho seco com folhas compridas também secas, que recolhem no próprio trecho. Elas dizem que varrer com a palha é muito mais eficaz e mais leve, por isso a preferem. Porém, só duas mulheres que conversei utilizavam a “palha” e as duas trabalhavam no turno noturno. Outras mulheres que trabalham durante o dia disseram que a “palha”, às vezes, é melhor para se trabalhar, e que muitas a preferem, porém não souberam explicar porque continuam usando as vassouras tradicionais. Ainda enfatizaram que as/os fiscais não impedem que a limpeza seja feita com as “palhas”.

Este instrumento é colhido em local próximo ou dentro do trecho de trabalho. Márcia diz que *“sempre tem alguma dessas pelo caminho, dependendo da época”*. Algumas vezes, leva para casa para retornar com ela para o trabalho no dia seguinte, entretanto, a “palha” não possui uma vida útil longa, e por isso, não é sempre que Márcia trabalha utilizando este instrumento. Nas épocas em que não há a “palha”, principalmente na época das chuvas e clima mais úmido, trabalha com a vassoura comum.

É importante ressaltar que as trabalhadoras do turno noturno são as que estão descontentes e apresentaram mais críticas aos instrumentos de trabalho. Elas contam que é porque a empresa, geralmente, oferece os piores carrinhos, pás e vassouras para o turno noturno, já que neste horário não existe uma grande visibilidade do público. Então, trabalhadoras do turno noturno ou que trabalharam neste turno dizem diversas vezes já receberam carrinho com as rodas muito gastas ou frouxas, vassouras com as cerdas gastas e pás que soltam do cabo. Talvez por isso, as trabalhadoras deste turno sejam as que mais preferem utilizar a “palha”, para minimizar o efeito mais desgastante sobre o corpo que a vassoura gasta proporciona. Ainda, apesar de não existir uma proibição em utilizar a “palha”, acredito que as garis que trabalham durante o dia não a usam, justamente por esse caráter público do trabalho e de seu turno, por estarem mais propícias a críticas e julgamentos externos.

Segundo Dejours (2008, p. 326), entre as principais fontes de sofrimentos no trabalho estão o obstáculo ao exercício da inteligência criadora; “a recusa generalizada da utilização desta inteligência, sem a qual nenhuma organização do trabalho pode funcionar e o não-

reconhecimento dos esforços e do custo para os trabalhadores do exercício dessa inteligência, em termos de saúde”.

Do lado oposto, o prazer está no encontro do trabalho quando se desvenda que é quando a utilização desta inteligência não é contrariada ou combatida, e mais ainda quando há reconhecimento a contribuição fundamental que ela representa para a organização do trabalho. E esse prazer alcançado no trabalho é de grande importância para a saúde e bem-estar, porque “inscreve a relação de trabalho como mediadora da realização de si mesmo e da construção da identidade” (DEJOURS, 2008, p 327).

As formas pelas quais a inteligência prática aparece dependem do contexto de dois componentes. São eles o contexto sincrônico, ou seja, a organização do trabalho e as relações sociais do trabalho no presente e o contexto diacrônico, que se constitui como a história do sujeito e a maneira com que o contexto sincrônico participa em relação ao passado do sujeito, como elucidada o autor.

Não existe sujeito sem uma história, e cada um interpretará e reagirá a uma situação de acordo com o sentido que esta situação se dará no próprio desenvolvimento de sua biografia.

4.3 ESTRATÉGIAS DE DEFESA E AS FORMAS DE DRIBLAR O SOFRIMENTO

Como exposto anteriormente, o sofrimento se dá a partir do encontro com o real, é inevitável. Ainda, o sofrimento não é, necessariamente, um fim, é também ponto de partida. Isso porque o sofrimento, natural, que está presente na vida de todo sujeito, pode tomar dois caminhos.

Há a existência de dois tipos de sofrimento: o sofrimento patogênico e o sofrimento criativo. O sofrimento patogênico, destaca o autor:

aparece quando todas as margens de liberdade na transformação, gestão e aperfeiçoamento da organização do trabalho já foram utilizadas. Isto é, quando não há nada além de pressões fixas, rígidas, incontornáveis, inaugurando a repetição e a frustração, o aborrecimento, o medo, ou o sentimento de impotência. (DEJOURS E ABDOUCHELI, 2007, p. 137)

Este sofrimento, então, provoca uma descompensação do corpo e da mente. O sujeito se vê em uma monotonia que desencadeia um sentimento de incapacidade, de não agência, onde o trabalho é desprovido de sentido. Há também, como contribuição para o sofrimento patogênico, o sistema hierárquico das organizações de trabalho, as relações de poder e de

comando, as metas a serem atingidas, o aumento do ritmo de trabalho, a pressão sofrida entre outras causas e principalmente, o não reconhecimento do outro de seu trabalho.

Quando o estado de luta do sujeito contra as forças que o estão empurrando em direção à doença se esgota, quando o sofrimento patogênico toma espaço, conseqüentemente, o sujeito é levado aos caminhos da doença.

Já o sofrimento criativo ou criador é caracterizado como o sofrimento que se transforma em criatividade, que traz uma contribuição que beneficia a subjetividade. Quando isto acontece, o trabalho funciona como um mediador para a saúde, porque este sofrimento aumenta a resistência do sujeito ao risco de desestabilização psíquica e somática (DEJOURS e ABDOUCHELI, 2007). Há uma passagem de sofrimento para o prazer. Prazer não entendido como lazer, mas como alívio. Isso pode acontecer quando o trabalho é reconhecido e o investimento pessoal demandado e que, de certa forma, está carregado de sofrimento, adquire um sentido, e contribui para a organização do trabalho.

Se o sofrimento não desemboca em descompensação, em doenças, é porque o sujeito emprega defesas contra ele. É que entre as pressões dentro do trabalho e a doença, existe uma pessoa que é capaz não só de refletir sobre a situação, mas também de reagir a ela. As reações de defesa de um indivíduo são particulares porque dependem de seu passado, de sua história, da sua biografia e estrutura de personalidade, que é diferente em cada um.

As estratégias defensivas são mecanismos que levam a modificações, transformações, e que, em geral, eufemizam a percepção sobre a realidade que faz o indivíduo sofrer. As defesas configuram uma forma de adaptação às pressões do meio. O sofrimento, o prazer, os desejos são vivências subjetivas, que remetem a um indivíduo singular. Da mesma forma, cada indivíduo ao se confrontar com o real e viver o sofrimento, elabora estratégias defensivas particulares que visam uma adaptação às condições do meio. As estratégias defensivas individuais operam mesmo sem a presença do coletivo.

O uso do uniforme é obrigatório, como é sabido, entretanto, todas as garis relataram vestirem roupas por baixo dele. Elas contam que o uniforme muitas vezes provoca sofrimento, representado pelas assaduras na parte de dentro das coxas, outras não se sentem seguras em relação ao contato com substâncias que podem ser nocivas para o corpo ou a resistência do tecido, algumas não se sentem confortáveis ao abaixar, dizem que o elástico do uniforme não é muito firme e que ao fazer determinados movimentos do trabalho, a calça

pode descer e aparecer parte do corpo delas que não querem; enquanto as que trabalham no turno noturno sentem frio apenas com o uniforme. Sendo assim, uma estratégia utilizada por elas para diminuir o desconforto ao trabalhar é usar uma calça legging ou bermuda por baixo da calça e uma camiseta por baixo da blusa do uniforme. Elas dizem não se preocuparem com o calor, no caso das que trabalham durante o dia, e se sentem melhor vestindo as roupas por baixo.

É... costume eu não sei... esse elástico deles não é muito confiável... como a gente abaixa muito, ai toda hora fica mostrando o “cofre”, né, como dizem os adolescentes (Jaqueline)

Todo mundo usa uma calça por baixo... a gente usa mesmo com o solzão... (Luísa)

A gente sempre usa um short, uma calça... (Mariana)

Tem que vir prevenida, vai que rasga... (Sílvia)

Ah, se eu não usar, assa tudo aqui, ó... (mostrando a parte de dentro das pernas) (Adriana)

A atitude de utilizar as roupas por baixo do uniforme, oferece uma sensação de maior conforto e segurança para elas, e assim, minimiza o sofrimento causado naquele corpo pelo uso do uniforme, pelo encontro com o real. Apenas as trabalhadoras gari sabem quais as sensações corporais ao vestir o uniforme todos os dias. Desse modo, apenas elas podem encontrar saídas criativas, reais e efetivas para tornar seu dia-a-dia no trabalho mais agradável.

O trabalho de gari, como se sabe, é extenuante, e por tanto, as trabalhadoras procuram formas de defenderem o corpo e a mente do sofrimento que o trabalho traz, tanto pela natureza deste que é de bastante esforço físico, como das condições de trabalho, de clima, e das pressões a que são submetidas. Além das próprias pressões e responsabilidades da vida, como o cuidado com os filhos e parentes, contas a pagar, casa a ser reformada, etc.

Meire e Tamiris utilizam como estratégia defensiva o crochê. No horário do lanche, no trajeto dentro do ônibus e nos momentos em que tem um pouco de tempo em que não precisam estar trabalhando, elas fazem crochê. Tamiris aprendeu com Meire, durante o tempo que trabalham juntas, e viu que nesta prática, encontrava prazer. As duas, então, levam linhas e agulhas em suas mochilas todos os dias para o trabalho, e demonstram um afeto muito grande pelo crochê. Isso foi perceptível pois o crochê esteve em muitas de suas falas. Ao descrever o dia, o crochê esteve presente em pelo menos 3 momentos de suas rotinas.

Ao longo do dia, elas contam que logo que acordam, fazem tarefas domésticas e antes de ir para o trabalho fazem um “*crochêzinho*”. Durante a jornada de trabalho, no horário do lanche, ali está o crochê e as conversas com a colega, uma ajudando a outra, ou mais precisamente, Meire ajudando Tamiris. E ainda depois de jantar, quando já estão em casa, depois de, de novo, cumprirem com seus trabalhos domésticos, o “*crochêzinho*” está presente ou assistindo televisão, ou até mesmo na cama para dar sono.

É interessante perceber que esta dupla de trabalho foi a que mais enfatizou como era importante uma relação boa com a colega de trabalho, e o quanto gostavam uma da outra. Demonstrando ainda uma preocupação porque Meire sairia para suas férias e não sabiam se quando retornasse, a dupla ainda ficaria junta. Tem-se, portanto o quanto é importante para o bem-estar dessas trabalhadoras a manutenção de boas relações com a colega, e o quanto essa relação é de ajuda para ambas, mesmo que inconsciente, para seguir com o trabalho sem que o sofrimento se transforme em doença.

Porém, mesmo o sofrimento sendo uma vivência individual, experimentada por um corpo único, a luta contra o sofrimento no trabalho pode ser através de estratégias de defesa construídas, organizadas e gerenciadas de forma coletiva. As estratégias defensivas coletivas precisam de um consenso do grupo e dependem de condições externas ao sujeito. Essas estratégias são construídas por trabalhadores também para resistir aos efeitos desestabilizadores e para lidar com as contradições advindas do trabalho, além de contribuir para a coesão do coletivo de trabalho.

As estratégias coletivas estão focadas na *construção de um universo simbólico comum* que ganha consistência pelo fato de serem organizadas a partir de crenças, condutas e atitudes que têm todas por objetivo a redução, o tanto quanto isso for possível, dos efeitos decorrentes da percepção das realidades suscetíveis de gerar um estado de sofrimento. (MOLINIER, 2013, p. 218).

A responsabilidade que é atribuída às garis em relação aos instrumentos de trabalho gera estresse e ansiedade nas trabalhadoras. Para amenizar este tipo de sofrimento, as trabalhadoras garis se organizam para improvisar lugares para guardar os materiais. Um desses lugares é o próprio ônibus da empresa que faz o transporte das trabalhadoras. Ao invés de procurar lugares nos trechos, pedir para pessoas ou levar para casa, o que pode acarretar em danos ou perdas de materiais, constrangimento e desconforto, as trabalhadoras garis deixam as pás, vassouras e espetos dentro do ônibus. Esta prática é proibida pela

empresa, entretanto, foi uma alternativa encontrada para minimizar os efeitos desta responsabilidade conferida a elas.

O coletivo de garis deve se ajudar para que tal atitude dê certo. Isso implica que esta atitude deva ficar em segredo de superiores. O motorista deve estar dentro da trama também para que finja não saber que deixam os instrumentos dentro do ônibus. Da mesma forma, os e as fiscais são mais ou menos rígidas em relação a esta prática. Quando os e as fiscais impedem que este ato, que ajuda as trabalhadoras a estarem mais tranquilas para trabalhar e ao mesmo tempo as une, aconteça, a sensação de ansiedade e estresse, e conseqüentemente o sofrimento permanece ou aumenta.

A relação com as/os fiscais e também com as/os colegas, então, é importante para o andamento do trabalho e para que consigam trabalhar mobilizando mais livremente suas inteligências práticas e estratégias defensivas, isto é, para que a criatividade para lidar com o real possa ser utilizada.

Como discutido anteriormente, é considerada como uma característica positiva o ambiente de trabalho proporcionar o compartilhamento do espaço com outras pessoas que nada tem a ver com o ofício. Assim, existe a possibilidade de conhecer pessoas, fazer amizade, estabelecer trocas e favores com a comunidade. Porém, na rua há a presença e conseqüentemente a convivência com pessoas cujo trabalho é ilegal, como traficantes de drogas. Ou com prostitutas, usuários de drogas, pessoas em situação de rua, etc. Dessa forma, as trabalhadoras aprendem e constroem também, de certa forma, as regras da rua.

Ao descrever algumas das realidades e perigos existentes em trabalhar na rua, as trabalhadoras garis elucidaram como as trabalhadoras devem se manter unidas, e isso significa ter grupos de trabalho mais ou menos fixos, em que todas da equipe conheçam o modo de trabalhar e o trajeto a ser seguido. A importância dada a isso se dá porque é essencial que se conheça as regras de convivência daquela localidade para trabalhar mais tranquilamente, mas principalmente para a segurança delas mesmas, já que não seguir as regras da rua significa correr um perigo maior.

Durante a entrevista de Jaqueline, Mariana e Sílvia, no gramado atrás da Rodoviária, fomos surpreendidas, ou melhor, fui surpreendida com a chegada de um camburão da Polícia Militar. Os policiais abordaram alguns jovens que estavam próximos a nós. Mariana disse:

A gente vê muita coisa, só que a gente não pode ficar entregando porque é o local de trabalho da gente... se ficar entregando, quem perde a vida é a gente aqui... tem muito tráfico... a gente faz de conta que não vê.

As dinâmicas da rua requerem um “jogo de cintura”, isto é, uma adaptação aos acontecimentos que ocorrem, que só em que só quem está engajado tem conhecimento e elabora estratégias de defesa para diminuir ou transformar o sofrimento. As garis, então, de forma coletiva, mas não necessariamente tendo decidido coletivamente, criam estratégias para minimizar a ansiedade, medo e angústia de, em muitas situações, estarem correndo perigo durante o trabalho, como no caso de dividirem espaço com pessoas que estão envolvidas em situações ilegais e perigosas. Então, para se protegerem, fortalecem o coletivo e sempre fingindo que não vêem nada, além de cumprimentar e manter uma relação amigável com estas pessoas vistas como perigosas.

Ainda, sobre o mesmo assunto, mais uma vez trazem a invisibilidade vivida à tona. Enquanto Sílvia começa, “e outra coisa, a gente vê e não pode nem denunciar...”, enquanto Jaqueline completa

...não pode, até porque quando eles (Polícia) vêem alguma coisa, eles perguntam “tem alguém por ali? Não, só tem os garis ali”... então, como que a gente vai falar se a gente não é nada? “Tem só os garis”... então... não tem como a gente falar...

Outra estratégia defensiva coletiva utilizada por todas as trabalhadoras é, principalmente, no final da jornada, começar a andar de forma mais lenta, parar mais vezes ao coletar alguns punhados de lixo e parar para “atender” ou mexer no celular. Todas as trabalhadoras garis disseram, em algum momento da jornada, terem tais atitudes quando o cansaço é muito grande ou a paciência muito curta naquele dia. São ações que parecem ser simples, triviais, porém, exercem um papel fundamental para a proteção das trabalhadoras. Diminuir o ritmo, fazer uma pequena pausa só pode acontecer se as colegas admitem, caso contrário, poderiam levar advertências delas e de superiores. Assim, fortalecem o grupo e driblam, de alguma forma, o cansaço excessivo.

4.3.1 A BEBIDA E A “CAIXINHA”

Acredito que duas informações que apareceram durante as entrevistas são relevantes para serem abordadas, mesmo que não tenha um grande aprofundamento. São elas o consumo de bebidas alcoólicas e a “caixinha”.

Clarice conta que ao fazer entrevista para pleitear o emprego foi questionada se ingeria bebidas alcoólicas e que em diversos momentos durante o seu curto período de trabalho até então, surgia este questionamento de superiores dentro da empresa. Isso porque ela e Amanda contam que muitos garis, em sua maioria homens, já foram trabalhar alcoolizados.

Toda vez eles me perguntam se eu bebo, porque na entrevista eles perguntam se a gente bebe né... Não, mas aí eles fazem o bafômetro... Eles fazem o teste do bafômetro... Mandam embora por justa causa... É só as vezes, quando o fiscal descobrir que você tá muito doidão, não trabalha direito, tá tipo morcegando querendo meio que fugir do trecho... Faz tempo que tem (bafômetro), mas ele falou que ia fazer o bafômetro porque tinha gente trabalhando bêbado no trecho. (Clarice)

Amanda ainda completa que o cunhado, que trabalha na coleta, no caminhão, já adoeceu por causa do motorista que trabalhava sob efeito de bebidas alcoólicas e outras drogas. “Ele disse que o motorista tava drogado, foi terrível, passava os quebra-molas tudo correndo e eles correndo atrás. O cara que dirigia bêbado, drogado”. O cunhado de Amanda hoje é aposentado, porém, ela conta que sofre com dores e inchaços por causa da profissão.

A bebida, segundo elas, muitas vezes é oferecida por donos de bares localizados no trajeto do trabalho. Esta também serve, para muitos, como desestressante, energético e anestésico.

Molinier (2013) aponta a importância do papel da alcoolização nas estratégias coletivas de defesa contra o medo. Segundo a autora, o álcool pode atuar como meio de desinibição, excitante, antidepressivo, ansiolítico, anestésico, no combate às ansiedades fóbicas, entre outras propriedades. Ainda traz autoconfiança, impulsiona o ânimo, e dá uma sensação passageira de reconforto. Porém, ressalta que não deve haver uma desassociação do “problema do álcool” de uma reflexão sobre os constrangimentos organizacionais e a relação com os riscos e o medo.

Apesar de nenhuma das trabalhadoras garis que participaram da pesquisa expuserem que consomem álcool ou qualquer outro tipo de drogas, contaram que é algo comum, e que a empresa tenta tomar providências punitivas em relação a este fenômeno.

Assim, a análise que se faz é que a bebida cumpre um papel ambíguo, ao mesmo tempo que pode estar associada às estratégias coletivas de defesa, também integra um

problema social – o alcoolismo. Ao mesmo tempo que a empresa desconfia de todos os trabalhadores e trabalhadoras, pode influenciar o consumo de bebidas alcoólicas entre os e as garis para aliviar as tensões e pressões do trabalho.

As trabalhadoras garis contam que não se sentem bem ao serem pressionadas e desacreditadas quanto a seu estado ébrio, que esta cobrança, o fazer bafômetro, muitas vezes gera angústia e estresse.

O outro ponto a ser abordado é a “caixinha”. A “caixinha” é uma expressão utilizada pelas trabalhadoras garis para designar uma gorjeta que é dada pela população. Essa gorjeta pode ser oferecida por serviços ou favores especiais prestados para alguém ou sem nenhuma mudança no curso do cotidiano laboral.

O recebimento das “caixinhas” é proibido pela empresa, contudo esta prática é amplamente difundida, principalmente em áreas residenciais e comerciais. Retirar lixos maiores, ajudar algum morador ou comerciante com algum lixo específico ou apenas porque durante o final do ano o espírito altruísta e de reconhecimento se afluam.

Quanto vocês ganharam de caixinha? (Jaqueline)

Nem caixinha nós temos... (Sílvia)

Ah não... mas a gente não tem caixinha não, igual a você não... e olha... e tem a língua, né... já que a gente é do grupo, divide, né? Porque a caixinha é dividida... (Mariana)

Vou botar cheia de caixinha... é igual à setinha pra colocar aqui no bolso... (risos) não pode fazer caixinha não... é proibido... se a empresa pegar, se a fiscal pegar, ah... (Jaqueline)

Mesmo a “caixinha” sendo uma prática não permitida pela empresa, acontece e tem algumas regras. Quando se trabalha em grupo ou dupla, este dinheiro é dividido entre os e as participantes do grupo. Assim, Jaqueline trabalha em um trecho sozinha, logo, a “caixinha” que ela ganha é apenas dela, mesmo que na hora do almoço encontre outras colegas de trabalho. Enquanto Sílvia e Mariana, que trabalham em dupla, dividem entre si quando recebem alguma coisa.

Jaqueline é muito articulada, extrovertida e conversa bastante, por isso, elas atribuem a ela uma maior facilidade para o tato com a população e conseqüentemente para receber mais dinheiro. Porém ainda existem épocas em que há um aumento das “caixinhas”, durante o período de final de ano, Natal e Ano Novo, em que todas ficam mais propensas a ganharem

alguma coisa. De acordo com as trabalhadoras isso se dá porque nesta época do ano as pessoas ficam mais “boazinhas” e “agradecidas”.

A existência da prática da “caixinha” só é possível pela natureza do ambiente de trabalho, isto é, porque existe um contato direto com a população. Ainda, o recebimento da “caixinha” é muito positivo para as trabalhadoras garis, porque além de receber uma quantia a mais do que o salário, utilizada para comprar lanches ou qualquer outra satisfação pessoal, é também sentida como reconhecimento da população pelo seu trabalho prestado. É sentir que ser gari faz diferença para as pessoas e sociedade, que melhora a vida dessas pessoas e que, por causa disso, elas são gratas.

4.4 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O HISTÓRICO LABORAL DAS GARIS

Uma importante questão a ser levantada é a trajetória e o histórico laboral das trabalhadoras. A maioria das entrevistadas foi, antes de trabalhar na limpeza urbana, trabalhadoras domésticas, diaristas, babás ou cuidadoras e cozinheiras. Todos trabalhos relacionados a características pretensamente consideradas como naturais do feminino.

As condições que homens e mulheres vivem são, sobretudo, construções sociais, não são resultado de um destino biológico. São dois grupos sociais envolvidos em uma relação específica, as relações sociais de sexo, estas “como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso do trabalho, experimental por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho” (KEROGAT, 2009, p. 67)

Esta forma de divisão social do trabalho baseada nas relações sociais de sexo, toma formas e contornos diferentes em cada tempo histórico de cada sociedade, ou seja, não é fixa ou imutável. Tem como característica a destinação prioritária dos homens à esfera pública e produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e do privado. Simultaneamente, também há a ocupação pelos homens das funções de maior valor social, como afirma a autora.

Essa forma da divisão sexual do trabalho desemboca em dois princípios organizadores: o da separação e o da hierarquização. O princípio da separação está relacionado a ideia de que existem trabalhos considerados de homens e outros de mulheres, e o princípio da hierarquização de o trabalho exercido pelo homem tem mais valor do que o da mulher (KERGOAT, 2009).

E assim se dá o percurso laboral das trabalhadoras garis. Em sua maioria, exerceram trabalhos ligados ao cuidado, limpeza, higiene, que são consideradas como tarefas femininas, já que a docilidade, paciência, atenção aos detalhes são qualidades pretensamente naturais da mulher. “São profissões associadas à ideia de menor esforço intelectual, criação, domínio da tecnologia, formação geral, e, enfim, à ideia de menos produtiva e de mais sujas e abjetas” (BANDEIRA E ALMEIDA, 2015, p. 9).

Pela óptica da interseccionalidade, são mulheres, em sua maioria negras e pobres que executam tais atividades. O legado da colonização e escravidão sobre o trabalho da doméstica, da babá e o de limpeza perpassa estas profissões e permanecem ainda hoje no perfil de quem ocupa estes empregos, como afirmam estudos de Segato (2007) e Vieira (2014).

Mas também, a entrada na profissão de gari representa para muitas mulheres um traço de liberdade e de mobilidade social. São muitas as referências de que “nunca mais” querem voltar a trabalhar “em casa de família”.

Nosso serviço nos dá muito privilégio, moça... quando a gente abre a conta, já recebe o cartão de crédito... que é pelo Itaú... mesmo quando era pelo Santander também que era talão de cheque... eles são a oportunidade da gente crescer, coisa que a gente não tem em casa de família (Jaqueline).

Jaqueline se refere a ter o salário certo em sua conta, todo mês, com a possibilidade de ser uma consumidora com cartões, talões de cheque, etc.

Assim... eu sempre pedi a Deus... sempre eu trabalhava em casa de família... não desfazendo, né? Mas eu sempre trabalhei ou logo de doméstica ou de diarista e sempre pensei assim “tenho que arrumar um outro tipo de trabalho”... até o dia que surgiu a Delta... aí eu consegui um emprego que não era em casa de família... assim... nossa assinei minha carteira sem ser doméstica, consegui... e entrei na época sem ajuda de ninguém, foi Deus e eu com a cara assim... pela primeira vez recebi PIS, eu nunca tinha recebido. (Mariana)

Mariana aponta os direitos trabalhistas que gozam sendo garis, mas que como domésticas ou diaristas não recebiam, mesmo com a Proposta de Emenda Constitucional, “PEC das Domésticas” (maio/2015) que regulariza direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas.

...e assim, a gente começou a conquistar direitos que a gente não tinha... porque hoje em dia assim, empregada doméstica tem, mas são poucos patrões que pagam. Eu falo... que se for pra voltar pra casa de família hoje em dia... eu prefiro ficar aqui (Mariana)

Jaqueline, com toda sua extravagância e bom-humor, brinca, mas ainda com tom de seriedade:

Antes de voltar pra casa de família, eu colocava uma minissaia, depilava as pernas, ia tentar fazer uma outra coisa, mas pra casa de família eu não voltava não (risos)

E completa ao ser questionada do porquê desta afirmação, “*é muita humilhação... tudo é ‘sumiu’... ‘ah, sumiu’*”. E Mariana concorda dizendo:

Uma coisa que eu achava muito chato quando eu trabalhava em casa de família é que tinha coisas que você nunca nem viu, nem sabia que existia, e se eles fossem lá procurar e não visse, você que tinha que dar conta... então, assim... eu me sentia... não sei se é porque eu sou uma pessoa um pouco desconfiada... mas eu me sentia como se eles não confiassem na gente... porque eu não ia mexer nas coisas... viam que tinham as coisas que eu já deixava lá arrumadas, onde que estava eu procurava lá colocar, e por quê que eu tinha que dar notícias de coisas que eu nunca tinha visto? E isso deixa você um pouco... meio constrangida mesmo... e isso em casa de família é horrível... e aqui não tem isso.

Jaqueline compara a vigilância vivida nos dois empregos, e conta que a no trabalho de gari é menos incisiva e constante, enquanto como doméstica, o patrão ou patroa ficam fiscalizando a todo tempo:

Ai a gente não... a gente chega aqui no trabalho, bate o ponto na empresa, vai pro ônibus... a única que fica com a gente por muito tempo é a fiscal, né? agora o chefe mesmo só fica passando de carro e olhando a gente...

É inegável que as trabalhadoras enxergam e nomeiam a exploração, humilhação e pressão que vivem como garis, mas ao compararem com os empregos e realidades anteriores, são constantes as afirmações e ilustrações de como o trabalho como gari, junto com os direitos trabalhistas básicos que são cumpridos minimamente, representa um avanço e uma melhora de vida para elas e suas famílias.

De uma forma geral, pode-se afirmar que há um processo de feminilização da profissão de gari no Distrito Federal, já que esta denominação refere-se a um sentido quantitativo, “ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição da mão de obra em um determinado tipo de ocupação” (YANNOULAS, 2011, p. 283). O que percebi é que há um aumento do número de mulheres como garis, tendo em vista o contexto vivido atualmente no DF, ainda por considerarem como uma alternativa melhor ao trabalho “em casa de família”.

Dentro do trabalho de gari existe uma divisão sexual das funções, não há mulheres trabalhando na coleta ou dirigindo os caminhões. Estas atividades são reservadas aos homens. Às mulheres se designa o trabalho da varrição, principalmente, da catação e ao “grupo dos diversos”. Isso porque o trabalho na coleta, que recebe o mesmo salário que nas demais funções, é considerado pesado demais para as mulheres. Essa concepção também é defendida pelas próprias trabalhadoras que acreditam não serem aptas para tal função, já que exige mais destreza, condicionamento e força física.

Isso não significa que o restante das funções não seja exaustivo, exija força ou destreza, mas não entendidos como mais “fáceis”. Penso que todas essas funções possuem algumas especificidades, mas que todas possuem elementos que desgastam, cansam, machucam, exigem força. A feminização diz respeito às transformações em um determinado tipo de ocupação, atreladas à imagem simbólica do feminino predominante no tempo ou na cultura especificamente analisadas, e que essa imagem pode implicar em uma mudança no significado da profissão (YANNOULAS, 2011). Sendo assim, ao transportar o conceito para dentro da profissão e a divisão de suas funções, pode-se afirmar que há uma feminização da função de varredoras, já que esta está vinculada a uma imagem simbólica do feminino.

Ainda não se pode afirmar que há um processo de feminização no trabalho de gari como um todo, já que a imagem predominante da profissão se dá pelos coletores ou por homens, como é o caso do símbolo do Carnaval do Rio de Janeiro, Renato Sorriso, por exemplo. Apesar de ser um trabalho de limpeza e higiene, é também associado à força física, considerada característica natural masculina, além disso, é recente o aumento do número de mulheres em sua composição no DF, hoje é maioria e vem crescendo. Desse modo, existe um caminho para a feminização desta profissão?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“*Nós somos invisíveis*”. Esta fala marca esta pesquisa. A invisibilidade vivida pelas mulheres garis foi uma questão recorrente na fala de todas elas. Esta é a principal razão para o descontentamento frente ao trabalho que exercem. Mais do que as dores físicas, o cansaço, as longas caminhadas, a exposição ao sol e o peso carregado, a invisibilidade é o que assinala a insatisfação e o constrangimento.

Assim como outras categorias de trabalho ligadas a limpeza, cuidado e higiene, ou caracterizadas como precárias, o trabalho de gari, no Distrito Federal, em sua maior parte é composto por mulheres, com baixa escolaridade e que são em sua maioria pretas e pardas. A reflexão sobre o corpo da mulher gari estar caracterizado como abjeto se dá porque nos corpos dessas mulheres se inscrevem raça e gênero, características permanentes, que não podem ser disfarçadas, que estão ali, expostas para todas/os, e que estão sujeitas a serem colocadas no campo da abjeção. A interseccionalidade entre gênero, raça/cor, classe e idade é fundamental para entender porque majoritariamente estão neste tipo emprego mulheres negras e pobres, para compreender a forma que são enxergadas pela sociedade para além de sua profissão, e também o estranhamento das pessoas ao se depararem com mulheres brancas e jovens trabalhando como garis enquanto há uma naturalização das mulheres negras nos empregos insalubres e não reconhecidos.

Salvo esses elementos inscritos na pele, existe o uso do uniforme que marca, em seus corpos, qual o tipo de trabalho que executam. E conseqüentemente, se estão aptas ou não a circularem por espaços, participar da interação social e serem reconhecidas como sujeito social. Como esta categoria possui a especificidade de ser exercida no espaço público, as trabalhadoras vivem de forma diferente a interação social no ambiente de trabalho. Logo, julgamentos sobre a qualidade de seu trabalho, assédios, amizades, possíveis violências, etc., são elaboradas também fora do campo laboral e não apenas em um espaço restrito, sempre com as mesmas pessoas.

O uniforme é o elemento fundamental da invisibilidade. Ao estarem vestidas com o uniforme, até as pessoas de seu convívio não as vêem. O uniforme de cores fortes marca sua profissão, e ao contrário do óbvio – chamar a atenção – as faz desaparecer. Muitas foram as falas relativas ao uniforme e sua capacidade de as fazer não serem vistas, as transformarem em algum objeto da paisagem. Jogar o lixo no chão, mesmo ao lado do carrinho, passar e esbarrar em seus corpos ou no carrinho sem se desculpar, carros em velocidade atropelando

os cones e até trabalhadoras/es e não conseguirem ser atendidas no comércio, são atitudes e situações que presenciam e que influenciam para um descontentamento e sofrimento no trabalho.

As narrativas sobre a invisibilidade invadiram uma grande parte do tempo nas conversas, e talvez, por isso, houve um estranhamento tão grande com o fato de ter alguém não só pesquisando sobre garis, mas conversando, sentando no papelão colocado no chão, ouvindo o que têm a dizer sobre seu trabalho, vida e expectativas. Ao que tudo indica, elas não estão acostumadas a serem enxergadas. Vistas não só como trabalhadoras, como alguém que “*cata o lixo de alguém*”, como Márcia diz, mas como pessoas. Pessoas que têm alegrias e tristezas, dificuldades na vida e conquistas, que sentem vergonha, mas também orgulho, ou seja, “*pessoas como qualquer outra*”.

Esta ideia emergiu porque segundo elas, mesmo quando vistas, são colocadas em um patamar secundário, como dignas “*de pena*”, como “*coitadas*” por estarem nesta profissão. E por isso, a todo tempo ressaltavam como a partir deste emprego que sustentam sua família, que compraram um carro, que construíram sua casa, que mantêm suas/seus filhas/os na escola e oferecem o que não tiveram a elas/es, inclusive, e o mais importante para as trabalhadoras: a oportunidade de estudar mais e percorrerem universos e destinos diferentes dos seus. Elas trabalham para que suas/seus filhas/os tornem-se cidadãs/ãos (MUNANGA, 2012).

Não todas, mas a maioria das trabalhadoras têm aspiração de estudar mais, seja de concluir o ensino básico, ou fazer algum curso. Foram citados cursos técnicos de enfermagem, de segurança do trabalho, além de cursos superiores como psicologia. A gana de aprender mais e/ou se especializar esbarra no cansaço do trabalho e do cuidado com a família.

O trabalho de gari é assinalado por muitas como uma conquista. Afinal, a maioria delas foi trabalhadora doméstica, babá ou cozinheira, e sempre enfatizam como nunca mais querem voltar a “*trabalhar em casa de família*”. Isso porque são vários padrões e patroas no cotidiano para dar ordens e vigiar, sempre há a desconfiança quando algo não é encontrado e existem “*muito mais humilhações*”, além de uma maior dificuldade em terem os direitos trabalhistas cumpridos. Interessante observar como o caminho das profissões entre essas mulheres seguem uma constante também marcada por gênero e raça, os trabalhos que

desempenharam estão ligados ao cuidado, à higiene, à limpeza e conservação, estão ligados ao trabalho reprodutivo, na esfera privada, historicamente atribuídos às mulheres, em específico, às mulheres negras, por suas pretensas qualidades naturais: a paciência, docilidade, a resistência para trabalhos que exigem detalhes.

Apesar do atual emprego ser considerado uma melhoria visto o anterior, isto não significa que sempre haja satisfação. Pelo contrário, são muitas as queixas, as quais referem-se aos instrumentos de trabalho e de segurança, ao uniforme, ao local e trecho que são responsáveis, às pressões e vigilância de fiscais, o uso do banheiro e a falta dele, bem como alimentação e hidratação durante o trabalho, o tratamento recebido por parte de transeuntes e moradores, etc. Ficou evidenciado que estas condições de trabalho favorecem e/ou causam dores, calos, queimaduras solares, doenças e esgotamentos físicos e mentais. Condições essas que poderiam tomar outras formas, serem menos desgastantes e mais saudáveis para as trabalhadoras.

Também, a despeito de algumas melhorias terem ocorrido ao longo do tempo no trabalho da limpeza urbana, como a disponibilização dos protetores solares, ainda são escassas a segurança e as condições de trabalho oferecidas pelas empresas. As empresas se eximem de sua responsabilidade quanto a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Isso porque, tendo em vista que este emprego está dentro de um quadro que apresenta perigos iminentes para a saúde, deveria receber um acompanhamento e atenção à saúde e segurança das trabalhadoras.

Desse modo, percebe-se que, como mencionado, ao terceirizar um trabalho que é realizado em condições insalubres e perigosas se está terceirizando o risco. O Governo do Distrito Federal ao terceirizar este serviço, e principalmente, não acompanhar a organização deste trabalho, está, de forma mesmo que não declarada, terceirizando sua responsabilidade e alegando que não é de seu encargo o acompanhamento e prevenção dos riscos e danos presentes no trabalho, assim como o amparo destas trabalhadoras nos casos em que esta prevenção não foi suficiente para evitar acidentes e doenças.

Não encontrei diferenças substanciais entre as duas empresas, Sustentare e Valor Ambiental, relativas a rotinas, regras, salário, uniforme, instrumentos de trabalho, de segurança e condições de trabalho. O sindicato não tem ações e trabalhos de base constantes, esta afirmação foi constatada devido ao escasso conhecimento das garís sobre o sindicato,

seu trabalho e importância, algumas delas nem possuem conhecimento do nome do sindicato que representa sua categoria, o Sindlurb. Dessa forma, as trabalhadoras se vêem em uma situação de abandono e desamparo, em que as instituições que deveriam estar presentes e trabalhar para que o cotidiano do trabalho seja seguro e em condições o mais saudáveis possível, assim como as proteger e garantir seus direitos trabalhistas, não o fazem.

Os dados e as informações das trabalhadoras apontam para a importância de ações preventivas na organização de trabalho e para tratamentos precoces, para que não haja problemas crônicos e novos casos, assim como, uma maior atenção à saúde do/a trabalhador/a dentro da empresa. Cito pontos importantes que contribuiriam para que o ato de trabalhar fosse menos desgastante físico e mentalmente: a) instrumentos de trabalho mais leves; b) locais adequados oferecidos pela empresa para guardar os materiais; c) fiscais que fazem os trajetos de motos e carros abastecidos com água para dar-lhes; d) banheiros químicos nos trechos; e) botas com palmilhas confortáveis; f) a limpeza dos uniformes ser realizada pela empresa de forma correta para impedir a contaminação; g) luvas de outro material que não tecido, que protejam de objetos cortantes e da contaminação de substâncias quando o lixo está molhado; h) lugar oferecido para o armazenamento das comidas que trazem, bem como um local para realizar as refeições; i) contratação de maior pessoal, para que os trechos sejam menores.

Entretanto, é importante relatar que diversos elementos do trabalho possuem um papel ambíguo nas reflexões das garças. A rua, o local de trabalho é um deles, pois é o motivo principal para gostarem de seu trabalho, mas também é o ponto central do perigo que correm durante a jornada. A rua tem o caráter de liberdade, de encontrar e conhecer novas pessoas e lugares, mas também é onde estão os carros oferecendo o risco de atropelamento tão descrito e as pessoas proporcionando o risco de violência física e sexual, além dos casos de assalto.

A própria relação de saúde e trabalho é dúbia. Ao mesmo tempo que o trabalho provoca e favorece o adoecimento, a saúde está sempre relacionada ao trabalho segundo as falas delas. Quando questionadas sobre o que é estar saudável, o que é saúde, as respostas sempre vinham acompanhadas da possibilidade e capacidade não só de trabalhar, mas de trabalhar bem. De tal modo, surge o questionamento: como ter saúde para trabalhar se o trabalho adocece?

A resposta para tal questão é exercitada todos os dias pelas garis, mesmo que não de forma proposital e reflexiva sobre todas as razões e porquês. As formas que as garis encontram para diminuir seus sofrimentos durante e por causa do trabalho são exercidas na forma de estratégias de defesa. Estas estratégias são formas de resistência, que podem ser individuais e/ou coletivas e são fundamentais para que as garis não deixem que o sofrimento seja um fim em si mesmo, mas que ele possa se transformar em elemento criativo para aliviar o dia-a-dia. Algumas dessas defesas se constituem como andar mais devagar, atender telefonemas ou disfarçar que está em alguma ligação, usar roupas por baixo do uniforme, guardar os instrumentos de trabalho no ônibus da empresa, usar a “palha” para varrer, fazer o crochê durante um intervalo, etc.

São ações triviais, corriqueiras e simples, mas que exercem um papel essencial para a proteção das trabalhadoras. Diminuir o ritmo, fazer uma pequena pausa só pode acontecer se as colegas consentem, caso contrário, seriam passíveis de advertências e/ou punições. Desse modo, também fortalecem o grupo e driblam, de alguma forma, o cansaço excessivo.

As formas de resistência que as garis possuem e exercem são importantes também para a prevenção de sua saúde, se o prescrito orienta que todo o lixo seja recolhido, na prática, quando encontram elementos que consideram muito nojentos e humilhantes, não o recolhem. A recusa a se subordinar ao papel de recolher animais mortos, fezes, absorventes e preservativos usados, além de objetos muito pesados, se constitui como uma forma dessas trabalhadoras exercerem poder sobre seus corpos e demonstrar que ser gari não é se submeter a recolher qualquer imundice que terceiros descartam. Então, esta atitude, além de concreta para prevenção de doenças, também é simbólica.

O Serviço de Limpeza Urbana é um serviço público extremamente relevante para a saúde pública e a conservação do meio ambiente. Todavia, a invisibilidade desta categoria se estende à falta de pesquisas e dados relacionados a esta profissão, tanto historicamente como atualmente. Por isso, é importante que haja um olhar voltado para este tipo de trabalho e suas profissionais, com elaborações de mais contribuições sobre o tema, para que forneça mais subsídios para uma melhoria nas condições de trabalho e conseqüentemente de vida dessas trabalhadoras, assim como para que a limpeza urbana seja reconhecida com a importância que exerce para a vida e o bem-estar de uma comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMANY, Carme. Assédio sexual. In Dicionário Crítico do Feminismo. HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (orgs.), tradução SABOIA, Vivian. São Paulo, Editora UNESP, 2009. Pp 25 – 30.

ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a morfologia do trabalho. Boitempo Editorial. São Paulo, 2005.

_____. Trabalho. In (orgs) CATTANI, David e HOLZMANN, Lorena. Dicionário de trabalho e tecnologia. 2 ed. Ver. Ampl. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011. pp. 432-437.

ASSUNÇÃO, Any Ávila. Violência nos espaços de trabalho terceirizados: exclusões, segregações e discriminações. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Brasília, 2005.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In Tejiendo de *otro modo*: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en *Abya Yala* / Editoras: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa, CORREAL, Diana Gómez, MUÑOZ, Karina Ochoa – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. Pp 181 – 187.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. In Estudos Feministas, Florianópolis, V. 16 N. 1. janeiro-abril, 2008. pp. 207-228.

BANDEIRA, Lourdes e ALMEIDA, Tânia. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso das garis. In Mediações, Londrina, V. 20 N. 2, P. 160-183, Jul./Dez. 2015

BARBOSA, Maria, MATOS, Paula & COSTA, Maria. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. In Psicologia & Sociedade, 23(1), 24-34, 2011.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Mulher negra no mercado de trabalho. Revista de estudos feministas, v. 3, n. 2, 1995. pp. 479-488.

_____. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, IRAY; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 4.ed. Petrópolis, RJ: 2002.

BERTOLDI, Clarissa e PROENÇA, Rossana. Doença venosa e sua relação com as condições de trabalho no setor de produção de refeições. In Revista de Nutrição, Campinas, 21(4):447-454, jul/ago, 2008.

BORIS, Georges e CESÍDIO, Mirella. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. In Revista Mal-estar e subjetividade. Fortaleza – vol. VII – Nº 2 – p. 451-478 – set/2007.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Cartilha Assédio moral e sexual. Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, Brasília – DF, julho/2011.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. Série Histórica por Região Administrativa – 2000 à 2016. Disponível em: <http://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/estatisticas-oficiais/serie-historica.html>

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In Louro, Guacira. *O corpo educado*, pp. 151. Editora Autêntica, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>

_____. *Bodies That Matter*. New York: Routledge, 1993.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero - Anais. Durban, ago. 2001

_____. Mulheres em movimento. In *Estudos Avançados* 17 (49), 2003, pp. 117-132.

_____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS URBANAS, IBAM. Cartilha de Limpeza Urbana. Trabalho Realizado pelo CPU - Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do IBAM em convênio com a Secretaria Nacional de Saneamento - SNS- do Ministério da Ação Social – MAS.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por amostra de Domicílios – PDAD. 2015 – 2016.

CORREA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. In *Cadernos Pagu* (6/7), pp. 35-50. Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1996.

_____. A babá de Freud e outras babás. In *Cadernos Pagu* (29), pp. 61-90.), jul-dez. Unicamp, 2007.

COSTA, Fernando Braga da. *Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004.

COSTA, Sílvia da. *Assédio sexual: uma versão brasileira*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In *História do Corpo* 3. As mutações do olhar: o século XX. Editora Vozes, 2006

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 10º ano, 3º trimestre, 2002. pp.171-188.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAL ROSSO, Sadi. Intensificação do Trabalho – Teoria e Método. In (orgs) DAL ROSSO, S. e FORTES, J. *Condições de Trabalho no limiar do Século XXI*. Brasília: Época, 2008.

_____. Intensidade do Trabalho. In (orgs) CATTANI, David e HOLZMANN, Lorena. *Dicionário de trabalho e tecnologia*. 2 ed. Ver. Ampl. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011. pp. 231-235.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. (L. A. Monjardim, Trad.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 7ª edição.

_____. *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (Orgs) LANCMAN, Selma e SZENELWAR, Laerte Idal. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2008.

_____. Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, v. 14, n. 3, pp. 027-034, Set./Dez. 2004.

_____. *A loucura do trabalho, estudos de psicopatologia do trabalho*. 5. Ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe e ABDOUCHELI, Elisabeth. *Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho*. In *Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DIEESE. *Anuário das mulheres brasileiras*. São Paulo: DIEESE, 2011.

DIOGO, Maria Fernanda. Os sentidos do trabalho de limpeza e conservação. In *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 3, pp. 483-492, set./dez. 2007.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUARTE, Luiz Fernando. *A vida nervosa: classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

EIGENHEER, Emílio. *Lixo: a limpeza urbana através dos tempos*. Porto Alegre, Gráfica Pallotti, 2009.

FANON, Fanon. *Pele Negra, Máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 41 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GALEAZZI, Irene e HOLZMANN, Lorena. Precarização do trabalho. In (orgs) CATTANI, David e HOLZMANN, Lorena. Dicionário de trabalho e tecnologia. 2 ed. Ver. Ampl. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011. pp. 259-265.

GAULEJAC, Vincent de. A origem da Vergonha. Tradução MEDINA, Maria Beatriz. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 2006.

GIACOMINI, Sônia Maria. Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Miriam. A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDENBERG, Mirian e RAMOS, Marcelo. A civilização das formas: o corpo como valor. In GOLDENBERG, Mirian (org). Nu e vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 19-40.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZALEZ, Lélia. A Juventude negra brasileira e a questão do desemprego. Resumo apresentado na Segunda Conferência Anual do African Heritage Studies Assotiation, pp. 26-29, Abril, 1979.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. in Luiz Antônio Machado Silva et alii, Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos, Brasília, ANPOCS, 303p., pp. 223-244. [Ciências Sociais Hoje, nº 2], 1983.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. In Cadernos Pagu, Campinas, n. 14, 2000. Pp. 45-86.

HARDING, Sandra. ¿Existe un método feminista? en Sandra Harding (Ed.) Feminism and Methodology, Bloomington/ Indianapolis, tradução BERNAL, Gloria. Indiana University Press. 1987. Disponível em: <http://investiga.uned.ac.rc/cicde/images/método.pdf>

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, pp. 61-73, jun/2014.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, pp 595 – 609, set./dez. 2007

hooks, bell. Intelectuais negras. In Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2º/1995, pp. 464-478.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de gênero e raça - 4ª edição. Brasília-DF: IPEA; ONU, SPM; SEPIR, 2011.

_____. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Nota técnica nº 24. IPEA: Brasília, março de 2016.

_____. Retrato das desigualdades de gênero e raça. – 1995 a 2015. IPEA: 2017.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In Dicionário Crítico do Feminismo. HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (orgs.), tradução SABOIA, Vivian. São Paulo, Editora UNESP, 2009. Pp 67 – 75.

KRISTEVA, Julia. Sobre la abyección. Texto de circulación en el seminario Sexualidad e Identidad – traduzido por Mata Iturriza e Ádrian Ortiz U.B.A. Facultad de Psicología. 2010.

LAZZARI, Michelly e REIS, Cássia. Os coletores de lixo urbano no município de Dourados (MS) e sua percepção sobre os riscos biológicos em seu processo de trabalho. In: Ciência & Saúde Coletiva, 16(8): pp. 3437-3442, 2011.

LE BRETON, David. Antropología del dolor, Barcelona, Seix Barral, 1999

_____. A sociologia do corpo. Traduzido por Sonia M. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LELOUP, Jean-Yves. O corpo e seus símbolos: uma antropologia esencial. 16. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARTINS, Soraya Rodrigues. Tempo antes do adoecer: relações entre saúde e processos psicodinâmicos do reconhecimento do trabalho. In MENDES, Ana Magnólia. Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2009.

MENDES, René. Patologia do trabalho. Rio de Janeiro: Atheneu; 2003.

MERLO, Álvaro. Doenças do Trabalho. In In (orgs) CATTANI, David e HOLZMANN, Lorena. Dicionário de trabalho e tecnologia. 2 ed. Ver. Ampl. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011. p. 133-137.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Assédio sexual no trabalho: perguntas e respostas. Brasília, maio de 2017.

MOLINIER, Pascale. O trabalho e a psique: Uma introdução à psicodinâmica do trabalho. Tradução: Franck Soudant. Brasília: Paralelo 15, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Coleção Cultura Negra e Identidades)

NARAYAN, Uma. O projeto de epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In JAGGAR, Alison e BORDO, Susan. Gênero, corpo, conhecimento. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

NARDI, Henrique Caetano. O Ethos masculino e o Adoecimento Relacionado ao Trabalho. In: Doença, Sofrimento, Perturbação: perspectivas etnográficas. Org. Duarte, Luiz Fernando. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

OLIVEIRA, Walter Engracia de. Objetivos da Limpeza Pública. In Revista DAE. Vol. 45. Nº 143. Dez/1985. Pp 352-355.

SANTOS, Gemelle e DA SILVA, Luiz Fernando. Há dignidade no trabalho com o lixo? Considerações sobre o olhar do trabalhador. In: Revista Mal-estar e subjetividade – Fortaleza – vol. IX – Nº 2 – p. 689-716 – jun/2009.

_____. Os significados do lixo para garis e catadores de Fortaleza (CE, Brasil). In: Ciência & Saúde Coletiva, 16(8), pp. 3413-3419, 2011.

SANTOS, Ana Flávia de Oliveira e CARDOSO, Carmem Lúcia. Profissionais de saúde mental: manifestação de stress e *burnout*. Estudos de Psicologia I Campinas I 27(1) I 67-74 I janeiro – março, 2010.

SANTOS, Marcelo; LIMA, Francisco; MURTA, Edmar e MOTTA, Georgina. Desregulamentação do trabalho e desregulação da atividade: o caso da terceirização da limpeza urbana e o trabalho dos garis. Produção, v. 19, n. 1, p. 202-213, 2009

SANTOS, Tereza Luiza Ferreira dos. Coletores de lixo: a ambiguidade do trabalho na rua. Fundacentro, Ministério do Trabalho. 1999.

SARTI, Cynthia. A dor, o indivíduo e a cultura. In: Saúde e Sociedade 10(1):3-13, 2001.

SPM. Balanço 2015 do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher. 2016

SEGATO, Rita. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. In STEVENS, Cristina (Org). Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares. Florianópolis, Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunise, 2007.

SILVA, Eliana G. & FONSECA, Alexandre B. Ciência, estética e raça: observando imagens e textos no período *O Brasil Médico, 1928-1945*. In: História, Ciências, Saúde. MANGUINHOS, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2013.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar? 1*. Ed Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. Auditoria Operacional no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal: relatório/Cons. Relatora: MACHADO, Anilcéia Luzia. 2013.

VELLOSO, Marta, SANTOS, Elizabeth e ANJOS, Luiz Antônio. Processo de trabalho e acidentes de trabalho em coletores de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, Pp. 693-700, out-dez, 1997.

VIEIRA, Nanah Sanches. O trabalho da babá: trajetórias corporais entre o afeto, o objeto e o abjeto. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Brasília, 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil. Brasília, 2015.

YANNOULAS, Sílvia. Feminização ou feminilização? Apontamento em torno de uma categoria. In *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

SITES

Central Única dos Trabalhadores, disponível em:
<http://www.cut.org.br/imprimir/news/20931c3927503ccd21492b18f3d64214/>

Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, disponível em:
<http://www.slu.df.gov.br/sobre/slu.html>

Câmara dos Deputados, disponível em:
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1103068.pdf>

ANEXO I

ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS

IDENTIFICAÇÃO

Idade:

Estado civil:

Escolaridade:

Filhos:

Auto declaração racial:

Local de moradia:

Local de trabalho:

Rendimento mensal aproximado:

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Empresa:

Há quanto tempo está nesta profissão? E nesta empresa?

Qual atividade desempenha na sua profissão?

Poderia contar como é um dia de trabalho desde o momento em que acorda?

São quantas horas de trabalho por dia?

Como são os instrumentos de trabalho? Como você avalia os instrumentos de trabalho?

Como são os instrumentos de segurança? Como você avalia os instrumentos de segurança?

O que você acha do seu uniforme?

Você traz o seu almoço para o trabalho? Ou onde almoça?

Onde usa o banheiro para se aliviar e/ou fazer a higiene, principalmente no período menstrual?

Qual o maior perigo no seu trabalho?

Você já viveu alguma situação perigosa no trabalho? Como foi essa situação?

Como você divide o trabalho com sua colega?

O que você traz para o trabalho? Onde guarda as suas coisas?

SAÚDE, CORPO E SOFRIMENTO

O que é saúde para você?

Você se considera uma pessoa saudável?

Você tem algum problema de saúde? Você relaciona este problema de saúde com o trabalho que você exerce?

Você já faltou alguma vez por algum problema de saúde?

Você já teve algum tipo de mal-estar ou desconforto durante um dia de trabalho? Como foi isso?

O seu corpo mudou depois de começar a trabalhar como gari?

Você já se sentiu triste ou com raiva por alguma coisa relacionada ao trabalho?

Você já sentiu nojo durante o trabalho? E o que você fez?

Você usa protetor solar?

SUBJETIVIDADE E RECONHECIMENTO/(IN)VISIBILIDADE

Você gosta do seu trabalho?

Você já se sentiu constrangida/sentiu vergonha no trabalho? Como isso aconteceu?

Você já recebeu algum tratamento diferente por ser mulher ou por questões raciais?

Alguém já te tratou mal por causa da sua profissão?

Como é sua relação com seus e suas colegas de trabalho?

E com os fiscais?

E com as pessoas que passam enquanto você está trabalhando?

Você já se sentiu triste ou com raiva por alguma coisa relacionada ao trabalho?

Você já sentiu nojo durante o seu trabalho? E o que você fez?

Você se sente cansada durante o trabalho? Quando você está muito cansada durante o trabalho, o que você faz?

PERSPECTIVAS

Qual era sua profissão antes de estar nesta?

Você pretende mudar de emprego?

Você pretende realizar algum curso ou outra qualificação/capacitação? Qual?

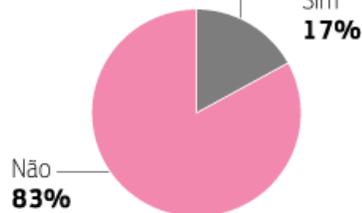
ANEXO II

Infográfico elaborado pela Gazeta do Povo a partir de pesquisa realizada pela ONG “Thing Olga” sobre assédios e violências vividas por mulheres no Brasil.

FALSO ELOGIO

Quatro em cada cinco mulheres se declaram incomodadas em ouvir cantadas e deixaram de fazer algo por medo de assédio.

Ouvir cantada é algo legal?



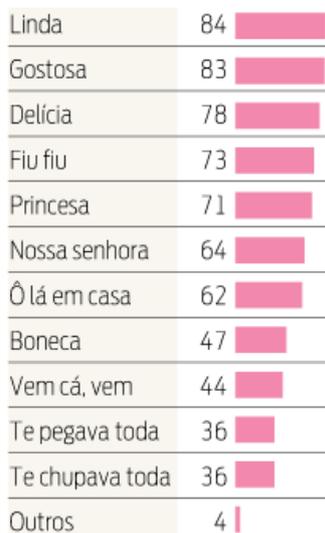
Onde você já recebeu cantadas?

(possível selecionar mais de uma opção, em %)



EM ESPAÇOS PÚBLICOS, quais cantadas você ouviu?

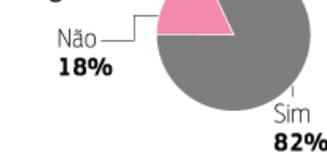
(possível selecionar mais de uma opção, em %)



NA BALADA, você já foi assediada?



Já tentaram te agarrar?



Se sim, como?

(mais de uma opção possível, em %)



Você responde aos assédios que ouve na rua?



NO TRABALHO, você já recebeu cantadas indiscretas, de quem foi?

(mais de uma opção possível, em %)



Já deixou de fazer alguma coisa com medo do assédio?



Já trocou de roupa pensando no lugar que você ia por medo de assédio?



Já passaram a mão em você?



Se sim, onde?

(mais de uma opção possível, em %)



Já foi xingada porque disse não às cantadas de alguém?



Se sim, do que?

(mais de uma opção possível, em %)



Fonte: blog Think Olga. Metodologia: Entrevistas com formulários de internet aplicada a 7,7 mil mulheres realizada em agosto de 2013, com abrangência nacional. Infografia: Gazeta do Povo.

ANEXO III

Posição corporal frequente durante o trabalho de duas mulheres garis no Recanto das Emas.



ANEXO IV

Horário de almoço de diferentes equipes de trabalho.





ANEXO V

Instrumentos de trabalho e segurança





ANEXO VI

Garrafas com água guardadas no carrinho que coletam o lixo

